# Coleção Pesquisas 1

# O novo rural brasileiro

José Graziano da Silva

Segunda edição revista Primeira reimpressão

Campinas
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Instituto de Economia – IE
2002

#### Projeto gráfico/editoração Oficina Editorial

#### Preparação de texto Otacílio Nunes

### Capa João Baptista da Costa Aguiar

Ficha catalográfica elaborada pelo Centro de Documentação - CEDOC do Instituto de Economia da UNICAMP

Graziano da Silva, José

O novo rural brasileiro/José Graziano da Silva. – 2. ed. rev. - 1a. reimpr. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2002. (Coleção Pesquisas, 1).

ISBN 85-86215-21-X

Emprego rural.
 Renda (Agricultura).
 Famílias rurais.
 Demografia.
 Título.
 Série.

CDD 338.10981



Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia (www.eco.unicamp.br)

Caixa Postal 6135 (019) 788.5708 (019) 289.1512 public@eco.unicamp.br 13083-970 – Campinas, São Paulo – Brasil

Para atender ao objetivo de divulgar da maneira mais ampla possível a produção intelectual do Instituto de Economia da UNICAMP, iniciamos através das séries Teses e Pesquisas, a publicação de trabalhos que se originaram de projetos de investigação individual ou coletiva realizados no âmbito da instituição.

A coleção Pesquisas visa sobretudo levar ao conhecimento de um público ampliado os resultados de estudos, que no nosso entender, contribuem para a compreensão de importantes aspectos da realidade brasileira contemporânea.

A coleção se inicia com o título O novo rural brasileiro de autoria do professor José Graziano da Silva, pesquisador de notório saber na sua área de conhecimento. Os resultados expostos nesse livro traçam um perfil bastante significativo das transformações pelas quais passou o mundo rural desde os anos 80 e particularmente nos anos 90.

No âmbito da série Pesquisas pretende-se divulgar ainda nesse ano de 1999 um conjunto trabalhos que abordam diversos aspectos da economia e sociedade brasileiras e cujo traço de união consiste na abordagem crítica dos temas pesquisados.

Comissão de Publicações



Para Júlio de Gramont, nosso querido Julinho, companheiro de viagem na campanha presidencial de 98, um personagem do novo rural brasileiro que nos deixou tão cedo.

# **APRESENTAÇÃO**

"novo rural", como o temos denominado, compõe-se basicamente de quatro grandes subconjuntos, a saber:

- a) uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamada de o *agribusiness* brasileiro;
- b) um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, os "sem-sem" como já os chamamos em outras oportunidades, que foram excluídos pelo mesmo processo de modernização que gerou o nosso agribusiness;
- c) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e
- d) um conjunto de "novas" atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados.

O termo "novas" foi colocado entre aspas porque muitas atividades, na verdade, são seculares no país, mas não tinham, até recentemente, importância como atividades econômicas. Eram atividades "de fundo de quintal", *hobbies* pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.), que foramse transformando em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Essas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agroindustriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos de distribuição,

comunicações e embalagens, em busca de nichos de mercado muito específicos. Tal valorização também ocorre com as atividades rurais não-agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços) e com as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente.

A conclusão é que o meio rural brasileiro já não pode mais ser analisado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais, pois ganhou novas funções. O aparecimento (e a expansão) dessas "novas" atividades rurais – agrícolas e não-agrícolas, altamente intensivas e de pequena escala – tem propiciado outras oportunidades para muitos produtores que não podem mais serem chamados de agricultores ou pecuaristas e que, muitas vezes, não são nem mesmo produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não-agrícolas e/ou urbanas.

Um novo ator social já desponta nesse novo rural: as famílias pluriativas que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas na ocupação de seus membros. A característica fundamental dos membros dessas famílias é que eles não são mais apenas agricultores e/ou pecuaristas: combinam atividades dentro e fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm-se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. Em resumo, deixam de ser trabalhadores agrícolas especializados para se converterem em trabalhadores (empregados ou por conta própria) que combinam formas diversas de ocupação (assalariadas ou não) em distintos ramos de atividades (agrícolas e não-agrícolas).

Como a urbanização do meio rural ocorreu em paralelo à queda dos preços dos produtos agropecuários – resultado que atesta o sucesso das políticas de modernização agrícola –, o aparecimento de ocupações não-agrícolas passou a ser, na verdade, "a salvação da lavoura", como se diz por aqui. Ou seja, foi a possibilidade de obter ocupações e rendas não-agrícolas que, muitas vezes, impediu o abandono total das propriedades, especialmente pelos membros mais jovens das famílias rurais.

É claro que o novo mundo rural não é nenhum paraíso, nem mesmo nos países desenvolvidos: os índices de pobreza e miséria, bem como o isolamento das populações de menores rendas, apesar de terem se reduzido, ainda continuam altos *vis-à-vis* os das regiões urbanas. Mas também já é evidente

que os custos monetários de sua reprodução são mais baixos no contexto rural, especialmente quando, através da atividade agrícola em tempo parcial, também há interligação via mercado de trabalho. Talvez seja esse o ponto fundamental de interesse dos setores capitalistas modernos pela nova relação de trabalho representada pela pluriatividade das famílias rurais.

No Brasil também já se percebe com clareza o fenômeno da pluriatividade e da agricultura em tempo parcial e se pode observar, em graus diferentes de importância relativa conforme as diferentes regiões do país, a especialização das unidades produtivas, o crescimento da prestação de serviços, a formação de redes dentro dos distintos complexos agroindustriais, o crescimento do emprego rural não-agrícola e a melhoria das condições de vida e de lazer no meio rural.

Por tudo isso o "novo rural brasileiro" precisa ser repensado neste final de século sob pena de chegarmos ao ano 2000 com as mesmas políticas produtivistas inspiradas na Revolução Verde dos anos 50.

Este livro reúne textos publicados em anais de congressos e revistas especializadas entre 1997 e 1998, em torno da temática que ficou conhecida como "O Novo Rural Brasileiro".

O primeiro capítulo foi publicado originalmente no número especial da revista *Nova Economia* (CEDEPLAR /UFMG, em Belo Horizonte) em maio de 1997, destinado a apresentar trabalhos que utilizassem os dados das novas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNADs – dos anos 90 que estavam sendo lançadas pelo IBGE. A divulgação das novas PNADs me permitiu atualizar o capítulo final do meu livro *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira* (Campinas, IE/Unicamp, 2. ed., 1998) que abordava a temática do crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro nos anos 80. Na verdade, eu já vinha explorando essa temática desde meados de 1993, expressa no artigo publicado na revista *São Paulo em Perspectiva* editada pela Fundação SEADE (São Paulo, v.7, n.3, jul./set.). A partir daí abriu-se a nova linha de pesquisa que se materializou no **Projeto Rurbano**, que procura ana-

<sup>1.</sup> É o Projeto Temático "Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/95" que conta com financiamento parcial da FAPESP e do PRONEX e que pretende analisar as transformações recentes no meio rural em onze unidades da federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF). Para maiores detalhes e para obter os textos já divulgados, consultar nossa home-page na Internet <a href="http://www.eco.unicamp.br/">http://www.eco.unicamp.br/</a> projetos/rurbano.html>

lisar as transformações nas relações campo-cidade no Brasil a partir de 1981 com base nos microdados das PNADs.

O Capítulo 2 apresenta a evolução das ocupações no meio rural brasileiro de forma mais detalhada. Ele foi escrito em co-autoria com Mauro Del Grossi, pesquisador do IAPAR-PR, e representa a nossa visão das diferentes dinâmicas que impulsionam a geração de empregos não-agrícolas no meio rural brasileiro nos anos 90.

Os capítulos seguintes apresentam alguns textos que exploram os desdobramentos da temática original tendo por unidade a preocupação com as **políticas públicas** que deveriam ser desenhadas para dar conta do novo rural brasileiro.

O Capítulo 3 explora o tema da delimitação do rural e do urbano no Brasil a partir das novas aberturas geográficas apresentadas pelas novas PNADs. A análise dos dados permitiu mostrar que o "novo rural" não é o resultado do mero desdobramento das áreas urbanas que lhe são contíguas. Ou seja, as transformações apontadas anteriormente estão ocorrendo também naqueles espaços antes considerados exclusivamente agropecuários e nos municípios pequenos e médios do interior.

O Capítulo 4 reproduz artigo escrito em co-autoria com técnicos da Fundação SEADE, explorando os dados para o estado de São Paulo, onde as transformações do espaço agrário mostravam-se mais profundas. A tese aí desenvolvida é a de que as tradicionais atividades produtivas agrícolas e pecuárias já não são mais suficientes para explicar a dinâmica do emprego e da população rural do estado de São Paulo. É preciso incluir outras variáveis, como as atividades rurais não-agrícolas decorrentes da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e outros serviços), as atividades de preservação do meio ambiente, além do conjunto de atividades intensivas (olericultura, floricultura, fruticultura de mesa, piscicultura, criação de pequenos animais, como rãs, canários, aves exóticas) que buscam "nichos de mercado" específicos para sua inserção econômica.

Também discutimos aí as limitações ao crescimento do emprego agrícola no país e procuramos listar as principais "novas" atividades agrícolas e as atividades não-agrícolas que vêm se desenvolvendo no novo rural brasileiro e apontar a sua importância tanto em termos de ocupação, como de geração de

renda. Como já dissemos, essas "novas" atividades não são tão novas assim: o importante é que elas se originam de um processo mais amplo de mercantilização do espaço agrário e já nascem inseridas em novas cadeias produtivas, muitas das quais de grande porte, envolvendo nichos de mercado até então não existentes.

O Capítulo 5 apresenta a primeira tentativa de formulação de um conjunto de políticas não-agrícolas para o novo rural brasileiro. E o Capítulo 6 apresenta as implicações da nova abordagem para uma das mais importantes políticas públicas do nosso país, a da reforma agrária, advogando que ela não precisa mais ter cunho essencialmente agrícola.

Antes de terminar a apresentação é importante deixar claro que o corte rural/ urbano adotado pelas PNADs tem muitas limitações. A mais importante delas é que ele se baseia em definição estritamente legal: urbana é a área delimitada pelo perímetro urbano, assim definida segundo a legislação de cada município na data do censo populacional. Ou seja, o recorte urbano/rural permanece fixo nos intervalos intercensitários, o que pode prejudicar algumas comparações entre PNADs que não derivem da mesma base censitária. Por outro lado, isso permite captar exatamente a "invasão" do rural pelo urbano dentro dos intervalos censitários, que é um dos aspectos mais importantes da "urbanização do meio rural" a que vimos nos referindo.

Ou seja, tanto o rural como o urbano devem ser entendidos a partir dos dados das PNADs como espaços geograficamente definidos antes dos levantamentos censitários, em função dos perímetros urbanos definidos pelos municípios. E que permanecem fixos, pelo menos até o novo levantamento censitário, independentemente de os municípios terem ou não alterado seu perímetro urbano no intervalo, o que não costuma acontecer com frequência, como mostram as evidências que conseguimos reunir.

Finalmente, quero deixar registrado meu agradecimento a todos aqueles que tornaram esse livro possível. Em particular ao apoio dos colegas, estagiários e funcionários do Instituto de Economia da Unicamp, sem os quais esse livro não teria sido possível.

Campinas, janeiro de 1999.

# **SUMÁRIO**

Apresentação	ix
1. O novo rural brasileiro	
A evolução da PEA rural e da PEA agrícola nos anos 80	10
A importância das rendas não-agrícolas nos anos 80	17
A evolução da PEA rural e da PEA agrícola nos anos 90	
Algumas conclusões	28
2. A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural	
brasileiro de 1992 a 1995	33
A PEA 1+Agrícola	36
O crescimento das ocupações não-agrícolas no meio	
rural brasileiro	40
Algumas conclusões	
3. Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil:	
testando as aberturas geográficas das novas PNADs	57
Desagregando o corte rural/urbano nas novas PNADs	
Abrindo as áreas censitárias	
Algumas conclusões	
4. Ocupações rurais e a mercantilização	
do espaço agrário	79
Limites para o crescimento do emprego agrícola	
As novas atividades no meio rural	
Algumas concluções	

5. Políticas não-agrícolas para o novo rural brasileiro	105
Políticas de "desprivatização" do espaço rural	106
Políticas de urbanização do meio rural	109
Políticas de geração de renda e ocupações não-agrícolas	111
Políticas sociais compensatórias ativas	
Reordenamento institucional	116
Algumas conclusões	120
6. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola	127
Bibliografia	139

# 1

# O novo rural brasileiro<sup>2</sup>

stá cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas o tema que aparentemente poderia ser relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado do duplo processo de transformação, a agricultura – que antes podia ser caracterizada como setor produtivo relativamente autárquico, com mercado de trabalho e equilíbrio interno próprios – integrou-se no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus

<sup>2.</sup> Uma versão anterior deste texto foi publicada em Graziano da Silva (1997).

produtos. Já tivemos oportunidade de mostrar que a integração terminou por se consolidar nos chamados "complexos agroindustriais" que passaram a responder pela própria dinâmica da atividades agropecuárias aí vinculadas (Graziano da Silva, 1996).

Mas isso é apenas suficiente para explicar parte das transformações do mundo rural contemporâneo, em particular aquelas que se coadunavam com o paradigma da industrialização da agricultura, que previam as "fábricas verdes" como protótipo da organização social do trabalho nos campos<sup>3</sup>. Não há dúvida de que há poucas décadas não se previa o decréscimo gradual e persistente do emprego total dos setores industriais, à semelhança do que ocorria nas atividades agrícolas, nem que o emprego por conta própria e outras formas flexíveis de contratação típicas do mundo rural se tornassem alternativa à estrutura fordista das fábricas modernas. Tampouco se previa que o crescimento do emprego temporário e sazonal tomasse conta dos serviços urbanos, nem que o trabalho em domicílio – tido como processo transitório característico apenas das atividades manufatureiras prévias à indústria mecanizada – viesse a ressurgir nas indústrias de ponta no século XX (Pugliesei, 1991).

E a que se deve tudo isso? Parece não haver mais dúvidas de que as transformações nos campos político, econômico e social ocorridas neste final de século apontam para uma nova sociedade em gestação. Hoje, as dimensões do estilo e da qualidade de vida ganharam importância dentro do "status profissional"; e as inovações nos setores de comunicações e transportes tornaram possível a globalização e mudaram completamente as noções relativas criadas pelas distâncias físicas até então conhecidas. Possivelmente a emergência do novo paradigma, que vem sendo chamado de pós-industrial por uns e de pós-fordista por outros, 4 assentado nas novas tecnologias — com destaque para a informática e a microeletrônica —, permitirá alterar simultaneamente a natureza das inovações tecnológicas e as formas de organização industrial decorrentes de sua aplicação ainda no final do século XX.

<sup>3.</sup> Também do ponto de vista da organização do trabalho a cidade se parece cada vez mais com o campo e vice-versa: recentemente um grande jornal paulista mostrou, para espanto de muitos, os bóias-frias de uma usina de São Paulo marcando a hora de saída do trabalho, ou seja, batendo ponto como um barnabé qualquer deste país. (Casado, 1996).

Termos que muitas vezes mais confundem do que esclarecem. Veja-se a respeito, Goodmann & Watts (1994).

Nosso propósito aqui não é aprofundar esses aspectos. É apenas reconhecer que tanto na indústria, como na agricultura, as novas tecnologias já estão não só alterando profundamente as formas de organização do processo de trabalho, conforme mencionado anteriormente, mas também reduzindo a escala mínima necessária da atividade econômica e redefinindo os requisitos fundamentais de sua localização espacial. O desejo da estabilidade social representada pelo empregado das grandes corporações cedeu lugar, no imaginário popular, ao prestador de serviços autônomo que trabalha em sua própria casa.

A utilização que os autores clássicos (como, por exemplo, Marx e Weber) davam ao corte urbano/rural relacionava-se ao conflito entre duas realidades sociais diferentes (uma em declínio, outra em ascensão) em função do progresso das forças capitalistas que minavam a velha ordem feudal. A dicotomia urbano/rural procurava representar, portanto, as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo ou a ele se opunham na Europa do século XVII, e não propriamente um corte geográfico. É a partir daí que o "urbano" passou a ser identificado com o "novo", com o "progresso" capitalista das fábricas; e os rurais – ou a "classe dos proprietários rurais", com o "velho" (ou seja, a velha ordem social vigente) e com o "atraso" no sentido de que procuravam impedir o progresso das forças sociais, como por exemplo na famosa disputa pela revogação das leis que limitavam a importação de cereais pela Inglaterra na época de David Ricardo.

Os funcionalistas americanos deste século tomaram essa identificação espúria de rural com atrasado para justificar as suas propostas intervencionistas "de fora", entre as quais os programas de assistência técnica e extensão rural. O diagnóstico neoclássico dizia que os agricultores eram pobres, mas eficientes: o problema não estava no uso dos "fatores de produção" disponíveis, mas sim no fato de que os fatores disponíveis não propiciavam o retorno necessário para possibilitar-lhes superar a condição de pobreza em que viviam. Daí a proposta de modernização ser entendida como a introdução de "novos fatores" que incluíam desde as sementes geneticamente melhoradas da Revolução Verde, os adubos e defensivos químicos, as máquinas e equipamentos, até a educação formal, nos moldes urbanos, é claro.<sup>5</sup>

Ver Shultz (1965). Note-se que a proposta é exatamente o contrário da atual "revolução duplamente verde" onde se procura eliminar a pobreza rural a partir da melhor combinação dos recursos disponíveis no meio rural. Ver a respeito, Abramovay & Sachs (1995).

Menéndez (1985), ressalta que o rural ainda hoje é definido usualmente como o mundo não-urbano ou não-metropolitano. E que a visão que se tem do mundo rural ainda está completamente vinculada à evolução do mundo agrário, enquanto a indústria e os serviços parecem ser características "naturais" do meio urbano. Mas já não se pode falar de mundo rural identificando-o exclusivamente com as atividades agropecuárias. Por isso é que Marsdem (1989) ressalta que "é preciso reconceituar o agrário", pois no final do século XX as áreas rurais dos países desenvolvidos começam a exibir formas sociais e econômicas de organização paradigmáticas à medida que a sociedade sai dos "padrões fordistas". Tais formas de desenvolvimento demandam novos modos de regulação por parte do Estado, que incluam as políticas ambientais e de planejamento do uso do solo e da água, de bem-estar social, de desenvolvimento rural, etc. O autor cita três pontos focais do debate atual:

- a) a mudança rural é multidimensional, ou seja, não pode ser vista apenas pela ótica econômica ou social, nem do ponto de vista estrito da produção ou do consumo;
- b) é preciso incorporar a esfera da circulação na análise, mais especificamente, o capital financeiro;
- c) o significado do atual processo de commoditization é que as áreas rurais estão crescentemente associadas com atividades orientadas para o consumo, tais como lazer, turismo, residência, preservação do meio ambiente, etc.

Para Blakely & Bradshaw (1985), a emergência da sociedade avançada ou "pós-industrial" é caracterizada pelo crescimento das empresas do setor de serviços, pelo decréscimo relativo da produção de bens materiais e pela substituição dos processos intensivos em mão-de-obra pela produção com base na aplicação intensiva do conhecimento e manejo da informação. Ademais, a sociedade industrial avançada rural incorpora diversas oportunidades para diversos estilos de vida tais como administração profissional, organizações burocráticas e melhoria das comunicações.

Os autores mostram que nos EUA, desde 1977, o pessoal técnico e administrativo ("white collar") tem superado o pessoal obreiro ("blue collar") nas zonas rurais, com constante elevação do nível de escolaridade e do número de profissionais técnicos de nível superior. Em 1980, o emprego em serviços respondia por mais de 60% do emprego rural nos EUA.

A América rural tornou-se, assim, não o resíduo ou participante minoritário nas forças socioeconômicas que configuram a nação norte-americana, mas parte da sua evolução para a sociedade pós-industrial avançada. Pela primeira vez desde a expansão para o Oeste dos Estados Unidos, as áreas rurais voltaram a ser parte integrante da sociedade e da economia dos EUA do ponto de vista do seu "way of life", concluem Blakely & Bradshaw (1985).

Os autores destacam todavia que, apesar de todas as mudanças, as políticas rurais continuam a ser direcionadas basicamente a reduzir o isolamento das populações rurais (melhoria nos sistemas de transporte e de comunicação) e melhorar as suas condições de vida (habitação, saúde, etc.) e de qualificação (ensino básico e técnico). Não se tem levado em conta o fato de que as zonas rurais têm necessidades novas típicas da sociedade pós-industrial, como, por exemplo, a de estabelecer um zoneamento para definir áreas industriais e de moradia, áreas de preservação ambiental, etc.

Nesse sentido, a reforma da Política Agrária Comum Européia, de 1992, representou significativo avanço ao tratar seus agricultores de maneira mais abrangente, indo além da ótica meramente produtiva. A introdução de pagamentos compensatórios, como um dos instrumentos fundamentais de proteção dos pequenos produtores em regiões desfavorecidas, e a eleição da preservação ambiental e do reflorestamento como diretrizes centrais representaram a possibilidade concreta de reduzir a proteção via preços, o que determina o caráter eminentemente produtivista das políticas rurais da comunidade (Bonete Perales, 1994).

No mundo rural dos países desenvolvidos o novo paradigma "pós-industrial" tem um ator social já consolidado: o *part-time farmer* que podemos traduzir por agricultor em tempo parcial. A sua característica fundamental é não ser mais somente agricultor ou pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. Em resumo, o *part-time* não é mais fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas.

Na verdade, a novidade em relação àquilo que na visão dos clássicos marxistas seria considerado camponês em processo de proletarização é a combinação de atividades agrícolas com atividades não-agrícolas fora do seu estabelecimento, o que não ocorria anteriormente. E mais: os clássicos consideravam que a existência de membros da família camponesa trabalhando fora de sua unidade produtiva era um indicador do processo de proletarização e, conseqüentemente, de desagregação familiar, empobrecimento e piora das condições de sua reprodução social. É preciso recordar que os camponeses não eram produtores agrícolas especializados: combinavam atividades não-agrícolas de bases artesanais dentro do estabelecimento, envolvendo praticamente todos os membros da família na produção de doces e conservas, fabricação de tecidos rústicos, móveis e utensílios diversos, reparos e ampliação das construções e benfeitorias, etc. O sinal visível de que não podiam mais garantir a sua reprodução era o assalariamento temporário fora, que ocorria fundamentalmente em unidades de produção vizinhas por ocasião da colheita.

Segundo Mingione & Pugliese (1987), o *part-time* é o elemento fundamental da nova base social da agricultura moderna. Os autores atribuem a possibilidade de combinar atividades agrícolas com atividades não-agrícolas fora do estabelecimento familiar ao processo de "desdiferenciação" ou "desespecialização" da divisão social do trabalho que tem na sua origem a modificação do próprio processo de trabalho, tanto na agricultura moderna como na indústria de base fordista. Vários fatores vêm contribuindo para impulsionar essa nova tendência no mundo rural dos países desenvolvidos, entre os quais deve-se destacar a crescente semelhança das formas de organização e contratação de trabalho na indústria com aquelas secularmente existentes na agricultura (flexibilidade de tarefas e de jornada, contratação por tarefa e/ou por tempos determinados, etc.), a volta da indústria para os campos, a melhoria nos sistemas de comunicação e transporte e o aparecimento de novas formas de trabalho em domicílio.

Como também assinalam Mingione & Pugliese, a pluriatividade na maioria das vezes se associa a outro fator complexo que é a combinação, cada vez mais freqüente, na mesma pessoa, do estatuto de empregado com o de conta própria. O

<sup>6.</sup> Vale lembrar que as primeiras indústrias inglesas tinham que se localizar no campo, dada a necessidade de estarem próximas das fontes de energia hidráulica. Com o advento da máquina a vapor, elas se mudam para as cidades, onde havia maior disponibilidade de força de trabalho. É por isso que a máquina a vapor é considerada "a mãe das cidades" inglesas por Marx (O Capital, v I, cap. 13: Maquinária e indústria moderna).

resultado da associação é o aparecimento de tipos difíceis de serem classificados, tanto do ponto de vista social como do profissional. E citam o exemplo do alugador de máquinas que trabalha com seu próprio trator em várias explorações agrícolas e que muitas vezes recebe salário diário em função das horas trabalhadas que "assemelha-se mais ao mecânico do que ao camponês, do mesmo modo que hoje em dia o agricultor tende a preocupar-se mais com questões comerciais do que com o crescimento das culturas em si" (Mingione & Pugliese, 1987: 96-7)

Em resumo, a pluriatividade pode se configurar de duas formas básicas:

- a) por meio do mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas, etc.);
- b) por meio da combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário com o "management" das atividades agropecuárias.

É pela segunda forma que, de um lado, milhares de profissionais liberais urbanos, atraídos pelas facilidades decorrentes dos novos serviços disponíveis para apoio das atividades agropecuárias, passaram a olhar os campos como oportunidade também para seus negócios. E, pela primeira, que milhões de agricultores por conta própria e até mesmo trabalhadores rurais assalariados não especializados buscam formas de prestação de serviços tipicamente urbanas.

A generalização da atividade agropecuária em tempo parcial nos países desenvolvidos decorre fundamentalmente da redução do tempo de trabalho necessário dos produtores familiares e por conta própria. Isso se tornou possível graças:

- a) ao crescimento da mecanização das atividades agrícolas e da automação nas atividades criatórias;
- a programas de redução das áreas cultivadas (set-aside) e/ou extensificação da produção agropecuária.

Em função das mudanças, duas grandes transformações ocorreram nas atividades agropecuárias do mundo desenvolvido:

- a) as unidades familiares individualizaram-se no que diz respeito à gestão produtiva, liberando os membros da família para buscarem fora outras atividades;
- b) os membros da família que já trabalhavam individualmente ou por conta própria reduziram o tempo dedicado às atividades agropecuárias em busca de outras atividades rurais ou urbanas que lhes assegurassem maior nível de renda (Baptista, 1994).

Há outro elemento que viria a se somar ao crescimento da atividade agropecuária em tempo parcial para garantir a pluriatividade no meio rural dos países desenvolvidos, que é a dinâmica de crescimento das atividades rurais não-agrícolas. E aqui novamente é preciso chamar a atenção para o que é novo no processo de transferência de atividades urbanas – em particular das atividades industriais – para os campos. É sabido que muitas indústrias tradicionais (que muitos preferem chamar de "sujas "ou "decadentes") há muito já vêm procurando refúgio no espaço agrário por razões de custos internos (maior proximidade das matérias-primas, busca de mão-de-obra barata e não sindicalizada, etc.) e custos externos (dificuldades de transporte de cargas, menor rigor no controle de poluição, etc.).

Mas, mais recentemente, estimuladas pelo desenvolvimento das telecomunicações – e em particular da telemática –, novas indústrias e serviços auxiliares da produção, de alto nível tecnológico, também têm se mudado para os campos em busca de melhores condições de produção e de trabalho.

Tomando-se a pluriatividade como a marca fundamental, podemos assinalar aqui vários outros fenômenos relacionados, que podem ser observados no "novo mundo rural" dos países desenvolvidos:

- a) o "desmonte" das unidades produtivas em função da possibilidade de externalização de várias atividades que antes tinham que ser realizadas na fazenda através de contratação de serviços externos (aluguel de máquinas, assistência técnica, etc.) (Alegre, 1989);
- a especialização produtiva crescente, permitindo o aparecimento de novos produtos e de mercados secundários, como, por exemplo, de animais jovens, mudas e insumos (Goodmann, Sorj & Wilkinson, 1990);
- c) a formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição comercial (Green & Santos, 1991);
- d) o crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas e administrativas de conteúdo tipicamente urbano, como motoristas, mecânicos, digitadores e profissionais liberais vinculados a atividades rurais não-agrícolas (Blakely & Bradshaw, 1985);
- e) melhoria da infra-estrutura social e de lazer, além de maior facilidade de transporte e meios de comunicação, possibilitando maior facilidade de acesso aos bens públicos, como previdência, saneamento básico, assistência médica e edu-

cação, além da melhora substancial na qualidade de vida para os que moram nas zonas rurais (Barlett, 1986).

É evidente que o novo mundo rural dos países desenvolvidos não é nenhum paraíso: os índices de pobreza e miséria, bem como o isolamento das populações de menores rendas, apesar de terem se reduzido, ainda continuam altos *visàvis* os das regiões urbanas. Mas também já é evidente que, para dada renda monetária, os padrões de vida dos trabalhadores rurais são iguais ou superiores aos dos pobres urbanos. Talvez seja esse o ponto fundamental de interesse na nova relação de trabalho representada pelo *part-time* nos países desenvolvidos: os custos monetários de reprodução são mais baixos no contexto rural, especialmente quando, através da atividade agrícola em tempo parcial, também há interligação via mercado de trabalho (Mingione & Pugliese, 1987: 92).

Nos países subdesenvolvidos também já se pode observar com clareza o fenômeno dos *part-time*, <sup>7</sup> embora sem a mesma magnitude que assume nos países desenvolvidos. <sup>8</sup> É evidente que há diferenças substanciais, ainda que se possam observar, em graus diferentes de importância relativa conforme as diferentes regiões do país, os mesmos fenômenos apontados anteriormente: o "desmonte" e a especialização das unidades produtivas, o crescimento da prestação de serviços, a formação de redes dentro dos distintos complexos agroindustriais, o crescimento das ocupações não-agrícolas e a melhoria das condições de vida e lazer no meio rural.

Nas próximas seções vamos procurar mostrar algumas dessas dimensões para o Brasil a partir dos dados das PNADs para 1981 e 1990.

Ver a respeito, Graziano da Silva (1995), Schneider, (1995) e também Anjos (1995).

As estimativas variam muito de país para país, mas certamente constituem de há muito a maioria da população rural na Europa, no Japão e nos Estados Unidos. Ver a respeito, Gasson (1988).

## A evolução da PEA rural e da PEA agrícola nos anos 80

A Tabela 1.1 mostra os dados das PNADs relativos aos anos de 1981, 1986 e 1990 para a População Economicamente Ativa (PEA) ocupada segundo a situação do domicílio (rural ou urbano) e a natureza da atividade (agrícola, não-agrícola).

Tabela 1.1
PEA ocupada segundo o domicílio e atividade: Brasil, 1981, 1986 e 1990

	PEA	(mil pessoa	as)	Taxa crescimento (% a.a.)			
	1981	1986	1990	1981/86	1986/90	1981/90	
Urbana	31.669	40.266	43.351	4,9	1,9	3,6	
Rural	13.797	15.170	16.321	1,9	1,8	1,9	
Agrícola	13.300	14.331	13.998	1,5	-0,6	0,6	
Não-agrícola	32.165	41.105	45.676	5,0	2,7	4,0	
Total	45.465	55.436	59.673	4,0	1,9	31,0	

Fonte: IBGE. PNAD (1981, 1986) - Dados publicados; 1990 - Dados revisados.

O crescimento da PEA rural é muito maior do que o da PEA agrícola, especialmente na segunda metade dos anos 80, quando a taxa de crescimento desta última foi negativa. Ressalta-se que o final dos anos 80 é considerado período extremamente favorável do ponto de vista da absorção de mão-de-obra pelas atividades agropecuárias. Em 1990, a PEA rural já superava a PEA agrícola em mais de 2,3 milhões de pessoas.

Nos anos 80 não se alterou significativamente a distribuição da PEA agrícola, mantendo-se suas componentes rural e urbana, mas o peso relativo da PEA rural na PEA total caiu de 29,4% para 26,1% (Tabela 1.2). Nota-se também que cresceu a proporção de desocupados (procurando emprego) que têm domicílio rural, o que significa que a pressão sobre o mercado de trabalho urbano não vem mais apenas via êxodo rural, mas pode haver uma disputa crescente de postos de trabalho urbanos pelas pessoas com domicílio rural. Esse é mais um dos aspectos da urbanização do meio rural brasileiro a que já nos referimos anteriormente.

<sup>9.</sup> Isso porque, nos anos 80, apesar da crise, o setor agrícola teve desempenho altamente favorável. Além disso, a violenta queda do valor real do salário mínimo, que foi reduzido a praticamente a metade no período considerado, permitiu a expansão do trabalho assalariado em praticamente todas as regiões do país.

Tabela 1.2 Distribuição relativa (%) da PEA agrícola, dos desocupados e da PEA total, segundo o local domicílio: Brasil, 1981, 1986 e 1990

Domicílio	1981	1986	1990
PEA agrícola			
Rural	80,8	79,8	80,9
Urbano	19,2	20,2	19,1
Desocupados			
Rural	6,8	6,9	8,3
Urbano	93,2	93,1	91,7
PEA total			
Rural	29,4	26,9	26,1
Urbano	70,6	73,1	73,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNAD (1981, 1986 e 1990 ) — Não revisado; Tabulações Especiais; dados reprocessados a partir das fitas originais, por Mauro Del Grossi.

A Tabela 1.3 mostra a distribuição relativa da PEA rural segundo os principais ramos de atividade econômica em 1990 para as grandes regiões do país. Chama a atenção o fato de que no Sudeste, neste ano, mais de 40% da PEA rural já estava ocupada em atividades não-agrícolas com destaque para serviços pessoais e agroindustriais.

**Tabela 1.3**Distribuição da PEA rural segundo o ramo de atividade econômica: Brasil e regiões, 1990

Ramo	CO	NE	SE	SU	BR
Agropecuária	62,0	71,8	58,5	73,1	64,8
Ind. transformação	5,9	6,1	9,2	6,5	6,9
Ind. construção	3,0	2,8	4,8	2,3	3,2
Outras indústrias	1,9	0,9	0,9	1,1	1,0
Comércio	5,2	4,1	3,8	2,7	3,8
Serviços pessoais10,8	6,0	13,0	6,8	8,0	
Serv. aux. produção	1,3	0,4	0,9	0,3	0,6
Transporte + comércio	2,0	1,1	1,8	1,5	1,4
Social	4,9	4,2	3,3	2,6	3,6
Administração pública	1,9	1,4	1,3	1,5	1,4
Outras não-agrícolas	0,3	0,2	0,8	0,5	0,4
Desemprego	0,9	1,0	1,7	1,1	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados básicos: IBGE. PNAD (1990) – Não revisado; dados reprocessados a partir das fitas originais por Mauro Del Grossi.

A Tabela 1.4 mostra a decomposição da taxa de crescimento da PEA rural pelos principais setores de atividades, segundo as grandes regiões pesquisadas pela PNAD (que exclui a Região Norte).

Como se pode perceber, exceto pela distorção dos dados no ramo da construção civil no Nordeste, 10 todas as taxas de crescimento das pessoas ocupadas em atividades rurais não-agrícolas são positivas e bastante superiores às taxas de crescimento da ocupação em atividades agropecuárias de suas respectivas regiões.

Tabela 1.4

Taxas de crescimento (% a.a) da PEA rural, segundo os principais ramos de atividade: Brasil e grandes regiões, 1981/1990

Atividade	CO	NE	SE	SU	BR
Agropecuária	2,2	1,8	-0,3	-0,6	0,7
Ind. transformação	10,3	6,9	7,7	4,4	6,7
Ind. construção	13,0	-10,6	9,5	3,5	-3,5
Outras indústrias	11,2	2,5	2,7	1,8	3,2
Comércio	14,0	7,5	9,2	6,3	8,2
Serviços pessoais12,8	8,1	9,8	9,3	9,4	
Serv. aux. produção	3,8	11,4	7,7	1,0	6,8
Transporte + comécio	18,1	6,0	9,7	7,6	8,3
Social	12,4	8,8	9,2	3,1	7,9
Administração pública	11,3	11,7	9,8	9,8	10,7
Outras não-agricolas	3,2	1,0	8,6	6,3	5,5
Desemprego	7,8	1,0	4,1	10,7	4,1
Total	5,0	2,2	2,5	8,0	2,1

Fonte dos dados básicos: IBGE. PNAD (1981, 1990) — Não revisado; dados reprocessados a partir das fitas originais por Mauro Del Grossi.

Note-se também o extraordinário crescimento das pessoas com domícilio rural ocupadas na indústria da transformação, no comércio e, de modo muito especial, nos serviços, tanto pessoais, como nos auxiliares da produção e públicos.

Verifica-se ainda que a taxa de crescimento média da PEA agrícola nos anos 80, embora baixa, ainda é positiva. Isso só foi possível graças ao desempenho altamente favorável que tiveram a PEA agrícola das regiões Nordeste (que sofreu seca

<sup>10.</sup> A PNAD de 1981 incluiu no ramo da construção civil as pessoas contratadas nas frentes de trabalho da Região Nordeste, o que inflou artificialmente os dados da ocupação naquele ano.

em 1981) e Centro-Oeste (expansão da fronteira agrícola dos cerrados) nos anos 80 por razões que dificilmente se repetirão. Ressalte-se que no mesmo período o crescimento da PEA agrícola já foi negativo para as regiões Sudeste e Sul (-0,3 e -0,6% a.a., respectivamente), tendo sido contrabalançado pelo expressivo crescimento da PEA rural, particularmente na Região Sudeste onde atingiu 2,6% a.a. (Tabela 1.4).

Não é nosso objetivo detalhar aqui o que se passou em cada um desses ramos. Apenas gostaríamos de assinalar que as tendências são muito parecidas com as apontadas por Blakely & Bradshaw (1985), que mostram também grande crescimento dos serviços pessoais produtivos e governamentais no meio rural dos EUA no final dos anos 70. Segundo os autores citados, o crescimento dos serviços governamentais nas zonas rurais, especialmente serviços de assistência técnica à produção e à prevenção de doenças, acompanhados de substancial melhoria da infra-estrutura social (escolas, hospitais, ambulatórios, etc.) e da rede previdenciária, mudou o estilo e a qualidade de vida do *farmer* norte-americano. E tornou possível, em muitos lugares antes estritamente agrícolas, a construção de casas de campo para lazer da população urbana mais próxima e a vinda de turistas, especialmente de pessoas aposentadas.

Os dados das PNADs também permitem a análise desagregada dos principais grupos de ocupação da PEA rural (Tabela 1.5). Por precaução em relação à desagregação possível dos dados, optamos por apresentar apenas os dados relativos a São Paulo e ao Sudeste.

Os dados para São Paulo são exemplares: as duas categorias que mostraram redução no número de pessoas ocupadas nos anos 80 foram os produtores agropecuários autônomos e os trabalhadores rurais ocupados em atividades agropecuárias. Todas as demais categorias apresentaram taxas elevadas de crescimento, com destaque para:

- a) empresários não-agrícolas residentes no meio rural (21,6% a.a.), que já somavam mais de 25 mil em 1990;
- b) técnicos de segundo grau e nível superior (18,8% a.a.), que somavam 14 mil em 1990;
- c) jardineiros (excluídos todos os trabalhadores hortigranjeiros) (18,1% a.a.), mais de 11 mil;
- d) trabalhadores da indústria alimentar (agroindústria) (18,2% a.a.), quase 22 mil;
- e) trabalhadores do comércio (16,2% a.a.), que alcançavam o expressivo número de 72 mil pessoas.

Vale a pena chamar a atenção também para o crescimento dos empregados domésticos (10,6% a.a.) e dos trabalhadores braçais sem especificação (18,6% a.a.), que reforçam a "desdiferenciação" da divisão social do trabalho a que nos referimos anteriormente.

Resumindo, podemos dizer que entre as principais atividades não-agrícolas com importância crescente no meio rural brasileiro deve-se destacar, em primeiro lugar, aquelas relacionadas com a proliferação de indústrias, em particular das agroindústrias, no meio rural.

Tabela 1.5
Distribuição da PEA rural segundo os principais grupos de ocupação: São Paulo e demais estados da Região Sudeste (SE-SP), 1981/90

Ocupação principal	(1.00	1990 10 pessoas)	Taxa de crescimento 1981/90 (% a.a.)		
	SE-SP	São Paulo	SE-SP	São Paulo	
Produtor agropecuário	512,4	113,8	0,6	-2,6	
Trabalhador agropecuário	1.180,8	418,8	-1,0	-1,6	
Tratoristas	25,6	32,9	2,1	3,7	
Administrador agropecuário	19,5	n.s	11,7	<u> </u>	
Outros prof. agropecuários	49,5	14,6	10,8	10,3	
Jardineiros	4,2	11,6	-4,4	18,1	
Trabalhador braçal s/definição	46,1	50,1	5,3	18,6	
Trab. construção	90,2	87,2	5,9	10,0	
Motoristas	50,7	43,3	8,0	10,7	
Trab. escritório	21,5	58,2	11,9	7,6	
Trab. vestuário	50,2	44,7	5,2	9,6	
Trab. agroindústria	15,3	21,5	6,5	18,2	
Trab. comércio	76,3	72,1	6,9	16,2	
Trab. serv. asseio e vigilantes	46,8	68,2	11,6	14,7	
Empr. doméstico	168,3	118,5	8,5	10,6	
Mecânico + metalúrgicos	29,8	54,3	9,9	8,9	
Trab. hotel, bar, restaurante.	39,0	26,0	12,3	14,5	
Professores	34,1	6,2	1,0	12,7	
Técnicos 2º Grau + Superior	10,0	14,2	8,5	18,8	
Empresários não-agropecuários	20,5	25,1	21,5	21,6	
Outros	187,5	216,2	6,7	6,8	
Total	2.679,3	1.497,9	1,7	4,3	

Fonte dos dados básicos: IBGE. PNAD (1981, 1990) — Não revisado; dados reprocessados a partir das fitas originais de Mauro Del Grossi.

Em segundo lugar vêm aquelas atividades relacionadas à crescente urbanização do meio rural (como moradia, turismo, lazer e outros serviços) e a preservação do meio ambiente.

Em terceiro lugar, mas não menos importante na rápida caracterização das atividades não-agrícolas que vêm se desenvolvendo no nosso meio rural, destaca-se a proliferação dos sítios de recreio, ou simplesmente chácaras, como são chamadas no interior do estado de São Paulo. São pequenas áreas de terra destinadas ao lazer de famílias de classe média urbana, geralmente inferiores a dois hectares, localizadas nas periferias dos grandes centros urbanos, na orla marítima ainda não densamente povoada ou em áreas próximas a rios, lagos, represas ou reservas florestais, e com fácil acesso através das principais rodovias asfaltadas do país.

As Estatísticas Cadastrais do INCRA de 1978 revelam a existência de inexpressivos 18.482 sítios de recreio ocupando área total de 896.586 ha, num total de mais de 3 milhões de imóveis e quase 420 milhões de ha em todo o país. Para o estado de São Paulo, apenas 9.094 imóveis, com área de 306.954 ha, num total de mais de 258 mil imóveis e 20 milhões de ha recadastrados naquela data. Ocorre que o INCRA classifica como sítios de recreio apenas os imóveis sem declaração de qualquer exploração agropecuária e não classifica aqueles com atividades não-agrícolas; ou seja, apenas as áreas de lazer. Embora parte significativa das chácaras de recreio seja exclusivamente para lazer, como é o caso dos "ranchos de pescaria", é comum encontrarem-se também – e provavelmente são muito mais representativas – unidades que combinam as atividades de fim de semana do proprietário e seus familiares com alguma atividade produtiva – agropecuária ou não – do seu morador, geralmente chamado de "caseiro".

Muitas chácaras de recreio apresentam atividades produtivas de valor comercial considerável, ultrapassando até mesmo a idéia corrente de "abater parte das despesas de sua manutenção". Em 1995, a exposição desses pequenos imóveis rurais, realizada em São Paulo, estimou em cerca de 70 mil os pequenos chacareiros com atividades comerciais no estado de São Paulo. Eles se dedicam principalmente a criação de abelhas, peixes, aves e outros pequenos animais, produção de flores

<sup>11.</sup> O texto que se segue está baseado em Graziano da Silva et al. (1996).

e plantas ornamentais, frutas e hortaliças, atividades de recreação e turismo (pesque-pague, hotel-fazenda, pousadas, restaurantes, spas).

O impacto da proliferação das chácaras de fim de semana tem sido notável sobre a paisagem rural. Primeiro, as chácaras contribuem para manter áreas de preservação/conservação do que restou da flora local e muitas vezes dão início a um processo de reflorestamento, mesclando espécies exóticas e nativas. Segundo, expulsam as "grandes culturas" que, em geral, utilizam-se de grandes quantidades de insumos químicos e de máquinas pesadas, das periferias das cidades. Terceiro, dão novo uso a terras antes ocupadas com pequena agricultura familiar, inclusive assalariando antigos posseiros e moradores do local como "caseiros", jardineiros e principalmente guardiões do patrimônio aí imobilizado na ausência dos proprietários.

As chácaras de fim de semana representam, na nossa opinião, uma versão "terceiro-mundista" da política européia das "duas velocidades", onde se procura atribuir aos pequenos produtores das regiões desfavorecidas a tarefa de guardiões da natureza, reservando às grandes explorações o papel produtivo clássico. Infelizmente, até agora, têm sido dada maior atenção à tarefa de coibir os aspectos negativos desse importante fenômeno, como, por exemplo, a especulação imobiliária, a sonegação fiscal e trabalhista, e o desvio de recursos do crédito rural, que ocorrem com muita freqüência.

Há porém aspectos positivos que, se devidamente direcionados, poderiam vir a ser objeto de novas políticas públicas. O primeiro é o do emprego: bem ou mal, o contingente de caseiros representa hoje um segmento expressivo dos trabalhadores domésticos (quase 8% da PEA rural paulista, conforme os dados da Tabela 1.5) que está por merecer atenção específica da legislação trabalhista brasileira. Segundo: a cessão da casa de moradia (e por vezes também do direito de manter horta doméstica e criações) que, em geral, acompanha o vínculo empregatício. Prefeituras do interior do estado de São Paulo, por exemplo, têm desenvolvido verdadeiros programas habitacionais, visando recuperar casas abandonadas nas antigas colônias das fazendas e disponibilizando meios de transporte público para os trabalhadores urbanos que aí vierem a residir. Terceiro: o uso menos intensivo do solo, de água e de outros recursos naturais tem favorecido novo tipo de povoamento rural, antes desconhecido num país que se caracteriza por grandes conglomerados urbanos. Quarto: a emergência do conjunto de atividades intensivas

(como olericultura, floricultura, fruticultura de mesa, piscicultura, criação de pequenos animais como rã, canários, aves exóticas) cujos produtores – muitos dos quais de origem urbana – buscam "nichos de mercado" específicos para sua inserção, como forma alternativa de complementar a renda familiar. A atual crise agrícola – que se traduz basicamente por uma queda dos preços das principais commodities, como suco de laranja, café e grãos, e do valor dos imóveis rurais – impôs limites à expansão das tradicionais atividades agropecuárias. Nesse contexto, ganham importância essas "novas atividades rurais" altamente intensivas e de pequena escala, propiciando novas oportunidades para o conjunto de pequenos produtores que já não se pode chamar de agricultores ou pecuaristas; e que muitas vezes nem são produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não-agrícolas e/ou urbanas.

## A importância das rendas não-agrícolas nos anos 80

Ruth Gasson (1988) argumenta que foi só com as rendas não-agrícolas do *part-time* que se conseguiu atingir os dois principais objetivos sempre perseguidos mas até então nunca alcançados das políticas agrícolas dos países desenvolvidos: estabilizar e elevar a renda das famílias rurais ao nível das urbanas.

Os dados das PNADs que estamos analisando também permitem mostrar que no caso brasileiro as rendas não-agrícolas são substancialmente maiores que as rendas agrícolas dentro da mesma região do país. <sup>12</sup> Na Tabela 1.6, a coluna **rur** indica quanto a renda rural dos ramos não-agrícolas é maior que a da atividade agropecuária; e a coluna **urb**, quanto a renda urbana é superior à rural para o mesmo ramo de atividade.

A primeira constatação é que a renda média das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias no meio rural só era superior à renda média das pessoas

<sup>12.</sup> O motivo de estarmos apresentando apenas os valores relativos prende-se ao fato de que os quesitos das PNADs referem-se ao rendimento do último mês no caso dos rendimentos fixos (como os dos assalariados) e a uma estimativa da renda líquida mensal no último ano no caso de os rendimentos serem variáveis. É muito provável que essa forma de auferição das rendas variáveis leve a forte subestimação das mesmas vis-à-vis as rendas provenientes do trabalho assalariado. Isso implica que as rendas agrícolas dos conta- própria e dos empregadores – urbanos ou rurais, agrícolas ou não-agrícolas – têm grau de subestimação maior que as domais

empregadas em serviços pessoais na Região Centro-Oeste; para todo o restante do país e para todos os demais ramos de atividades, as pessoas ocupadas no meio rural em ramos de atividades não-agrícolas tinham renda média maior do que a dos que trabalhavam em atividades agropecuárias, em 1990. Em alguns ramos, chegava mesmo a ser de quatro a cinco vezes maior, como, por exemplo, no caso das pessoas ocupadas em serviços auxiliares da produção e na administração pública da Região Sul. Por outro lado, na Região Centro-Oeste, as rendas médias rurais superam em apenas 9% a das pessoas residentes no meio rural ocupadas em atividades agropecuárias, alcançando 37% na Região Sudeste. Para o conjunto do país esse valor é de 32%, ou seja, na média as rendas rurais superam em quase um terço a renda *per capita* das atividades agropecuárias. São, pois, as rendas provenientes das atividades não-agrícolas que puxam para cima a renda média das pessoas residentes no meio rural brasileiro.

Tabela 1.6
Rendas médias em relação às atividades agrícolas segundo a localização do domicílio (rural e urbano): Brasil e regiões, 1990

Ramo de atividade	CO			NE		SE		SU		BR	
	rur <sup>(1)</sup>	urb	rur	urb	rur	urb	rur	urb	rur	urb	
Agropecuária	100	287	100	208	100	282	100	263	100	287	
Ind. transformação	176	129	158	244	238	164	217	158	215	206	
Ind. construção	135	137	207	163	262	111	234	136	242	141	
Outras indústrias	146	190	411	165	190	276	362	180	304	202	
Comércio	158	151	278	143	196	181	244	150	230	176	
Serviços pessoais	77	165	157	121	115	175	103	211	128	176	
Serviços auxiliares	127	300	625	103	219	290	473	144	358	208	
Transporte + comércio	174	202	363	150	356	134	375	125	365	152	
Social	92	324	146	293	174	239	234	195	162	293	
Administração pública	203	214	280	193	311	165	420	129	323	184	
Outras não-agricolas	179	292	537	199	235	259	373	209	348	229	
Total	109	229	130	274	137	256	131	276	132	302	

Fonte dos dados básicos: IBGE. PNAD (1981, 1990); dados reprocessados a partir das fitas originais por Mauro Del Grossi.

<sup>(1)</sup> rur = relação entre a renda média da atividade de um determinado ramo e a renda agrícola no meio rural; urb= relação entre a renda média urbana e a rural de um dado ramo de atividade.

A segunda constatação é que para o mesmo ramo de atividade a renda média das pessoas com domicílio urbano é sempre maior que a renda média das pessoas com domicílio rural. Dentre as pessoas que trabalham em atividades agropecuárias, as que moram na cidade ganham em média quase três vezes mais que as que moram no campo; no caso da indústria essa relação cai para duas vezes; e no caso da construção civil não alcança uma vez e meia. Ou seja, as rendas médias das atividades não-agrícolas das pessoas que moram no campo estão mais próximas das rendas dos seus pares urbanos que a das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias.

Evidentemente há muitas razões que justificam as diferenças anteriormente apresentadas, inclusive uma provável maior subestimação das rendas agrícolas dos empregadores e dos trabalhadores por conta-própria nas PNADs *vis-à-vis* os rendimentos provenientes do trabalho assalariado, como já alertamos anteriormente. Nossa intenção aqui é apenas chamar a atenção para o fato de que as rendas das atividades agropecuárias estão entre as menores remunerações que se pagavam no país em 1990, tanto no meio urbano, como no meio rural. E que, portanto, a possibilidade da pluriatividade com ocupações não-agrícolas era fundamental para elevar e também estabilizar as rendas das pessoas residentes no meio rural em todo o país.

O fundamental é que as pessoas ocupadas em atividades agrícolas e residentes no meio rural têm uma alternativa, que parece se desenhar como cada vez mais importante a partir dos anos 80, para aumentarem sua renda sem terem de se mudar para a cidade: mudar de ramo de atividade, de agrícola para não-agrícola.

### A evolução da PEA rural e da PEA agrícola nos anos 90

Antes de mais nada é preciso alertar que os dados das novas PNADs de 1992 em diante não são diretamente comparáveis com os das PNADs anteriores, inclusive 1990, devido a mudanças no critério de enumeração das pessoas de 10

<sup>13.</sup> É oportuno relembrar que em 1990, quando ainda vigia o Plano Collor, os níveis de inflação eram bastante reduzidos, o que diminui os problemas de atualização dos valores recebidos em períodos de tempo diferentes, como no caso dos agricultores vis-à-vis os assalariados.

anos e mais economicamente ativas (PEA). Nas novas PNADs, a PEA foi ampliada de modo a incluir pessoas que antes não eram consideradas ocupadas. Basicamente foram incluídos aqueles que declararam não receber nenhuma remuneração (em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios) e que trabalharam:

- a) uma hora e mais (antes eram 15 horas e mais);
- b) na produção agropecuária apenas para o próprio consumo e/ou na construção para o próprio uso.

Embora as mudanças permitam maior detalhamento das pessoas nãoremuneradas que realizaram algum trabalho na semana de referência, a sua simples
inclusão no total de pessoas ocupadas pode levar a erros grosseiros de interpretação
da tendência dos dados quando comparados aos anteriores. Para evitar maiores
confusões, daqui em diante nos referiremos sempre a PEA ampliada ou (PEA 1+)
quando nos referirmos ao conceito utilizado nas novas PNADs, que inclui os nãoremunerados que trabalhavam menos de 15 horas na semana de referência e no
autoconsumo; e a PEA usual ou restrita quando nos referirmos ao conceito
utilizado nas "velhas PNADs" (até 1990), que consideravam ocupadas apenas as
pessoas remuneradas e/ou as não-remuneradas que trabalhavam 15 horas ou mais
na semana de referência, excluídas sempre as que se dedicavam exclusivamente a
produção para autoconsumo ou autoconstrução.

É por isso que apresentamos separadamente (Tabela 1.7) diferentes estimativas da PEA ocupada segundo as horas trabalhadas. Quando consideramos todas as pessoas economicamente ativas com 10 anos e mais que trabalham uma hora ou mais na semana de referência – denominadas simplesmente PEA ampliada ou PEA 1+ – podemos dizer que o número de ocupados em atividades agrícolas caiu em quase 350 mil pessoas entre 1992 e 1995. Mas se considerarmos as pessoas com 10 anos e mais que declararam trabalhar 15 horas ou mais (excluídas também as que trabalharam somente para o próprio autoconsumo), veremos que a queda dos ocupados em atividades agrícolas é ainda maior: cerca de 460 mil pessoas.<sup>15</sup>

<sup>14.</sup> A rigor, os dados das PNADs de 1992 em diante não devem ser comparados com os anteriores até que o IBGE recalcule os pesos de expansão da amostra, uma vez que os dados atualmente disponíveis se baseiam em projeções do Censo de 1980, sabidamente superestimados em relação ao crescimento populacional encontrado pelo Censo de 1991.

<sup>15.</sup> A PEA +15 não pode ser tampouco diretamente comparável com os dados das PNADs anteriores a 1992, porque exclui os trabalhadores remunerados que declararam trabalhar menos de 15 horas na semana de referência, e que representavam em 1995 cerca de 350 mil pessoas.

Tabela 1.7 Pessoas economicamente ativas (PEA) ocupada segundo as horas trabalhadas na semana de referência: Brasil, 1992, 1993 e 1995

	1992	1993	1995	1995-92
1 hora ou mais (PEA 1+)				
Total	65.395	66.570	69.629	4.234
Não-agrícola	46.895	48.316	51.468	4.573
Agricola	18.500	18.254	18.154	-346
- empregados	5.064	4.935	4.784	-280
- conta própria	4.526	4.418	4.514	-12
- empregador	574	532	530	-44
- não remunerado	5.122	5.168	5.098	-24
- autoconsumo	3.211	3.198	3.223	12
(Agrícola sem autoconsumo)	(15.289)	(15.056)	(14.931)	(-358)
Menos de 15 horas (PEA -15)				
Total	3.931	4.281	4.416	485
Não-agrícola	1.459	1.670	1.770	311
Agrícola	2.471	2.610	2.646	172
- empregados	24	33	38	12
- conta própria	108	87	127	19
- empregador	15	11	20	5
- não-remunerado	326	339	390	64
- autoconsumo	1.998	2.139	2.072	74
(Agricola sem autoconsumo)	(473)	(471)	(574)	(381)
15 horas ou mais (PEA 15+)				
Total	61.464	62.289	65.212	3748
Não-agrícola	45.436	46.645	49.698	4262
Agrícola	16.029	15.643	15.509	-520
- empregados	5.040	4.901	4.747	-293
- conta própria	4.419	4.331	4.338	81
- empregador	559	521	510	-49
- não-remunerado	4.796	4.830	4.709	-87
- autoconsumo	1.213	1.059	1.152	-61
(Agricola sem autoconsumo)	(14816)	(14584)	(14357)	(-459)

Fonte: IBGE. PNAD (1992, 1993, 1995).

A diferença pode ser explicada principalmente pelo crescimento do número de pessoas ocupadas em tempo parcial, ou seja, aquelas que declaram trabalhar de uma a 14 horas na semana de referência – daqui em diante denominadas PEA -15 –, que aumentou em mais de 380 mil pessoas no período considerado.

Note-se que todas as categorias da PEA até 15 horas aumentam no período considerado, o que pode ser interpretado como mais um indicativo da importância que vêm assumindo as atividades agrícolas em tempo parcial no meio rural brasileiro. Pode-se dizer que as atividades agropecuárias estão se tornando crescentemente atividades de tempo parcial para um contingente expressivo de trabalhadores em nosso país. E não é apenas porque as atividades agrícolas não demandem todo o tempo de trabalho disponível das famílias rurais: é também porque não geram renda suficiente para manter as famílias em condições dignas de vida.

Assim, se adotarmos o critério de que as pessoas ocupadas em tempo integral auferem uma renda mínima de um salário mínimo, por exemplo, deveriam ser consideradas parte dos sub-ocupados aqueles trabalhadores agrícolas com renda insuficiente (no exemplo menor que o salário mínimo), ainda que se declarem ocupados todo o tempo nessas atividades.

As relações de trabalho na agricultura brasileira revestem-se de profunda heterogeneidade. Note-se que quase um quinto (18%) das pessoas economicamente ativas com 10 anos e mais, que declararam estar ocupadas uma hora ou mais na semana de referência em atividades agrícolas (Tabela 1.7), dedicavam-se exclusivamente a atividades de autoconsumo. A grande maioria eram pessoas ocupadas em atividades não-remuneradas (28%) e por conta própria (25%). Os trabalhadores considerados efetivamente empregados representavam pouco mais de um quarto (26%) da PEA 1+ agrícola brasileira total.

Vale a pena destacar também o crescimento dos ocupados exclusivamente na produção para o próprio consumo, especialmente daqueles em tempo parcial (menos de 15 horas), que aumentaram em mais de 70 mil pessoas, e dos não-remunerados com menos de 15 horas, que aumentaram em mais de 60 mil pessoas no período 1992/95. Isso é importante porque permite relativizar muito a idéia de que as pessoas ocupadas na produção para consumo próprio e as não-remuneradas ocupadas menos de 15 horas na semana de referência possam ser consideradas pessoas economicamente ativas como outras quaisquer e comparadas com as pessoas que se encontram formalmente empregadas trabalhando 15 horas ou mais na semana. Note-se, por exemplo, que os empregados representavam em 1992 pouco mais de um terço (34%) da PEA agrícola restrita. Por isso procuramos falar sempre em ocupação e não em emprego agrícola, termo que julgamos claro ser reservado para exprimir apenas o trabalho assalariado.

A Tabela 1.8 compara a evolução dos cortes rural e agrícola da PEA 1+, que inclui os ocupados em tempo parcial (os que trabalharam até 15 horas na semana de referência), e as pessoas que se dedicavam somente ao próprio autoconsumo e mais os desocupados. <sup>16</sup> É sintomático o contraste: enquanto a PEA rural aumentou em quase 200 mil pessoas no período 1992/95, a PEA agrícola diminuiu em quase 350 mil e os desocupados em cerca de 64 mil pessoas. Isso significa que mais de 550 mil pessoas residentes no meio rural encontraram ocupação em atividades não-agrícolas na primeira metade dos anos 90, considerando-se que a PEA agrícola com domicílio urbano manteve a mesma tendência de queda apresentada no final dos anos 80, como mostram os dados da Tabela 1.2.

Tabela 1.8
População economicamente ativa ocupada uma hora ou mais na semana de referência (PEA 1+): Brasil, 1992 e 1995 (1.000 pessoas)

PEA 1+	1992	1995	Variação	% a.a.
Urbana	52.636	56.605	3.969	2,5
Rural	17.333	17.532	199	0,4
Agricola	18.500	18.154	-346	-0,6
Não-agrícola	46.896	51.474	4.579	3,2
Desocupados	4.574	4.510	-64	-0,5
Total	69.969	74.138	4.169	1,9

Fonte: IBGE. PNAD (1992, 1995).

O número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas estimado pelas PNADs cai, pois, rapidamente na primeira metade dos anos 90, e só não cai mais porque aumentam as pessoas ocupadas em tempo parcial e aquelas dedicadas ao autoconsumo, que não eram enumeradas anteriormente. Mas o número de pessoas ocupadas no meio rural cresce – e cresce significativamente – pela expansão das atividades não-agrícolas. No próximo capítulo apresentamos os dados que permitem quantificar essas atividades, à semelhança do que fizemos para os anos 1981/90.

<sup>16.</sup> A cada novo critério de abertura da PEA urbana e/ou rural, surge um número de pessoas que não informaram aquele atributo. Para manter a comparabilidade dos dados, nossas tabulações especiais incluíram sempre os que não informaram o ramo de atividade entre os desocupados, o que obviamentre acarreta sobrestimativa da categoria.

A Tabela 1.9 apresenta os dados para o Brasil (exceto a área rural da Região Norte, exclusive a do Tocantins) da PEA e da PEA ocupada sem as pessoas que se dedicavam apenas ao próprio autoconsumo, retabuladas de acordo com o conceito vigente até 1990, de modo a permitir a comparação dos dados de 1981 com os de 1995, que estamos denominando de PEA sem autoconsumo ou restrita. Chama a atenção o fato de que a ocupação agrícola, que estava crescendo nos anos 80 a uma taxa nada desprezível, passa a cair 0,9% ao ano na primeira metade dos anos 90. Mesmo ocorre com a PEA rural, que crescia pouco nos anos 80 e passou a cair. O fato é ainda mais preocupante se considerarmos que a taxa de crescimento da PEA urbana também diminui entre os períodos aqui considerados, embora continue positiva e maior que a taxa de crescimento da população de 10 anos e mais.

É alentador, no quadro de redução das atividades agrícolas e rurais *vis-à-vis* os anos 80, constatar em 1992/95 o forte crescimento das pessoas ocupadas em atividades rurais não-agrícolas, de 3,5% a.a., contra 1,2% a.a. no período anterior. É o crescimento das atividades não-agrícolas que contrabalançou a queda de 1,3% a.a. das atividades agrícolas no meio rural brasileiro e que explica a quase estabilização alcançada da PEA rural nos anos 90.

Isso nos permite levantar a hipótese de que parte importante do crescimento da população rural residente de 10 anos e mais seja de pessoas não-remuneradas mas ocupadas parcialmente em atividades agrícolas combinadas com atividades não-agrícolas do tipo *part-time* a que nos referimos anteriormente. A importância do fato pode ser vista ainda na Tabela 1.9, que mostra o quase estancamento do êxodo rural agregado para o país e o pequeno crescimento da população rural com 10 anos e mais entre 1992 e 1995. Este, todavia, foi suficiente para reverter a tendência de queda observada na década passada, sugerindo que são as famílias rurais com maior número de filhos menores que continuam a alimentar o êxodo em direção as cidades.

<sup>17.</sup> A compatibilização ainda não é completa pois a classificação das pessoas ocupadas, segundo o ramo de atividades de 1992 em diante, foi feita pelo critério de maior tempo de dedicação ao longo do ano e não da maior renda obtida. Mas isso afeta muito pouco a comparabilidade das pessoas ocupadas em atividades agrícolas nos anos 80, como demonstrou Del Grossi (1999), em sua tese de doutoramento, onde apresenta um algoritmo que permite a comparação mais rigorosa dos dados das novas PNADs com as anteriores.

<sup>18.</sup> E também superior ao crescimento demográfico de 1980/91, que foi de 2,12% a.a. para o estado de São Paulo e de 1,93% a.a. para o Brasil. Ver a respeito, Fundação SEADE (1992).

Tabela 1.9
População residente, população de 10 anos e mais, PEA 15+ sem autoconsumo e PEA ocupada 15+: Brasil, 1981/95 (1.000 pessoas)

População	1981	1992	1995	1992/81 % a.a.	1995/92 % a.a.	1995/81 % a.a.
Residente	119.692	146.003	152.375	1,8	1,4	1,7
Urbana	85.165	113.807	120.351	2,7	1,9	2,5
Rural	34.527	32.166	32.024	-0,6	-0,1	-0,5
10 anos ou mais	88.903	113.722	120.936	2,3	2,1	2,2
Urbana	64.699	89.787	96.727	3,0	2,5	2,9
Rural	24.234	23.902	24.188	-0,1	0,4	0,0
PEA 15+	47.304	66.211	70.242	3,1	2,0	2,9
Urbana	33.410	51.135	55.208	3,9	2,6	3,7
Rural	13.894	15.076	15.034	0,7	-0,1	0,6
PEA ocupada 15+	45.293	61.448	65.559	2,8	2,2	2,7
Não agrícola	32.058	46.484	51.014	3,4	3,1	3,4
Urbana	29.000	42.993	47.144	3,6	3,1	3,5
Rural	3.058	3.492	3.870	1,2	3,5	1,7
Agrícola	13.235	14.963	14.545	1,1	-0,9	0,7
Urbana	2.536	3.692	3.705	3,5	0,1	2,7
Rural	10.699	11.271	10.840	0,5	-1,3	0,1
Urbana	31.536	46.685	50.847	3,6	2,9	3,5
Rural	13.756	14.763	14.709	0,6	-0,1	0,5

Fonte: IBGE. PNAD (1981, 1991, 1995). Para população residente e de 10 anos e mais, dados publicados; demais dados reprocessados na FSEADE por Flávio Bolliger a partir da amostra original de modo a compatibilizar parcialmente os conceitos de PEA e de Ocupação anteriores às modificações introduzidas na PNAD de 1992.

Os dados para o estado de São Paulo (Tabela 1.10) são ainda mais sugestivos: a população rural residente, que vinha caindo nos anos 80, apresenta crescimento no período 1992/95 de 2,3% a.a., muito superior ao crescimento da população urbana, que foi de 1,5% a.a. no mesmo período, e da população residente total. O mesmo ocorre com a população residente de 10 anos e mais.

Em relação à PEA sem autoconsumo, o número de pessoas ocupadas no meio rural, que se manteve praticamente constante durante os anos 80, passa a

Na verdade, o crescimento ocorreu na primeira metade dos anos 80, tendo estacionado no período 1986/90, como mostramos em outra oportunidade. Ver a respeito, Graziano da Silva (1994).

crescer à taxa de 1,9% a.a. no período 1992/95, bastante próxima dos 2,5% a.a. apresentados pela PEA sem autoconsumo urbana.

Mas o grande contraste é em relação à PEA sem autoconsumo: as pessoas com atividades agrícolas, que vinham aumentando menos de 1% a.a. nos anos 80, mostraram redução muito forte, de 4,5% a.a., no triênio 1992/95, enquanto os ocupados em atividades não-agrícolas residentes no meio rural dão um salto de quase 10% a.a. no período. É interessante notar também que a queda das pessoas ocupadas em atividades agrícolas é maior entre aquelas que têm domicílio urbano, ao contrário do que ocorreu no mesmo período para o Brasil como um todo. Isso nos permite dizer que, a persistirem essas tendências, no final do século o estado de São Paulo vai ter menos gente morando no campo trabalhando na agricultura

Tabela 1.10
População residente, população de 10 anos e mais, PEA 15+ sem autoconsumo e PEA ocupada 15+: São Paulo, 1981/95 (1.000 pessoas)

População	1981	1992	1995	1992/81 % a.a.	1995/92 % a.a.	1995/81 % a.a.
Residente	26.041	32.292	33.820	2,0	1,6	1,9
Urbana	23.681	30.081	31.450	2,2	1,5	2,0
Rural	2.360	2.210	2.370	-0,6	2,3	0,0
10 anos ou mais	20.211	25.926	27.772	2,3	2,3	2,3
Urbana	18.474	24.208	25.895	2,5	2,3	2,4
Rural	1.737	1.717	1.878	-0,1	3,0	0,6
PEA 15+	11.258	15.041	16.165	2,7	2,4	2,6
Urbana	10.229	13.988	15.052	2,9	2,5	2,8
Rural	1.029	1.053	1.113	0,2	1,9	0,6
PEA ocupada 15+	10.641	13.717	14.866	2,3	27	24
Não agricola	9.475	12.449	13.760	2,5	<b>2,7</b> <i>3,4</i> 3,2	27
Urbano	9.146	12055	13.242	2,5	3,7	27
Rural	329	394	518	1,7	9,5	2,4 2,7 2,7 3,3
Agrícola	1.166	1.268	1.105	0,8	-4,5	-0,4
Urbana	484	653	561	2,8	-4,9	1,1
Rural	682	615	544	-0,9	-4,0	-1,6
Urbana	9.630	12.708	13.803	2,6	2,8	2,6
Rural	1.011	1.009	1.062	0,0	1,7	0,4

Fonte: IBGE. PNAD (1981, 1991, 1995). Para população residente e de 10 anos e mais, dados publicados; demais dados reprocessados na FSEADE por Flavio Bolliger a partir da amostra original de modo a compatibilizar parcialmente os conceitos de PEA e de Ocupação anteriores às modificações introduzidas na PNAD de 1992.

que em outras atividades. É ilustrativo o fato de que, em 1995, do total de 1,062 milhão de pessoas ocupadas no meio rural paulista, 544 mil estavam ocupadas em atividades agrícolas, enquanto cerca de 518 mil pessoas estavam ocupadas em atividades não-agrícolas, embora continuassem a residir no meio rural.

Além dos dados das PNADs, também é possível obter uma indicação da queda do emprego agrícola nos anos 90 a partir das estimativas da demanda de força de trabalho no subsetor culturas. Dadas as estimativas das áreas colhidas levantadas pelo IBGE, a Fundação SEADE vem estimando a demanda de força de trabalho para as principais culturas nas regiões e estados por meio de coeficientes de exigências de mão-de-obra segundo as diferentes fases de seus calendários agrícolas.<sup>20</sup>

Vale a pena assinalar ainda que, em função da própria metodologia utilizada, as estimativas da demanda da força de trabalho apresentadas pela SEADE captam as tendências do emprego agrícola *stricto sensu*, ou seja, da demanda de trabalho assalariado no setor patronal da nossa agricultura, não necessariamente da ocupação em atividades agrícolas. A demanda do setor familiar encontra-se, obviamente, subestimada, seja pela não-inclusão de muitas das atividades agrícolas aí praticadas, seja pela própria medida de força de trabalho adotada.<sup>21</sup>

Os dados da Fundação SEADE mostram fundamentalmente que a expansão das áreas colhidas nos últimos anos não vem se refletindo no crescimento no nível da demanda de força de trabalho agrícola, mas as quedas sim. Isso se deve fundamentalmente ao fato de que as culturas que aumentaram suas áreas nos anos 90 são pouco intensivas em uso de mão-de-obra, como é o caso de milho, soja e outros grãos, que em conjunto respondem por quase metade da demanda de força de trabalho agrícola estimada para o país. Ao contrário, as culturas que apresentaram redução de área colhida, como o cacau, o algodão e o café, são grandes absorvedoras de mão-de-obra. Em função disso são poucos os estados e regiões que mostram aumento na demanda de força de trabalho agrícola.<sup>22</sup>

<sup>20.</sup> Para a metodologia utilizada ver Fundação SEADE (1996).

<sup>21.</sup> A unidade de medida da força de trabalho considerada pela FSEADE é o equivalente homem ano (EHA), que corresponde a 200 jornadas/ano de um homem adulto num ritmo de trabalho assalariado. Veja-se a respeito Sensor Rural <a href="http://www.fseade.gov.br">http://www.fseade.gov.br</a>.

<sup>22.</sup> Deve-se ter em conta que, como os coeficientes são os mesmos para todo o período considerado, as variações na demanda de força de trabalho refletem apenas a mudança no "mix" de produtos em cada região. A queda observada na demanda da força de trabalho agrícola do subsetor culturas está fortemente subestimada pois não foi considerado o efeito das mudanças tecnológicas, variável fundamental para se entender a queda do emprego agrícola na segunda metade dos anos 80. Ver a respeito, Fundação SEADE (1996).

#### Algumas conclusões

Em resumo, já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário. E mais: o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. O conjunto de atividades não-agrícolas – tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria – responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

É óbvio que não se quer negar com isso o peso do agrário no meio rural brasileiro, especialmente no que diz respeito às regiões Norte e Nordeste. O que é fundamental entender é que além de arroz, feijão, carne e dos "bóias-frias" e fazendeiros o mundo rural está criando outro tipo de riqueza, baseada em bens e serviços **não materiais** e **não suscetíveis de desenraizamento**, para usar a terminologia consagrada pelo grupo de Pisani (1996).

Ou seja, "o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multipropósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas.

"A integração da produção agrária nas relações sócio-econômicas do complexo agroindustrial de um lado e nas relações comunitárias locais-regionais de outro, abre oportunidades de encaminhar – não resolve de uma vez – os problemas existentes pelos processos herdados e pelos problemas potenciais oriundos da nova e mais radical modernização do *agribusiness*. A realização dessas oportunidades requer incentivos econômicos e culturais e políticas inovadoras, que busquem novas formas de gestão política e pública" (Müller, 1995: 246).

As implicações do diagnóstico para as políticas agrárias são muitas, em especial para a tão sonhada reforma agrária, que não precisa ser mais essencialmente agrícola, pelo menos no eixo centro-sul do país, tema que será desenvolvido no último capítulo deste livro.

Em relação à política de emprego, as evidências aqui acumuladas indicam que o trabalho assalariado agrícola vem diminuindo rapidamente nos anos 90; e a

ocupação em atividades agrícolas só não vem caindo mais rapidamente porque vem crescendo o número de pessoas que se dedicam a atividades agrícolas em tempo parcial e de autoconsumo, especialmente nos segmentos da agricultura familiar. E mais: os rendimentos derivados das atividades agrícolas continuam a ser os mais baixos, especialmente os daquelas pessoas que vivem em áreas rurais.

A combinação dos dois elementos – tempo parcial e baixo rendimento – transforma as famílias que vivem exclusivamente de atividades agrícolas em pobres, com destaque para os agricultores da Região Nordeste<sup>23</sup> ligados à produção familiar tradicional (conta própria + não-remunerados + autoconsumo). E as indicações disponíveis nos permitem levantar com força a hipótese de que são exatamente essas famílias – especialmente aquelas com maior número de filhos menores de 10 anos – que continuam a migrar para as periferias das pequenas e médias cidades do interior.

Nunca é demais recordar que, em razão da elevadíssima concentração fundiária existente no país, em poucas regiões o desenvolvimento agrícola do setor patronal caminhou junto com o desenvolvimento rural. Na maioria dos casos, a elevação dos rendimentos físicos da produtividade do trabalho nas culturas das atividades agropecuárias se fez acompanhar da intensificação do êxodo em direção às cidades e do emprego de miseráveis bóias-frias. Acabou-se a ilusão de que a Revolução Verde acabaria simultaneamente com a fome nas cidades e a miséria nos campos.

Resumindo, podemos dizer que nos segmentos não patronais as atividades agrícolas vêm se convertendo em ocupações parciais e de remuneração insuficiente para manter as pessoas residentes no meio rural em condições dignas de vida.

A criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia capaz de reter a população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e, ao mesmo tempo, elevar a sua renda. Não é por outra razão que importantes instituições internacionais vêm insistindo na proposta de se retomar a idéia de desenvolvimento rural impulsionando-se atividades que gerem novas ocupações (não necessariamente empregos) que propiciem maior renda às pessoas residentes no meio rural (FAO, 1995).

<sup>23.</sup> Ver a respeito o item B do Anexo III do recente relatório do Banco Mundial (1996, v. 2: 52-61).

Lamentavelmente, a visão dos nossos dirigentes vem sendo a de insistir no desenvolvimento agrícola como estratégia para a solução do emprego e da pobreza rural.<sup>24</sup> Nas esferas federal e estadual, o poder público tem insistido na estratégia de buscar o desenvolvimento agrícola como se esta fosse a única (e melhor) maneira de se atingir o desenvolvimento rural. A recente mudança na legislação do "Novo ITR" é apenas mais um exemplo nesse sentido: perdeu-se excelente oportunidade de criar um instrumento de política que estabelecesse o disciplinamento do uso dos solos e das águas, permitindo a implantação do zoneamento agrícola no meio rural, à semelhança do que existe hoje para os solos urbanos. E os municípios continuam sem um instrumento eficaz de intervenção no espaço que continua sob o arbítrio do privado, mas que é cada vez menos agrícola e mais afeto à produção de bens que requerem a regulamentação do poder público, como o lazer, o turismo, a preservação ambiental e a moradia.

Mas uma política de emprego rural não deve centrar-se apenas na reforma agrária e na criação de ocupações não-agrícolas. Em trabalho anterior (Graziano da Silva, 1995), mostramos que no caso brasileiro existe clara gradação no aumento da pobreza das famílias cujo chefe tem como fonte de renda principal atividades agrícolas, quando o domicílio se desloca das zonas metropolitanas para as zonas urbanas não-metropolitanas, e das pequenas e médias cidades para as zonas rurais.<sup>25</sup> Os dados da PNAD de 1990, por exemplo, mostram que mesmo nas regiões mais pobres do país, como o Nordeste, a porcentagem de famílias agrícolas com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo é muito maior na zona rural. E no que se refere às zonas urbanas, os dados mostram o aumento da freqüência de famílias pobres quando se passa das zonas metropolitanas para as não-metropolitanas, com exceção da Região Sudeste.

<sup>24.</sup> A exceção à regra é o PROGER rural - Programa de Geração de Emprego e Renda - desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e operado pelo Banco do Brasil com repasse de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com o objetivo de "vincular o crédito ao efetivo desenvolvimento da área rural e absorver mão-de-obra na área rural". Mas o "viés agrícola" dos nossos dirigentes é tão forte que na própria home page do Banco do Brasil, o PROGER é apresentado como um "Programa que apóia comunidades rurais no desenvolvimento de atividades relacionadas à produção de alimentos", e que "incentiva a implantação de projetos relacionados à racionalização das atividades rurais, à melhoria da produtividade, ao correto uso da terra e à proteção do meio ambiente. Os recursos são destinados ao custeio (produção agrícola e pecuária) e investimentos rurais" <a href="https://www.bancodobrasil.com.br">https://www.bancodobrasil.com.br</a>

<sup>25.</sup> Aqui uma consideração adicional deve ser feita em relação às maiores dificuldades de captação dos rendimentos agrícolas; e outra a respeito do maior tamanho das famílias agrícolas que têm mais filhos menores que as urbanas.

Kageyama & Rehdler (1993) mostraram que as melhores condições de vida da população rural não estão associadas necessariamente a maiores índices de modernização agrícola (medidos por indicadores relativos à base técnica da produção agrícola). A variável mais importante detectada pelos autores citados foi o que poderíamos chamar de "grau de urbanização do interior", ou seja, exclusão da porcentagem da população urbana que reside na capital e/ou região metropolitana com o objetivo de captar a dispersão da rede urbana no interior dos estados. Isso permitiu aos autores diferenciar os estados em que, embora seja alta a proporção da população urbana, esta concentra-se na capital e seu redor, daqueles estados onde o processo de urbanização estendeu-se pelo interior, beneficiando assim também áreas rurais vizinhas.

Os autores mostraram também que nos estados do Centro-Sul do país as diferenças entre as taxas de urbanização com e sem as capitais tendem a ser bem menores que nos estados das regiões Norte e Nordeste. Os resultados obtidos mostram correlação altamente significativa entre o grau de urbanização do interior dos estados e o nível de vida da sua população rural. Segundo os autores citados, "a extensão da rede urbana no interior dos estados ao levar para essas áreas infraestrutura, por mínima que seja, de água, saneamento, eletricidade e comunicação em geral, acaba por beneficiar as áreas rurais próximas".

Segundo o Censo de 1991 mais de um quinto da população brasileira reside em municípios de menos de 20 mil habitantes; e aí se concentra a maioria da população rural brasileira e também da PEA agrícola com domicílio urbano. A falta de infraestrutura social básica nos locais onde as atividades giram em torno da agropecuária transformou os povoados em apenas um passo intermediário do êxodo em relação às metrópoles. Por isso é fundamental que também nessas pequenas e médias cidades do interior se implemente uma estratégia de criação de empregos não-agrícolas, dotando-as de infra-estrutura adequada (luz, água, esgoto, saneamento básico, creches, escolas, hospitais, etc.) e estimulando a instalação nelas de agroindústrias, com objetivo de aumentar o valor agregado da produção agropecuária local e evitar os conhecidos "passeios da safra", que, além de prejudiciais ao país, drenam a maior parte do excedente da renda agrícola das regiões interioranas.

Podemos dizer que o mundo rural brasileiro não pode mais ser tomado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais. O meio rural ganhou, por assim dizer, novas funções e "novos" tipos de ocupações:

- a) propiciar lazer nos feriados e fins de semana (especialmente às famílias de renda média/baixa que têm transporte próprio), através dos pesque-pague, hotéis-fazenda, chácaras de fins de semana, etc.;
- b) dar moradia ao segmento crescente da classe média alta que prefere condomínios rurais fechados nas zonas suburbanas;
- c) desenvolver atividades de preservação e conservação que propiciem o surgimento do ecoturismo, além da criação de parques estaduais e estações ecológicas;
- d) abrigar o conjunto de profissões tipicamente urbanas que estão proliferando no meio rural em função da urbanização do trabalho rural, assegurada com a igualdade trabalhista obtida na Constituição de 1988 (motoristas de ônibus para transporte de trabalhadores rurais, mecânicos, contadores, secretárias, digitadores, trabalhadores domésticos).

### 2

## A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro de 1992 a 1995<sup>26</sup>

ma das dimensões privilegiadas na nossa investigação é o comportamento do emprego rural e do emprego agrícola, os quais, como se supunha até muito recentemente, deveriam declinar. Chegou-se até mesmo a postular que quanto menor a população rural, mais desenvolvido seria o país ou a região.

Os países da OCDE, depois de assistirem impassíveis durante décadas ao esvaziamento de seus campos e à brutal concentração de sua população em grandes metrópoles, em meados dos anos 80 passaram a desenhar políticas específicas para evitar o que se convencionou chamar de "desertificação" de amplas partes de seus territórios.<sup>27</sup> O resultado já pode ser visto numas das reportagens recentes da revista *Time*: "In the 1990s, two million more Americans moved from metro centers to rural areas then migrated the other way".<sup>28</sup>

<sup>26.</sup> Uma versão anterior deste texto encontra-se em Graziano da Silva & Del Grossi (1997).

Não é nosso objetivo aqui tratar dessas políticas. Os interessados poderão encontrar uma excelente avaliação delas realizada por distintos atores sociais na recente edição espanhola da Fundación de Estudios Rurales (1997).

<sup>28.</sup> Cf. Time (The). Latin American Edition (v. 150, n. 24, p. 26-33, Dec. 1997).

No caso dos países latino-americanos, entretanto, o êxodo rural e o esvaziamento das pequenas e médias cidades continuou sendo a trajetória aceita como "inexorável" por quase toda a sociedade. Klein (1992), em trabalho pioneiro, alertou que nos anos 70 as ocupações rurais agrícolas haviam decrescido à taxa de 0,8% a.a., enquanto as ocupações rurais não-agrícolas (ORNA) haviam crescido a 3,4% a.a., taxa maior que o crescimento médio da PEA total da América Latina. E observou que em doze dos dezoito países para os quais dispunha de informações censitárias, o emprego rural não-agrícola vinha aumentando mais rapidamente que o emprego total, como era o caso do Brasil; e que em oito dos países aumentava mais inclusive que a PEA urbana (p.2). E apontava para a necessidade de se integrarem as atividades agrícolas e não-agrícolas por meio do crescimento agrícola simultâneo aos investimentos em infra-estrutura física e social que permitissem a geração de atividades e empregos rurais não-agrícolas.

No Brasil, a recessão dos segmentos urbano-industriais, que já vinha desde o início da década anterior, coincide nos anos 90 com uma crise agrícola sem similar no pós-guerra, fruto da queda da demanda interna por alimentos e matérias-primas de origem agrícola, altos níveis de endividamento dos pequenos e médios produtores e desestímulo ao setor exportador em função da abertura indiscriminada das importações, inclusive de produtos subsidiados nos países de origem, e da defasagem cambial da nova moeda brasileira, o real. E, dada a contínua queda dos preços das nossas principais *commodities* agropecuárias, a renda agrícola gerada era cada vez mais insuficiente para sustentar a família rural em condições dignas de vida.<sup>29</sup>

Poucas vozes – entre elas cabe destacar o Movimento dos Sem-Terra no Brasil, pela importância política que conferiu ao tema da Reforma Agrária nos anos 90 – levantaram-se para alertar que os ramos de atividades urbanos não cria-

<sup>29.</sup> Um estudo do IBRE/CEA da FGV mostrou que os preços de algodão, arroz, café, açúcar, cebola, feijão, laranja, mandioca, milho e soja cafram, em média, à metade nos anos 90, em relação à década anterior. A queda do trigo foi ainda maior: mais de 70%. No mesmo período, os custos de produção aumentaram significativamente, puxados em grande parte pela recuperação do valor do salário mínimo que serve de "farol" para os salários e rendimentos pagos no meio rural brasileiro. O resultado foi a brutal queda na rentabilidade das atividades agropecuárias tradicionais, diminuindo em quase 40%, na média, quando se compara a renda bruta das explorações agropecuárias da primeira metade dos anos 90 com a da primeira metade da década anterior. Ver a respeito, Lopes (1996).

riam os novos empregos necessários para absorver a força de trabalho sobrante dos campos. Mas, as estatísticas mostravam que o emprego agrícola vinha diminuindo rapidamente desde meados dos anos 80. Tornava-se assim cada vez mais difícil aceitar como saída da crise a proposta de novo modelo de desenvolvimento agrícola assentado na produção agrícola familiar...

Utilizando-se dados censitários agregados para o Brasil similares ao utilizados por Klein (1992), Graziano da Silva (1993) chamou a atenção para o fato de que nos anos 60 e 70, contingente expressivo de trabalhadores rurais havia se deslocado dos campos para a periferia das cidades, urbanizando assim grande parte da força de trabalho agrícola que antes residia nas fazendas. E que nos anos 80, ao contrário, não só esse fluxo havia sido substancialmente reduzido, como estava ocorrendo verdadeira "urbanização do campo brasileiro" através do crescimento de ocupações não-agrícolas no meio rural.

No capítulo anterior mostramos o grande crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro nos anos 80, em especial nas regiões Centro-Oeste e Sudeste do país. Em 1990, por exemplo, no estado de São Paulo, de cada cinco pessoas residentes no meio rural, apenas duas estavam ocupadas em atividades agropecuárias. As outras três tinham emprego em atividades não-agrícolas, principalmente em indústria de transformação (agroindústrias), prestação de serviços pessoais, construção civil, comércio e prestação de serviços sociais, embora continuassem a residir no meio rural.

Como já dissemos anteriormente, a partir de 1992, as novas PNADs ampliaram a sua cobertura temática (agregando temas como migração, fecundidade e nupcialidade), e o conceito de trabalho, visando captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que anteriormente não eram incluídas na população ocupada, como já dissemos anteriormente. Na nova classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação que foi adotada, definiram-se duas outras categorias decorrentes da ampliação do conceito de trabalho (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), e isolou-se a categoria específica que recebeu a denominação de trabalhadores domésticos, "para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado" (IBGE, 1996). Além da inclusão das duas novas categorias citadas, o IBGE passou a considerar como ocupadas as pessoas de 10 anos e mais que realizaram algum trabalho não-remunerado durante pelo menos uma hora na se-

mana de referência (ou seja, oito minutos e 34 segundos por dia), no lugar das 15 horas anteriormente exigidas.

As mudanças impossibilitam a comparação direta dos dados publicados das novas PNADs de 1992, 1993 e 1995 com os dados das anteriores, introduzindo grandes dificuldades para compatibilizar a série dos dados recentemente disponibilizados com os dos anos 80. É por essa razão que neste capítulo nos limitaremos a analisar apenas os dados das novas PNADs de 1992 e 1995, evitando qualquer comparação com os anos anteriores.

#### A PEA 1+ Agrícola

Antes de mais nada é preciso dizer que a população economicamente ativa ocupada pelo menos uma hora na semana em atividades agrícolas – doravante denominada simplesmente de PEA 1+ agrícola – varia muito conforme o período de referência que se considere para definição da atividade principal da pessoa entrevistada. As novas PNADs pesquisaram dois períodos de referência: o ano e a semana anterior à data do levantamento (IBGE, 1996). Existem 19,3 milhões de pessoas que declararam ter na agricultura sua atividade principal³º durante o ano de 1995, número esse que se reduz para 18,2 milhões de pessoas quando se considera a última semana de setembro (Tabela 2.1). Ou seja, há quase um milhão e quinhentas mil pessoas no país que declararam a atividade agrícola como ocupação principal nos 365 dias anteriores à data da entrevista (outubro de 94 a setembro de 95), e na semana de referência estavam ocupadas em atividades não-agrícolas, ou simplesmente não estavam ocupadas.

Esse número pode variar em função da data de referência e do período de tempo (ano, mês, semana) que se considere, dada a grande variação sazonal típica

<sup>30.</sup> Nas "PNADs" anteriores a 1992, a ocupação principal era definida pelo trabalho remunerado ao qual a pessoa dedicou maior número de horas na semana de referência; nas novas, era definida pelo maior tempo de ocupação nos 365 dias anteriores. Na verdade, são duas modificações simultâneas na definição da ocupação principal: troca-se o critério de remuneração pelo tempo de ocupação; e amplia-se o período de referência da semana para o ano anterior à data da pesquisa. As modificações tendem a afetar especialmente aqueles ramos de atividades nos quais é freqüente o trabalho não-remunerado e/ou o trabalho precário, seja pela intermitência, seja pela baixa remuneração, como é o caso do pequeno comércio e da prestação de serviços pessoais, além da própria agricultura. Para maiores detalhes ver Graziano da Silva & Del Grossi (1997).

das atividades agrícolas. No caso das PNADs, a data é a última semana de setembro, que é a época de safras nas regiões Sudeste e Sul, que concentram a maior parte da produção agropecuária do país. Supõe-se portanto, que nessa semana haja um número maior de pessoas ocupadas em atividades agrícolas que em outras épocas do ano. O inverso, porém, ocorre na Região Nordeste, onde é tempo de seca, o que reduz as atividades agrícolas ao mínimo necessário para a manutenção das criações e dos tratos culturais.

Tabela 2.1

Condição e setor de atividade das pessoas ocupadas uma hora ou mais na semana (PEA 1+) em atividades agrícolas, segundo os períodos de referência da PNAD: Brasil e São Paulo, 1995

Condição		Brasil		S	São Paulo			
de atividade	mil pessoas	%	Tx .cr. 92/95 % a.a.	mil pessoas	%	Tx. cr. 92/95 % a.a.		
Agricola na semana¹	18.154	100	-0,6**	1.303	100	-4,2**		
Agrícola no ano	17.891	98,6	-0,5*	1.259	96,6	-4,3**		
Não-agrícola no ano	263	1,4	-6,6**	44	3,4	2,0		
Agrícola no ano²	19.343	100	-0,6**	1.431	100	-3,6**		
Agrícola na semana	17.891	92,5	-0,5*	1.259	88	-4,3**		
Não-agrícola na semana	386	2	0,3	57	4	3,1		
Desocupado na semana	189	1	3,4	38	2,7	4,6		
Inativo na semana	877	4,5	-3,4**	77	5,4	1,9		

Fonte: IBGE. PNAD (1992, 1995, tab. 4.34).

Note-se que também ocorre o contrário, mas com menor freqüência: ou seja, na última semana de setembro de 1995 existiam 263 mil pessoas que não tinham a agricultura como sua atividade principal nos 365 dias anteriores, mas que na semana da entrevista estavam ocupadas em atividades agrícolas. Isto significa que havia no país pelo menos 850 mil pessoas que oscilavam entre atividades agrícolas e não-agrícolas durante o ano. Para São Paulo, o contingente é de 100 mil pessoas; e a proporção é semelhante: apenas 7% da PEA agrícola ocupada

<sup>(1)</sup> Pessoas ocupadas na agricultura nos 365 días anteriores a data de referência (1/10/94 a 30/9/95).

<sup>(2)</sup> Consiste nas pessoas ocupadas na agricultura na semana de referência da pesquisa (24 a 30/9/95).

<sup>\*</sup> e \*\* - valores significativos ao nível de 20 e 10% respectivamente.

alterna atividades agrícolas e não-agrícolas, tendo como referência a última semana de setembro, que é um ponto de pico de atividades agrícolas no estado (safra de cana e de laranja, plantio de culturas temporárias). Essa pode ser também a explicação para encontramos taxa de crescimento negativa (-6,6% a.a.) para as pessoas que fazem a combinação agrícola na semana/não-agrícola ao longo do ano para o Brasil e positiva (+2% a.a.) em São Paulo.

Como já vimos, na definição usual da PEA adotada pelo IBGE toma-se como critério a última semana de setembro para o período de referência, o que também faremos a partir de agora neste trabalho. A Tabela 2.2 apresenta a evolução da PEA agrícola e não-agrícola para o Brasil e São Paulo, segundo a situação do domicílio. Antes de mais nada é preciso dizer que a PEA 1+ agrícola representava pouco mais de um quarto (26% para ser mais preciso) da PEA 1+ total em 1995, sendo que 73% dela residia no meio rural.

A Tabela 2.2 mostra que a PEA 1+ agrícola diminuiu no período 1992/95,<sup>31</sup> sendo que o ritmo de queda dos trabalhadores agrícolas com residência urbana foi maior que o daqueles com domicílio rural, especialmente no caso do estado de São Paulo. Note-se porém que a PEA 1+ rural cresceu a taxas expressivas no mesmo período, tanto para Brasil, como para São Paulo. A razão está no crescimento da PEA não-agrícola residente no meio rural, que cresceu às expressivas taxas de 3,5% a.a. para o Brasil e de quase 10% a.a. para São Paulo. Em função disso, a proporção de trabalhadores rurais ocupados em atividades não-agrícolas cresceu de 20,8% em 1992 para 22,8% em 1995 no país e de 35,5% para 44,2% no mesmo período em São Paulo. Note-se que em 1995 o total de pessoas ocupadas residentes no meio rural representava 25% da PEA 1+ brasileira e pouco menos de 8% no estado de São Paulo.

Em resumo, o que segurou gente no campo brasileiro não foram as atividades agropecuárias *stricto sensu*, mas sim as ocupações não-agrícolas: cerca de 384 mil pessoas encontraram em ocupações diversas que pouco ou nada têm a ver com as tradicionais atividades agrícolas, novos postos de trabalho no campo na primeira metade dos anos 90.

<sup>31.</sup> Na verdade isso vem acontecendo desde 1986 (ano do Plano Cruzado), quando a PEA agrícola atingiu o máximo de 14,4 milhões de pessoas ocupadas durante 15 ou mais horas de trabalho na semana de referência, excluídas as pessoas que se dedicavam exclusivamente à produção para autoconsumo.(Graziano da Silva, 1994).

Tabela 2.2
População economicamente ativa ocupada 1 hora ou mais na semana (PEA 1+) segundo situação do domicílio e setor de atividade: Brasil e São Paulo, 1.992/95. (1.000 pessoas)

PEA		Agrícola			Não-agrícola			Total		
	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	
Brasil										
1992	13.515	4.984	18.500	3.546	43.350	46.895	17.061	48.334	65.395	
1995	13.320	4.834	18.154	3.930	47.545	51.474	17.249	52.379	69.629	
Tx. cr. (% a.a.)	-0,5	-1,0*	-0,6**	3,5**	3,1**	3,2**	0,4	2,7**	2,1**	
São Paulo										
1992	713	766	1.479	395	12.123	12.318	1.108	12.889	13.997	
1995	660	643	1.303	523	13.328	13.850	1.183	13.971	15.154	
Tx. cr.(% a.a.)	-2,5	-5,7**	-4,1**	9,8**	3,2**	3,4**	2,2	2,7**	2,7**	

Fonte dados básicos: Núcleo de Economia Agrícola do IE/ UNICAMP, Projeto Rurbano – Tabulações Especiais. \* e \*\* - valores significativos ao nível de 20 e 10% respectivamente.

Antes de prosseguirmos, um alerta: o fato de as pessoas residirem no meio rural não significa que também exerçam suas atividades no meio rural. Assim, um pedreiro ou uma empregada doméstica que declare residir no meio rural pode perfeitamente ter o seu local de trabalho num centro urbano próximo. O fato de medirmos a ORNA a partir do local de residência pode levar à superestimativa da capacidade de geração de empregos no meio rural no caso de os declarantes exercerem suas atividades no espaço urbano. Mas isso pode ser entendido também como "nova função" não-agrícola do rural brasileiro: a de propiciar residência para importante contingente de pessoas. E isso vale tanto para o segmento das classes urbanas de altas rendas que busca melhores condições de vida e lazer (condomínios fechados, casas de campo, chácaras de fim de semana, etc.), como para aquelas famílias de baixa renda que procuram as periferias dos grandes centros urbanos para realizarem seu sonho da casa própria através da autoconstrução, tendo em vista que o rural tem legislação habitacional menos restritiva que o urbano.

É importante alertar também que os dados apresentados na Tabela 2.2 escondem a profunda heterogeneidade de que se revestem as relações de trabalho na agricultura brasileira. Como mostramos no capítulo anterior, quase um quinto (18%) da PEA agrícola em 1995 dedicava-se exclusivamente a atividades

de autoconsumo; e a grande maioria era constituída de pessoas ocupadas em atividades não-remuneradas (28%) e por conta própria (25%). Os trabalhadores considerados efetivamente empregados representavam apenas pouco mais de um quarto (26%) da PEA agrícola brasileira total em 1995.

#### O crescimento das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro

Até aqui tratamos da PEA 1+ agrícola com residência urbana e rural no período 1992/95; e pudemos constatar que a queda do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas não implicou a redução da PEA rural, ou seja, daquelas pessoas ocupadas em atividades agrícolas ou não-agrícolas que residem nas zonas rurais dos municípios brasileiros. A partir de agora vamos procurar identificar melhor como estão ocupadas essas pessoas.

Quase metade delas localiza-se na Região Nordeste (Tabela 2.3). Mas, em termos relativos, é a Região Sudeste que possui a maior proporção da população ocupada em atividades não-agrícolas no meio rural e também a que apresenta maior taxa de crescimento das pessoas ocupadas nessas atividades no período que estamos analisando. Chama a atenção também a Região Sul, que tem a proporção de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas inferior à média nacional. E é justamente o Sul que tem a população residente em pequenas propriedades na zona rural e também um tipo de industrialização que, se não podemos chamar de difusa, é sem dúvida menos concentrada do que a da Região Sudeste.

As características da Região Sul deveriam favorecer a combinação clássica do operário-camponês,<sup>32</sup> uma forma de pluriatividade típica de regiões de pequenas propriedades rurais, com padrão de industrialização menos concentrado.<sup>33</sup> As razões do menor peso das atividades não-agrícolas na Região Sul estão por merecer uma investigação mais aprofundada.

<sup>32.</sup> Ver a respeito, Schneider (1995) e Anjos(1995).

<sup>33.</sup> Saraceno(1997) associa também as variáveis na explicação da "industrialização difusa da terceira Itália".

Tabela 2.3
População rural ocupada uma hora ou mais na semana, segundo o setor da atividade principal que exerce: Brasil e Regiões, 1995 (mil pessoas)

Regiões e setor de atividade	Agrícola	Não-agrícola	Total	Não-agrícola		
				(%)	Tx. cr. 92/95 (% a.a.)	
Norte (1)	137	50	187	27	4,0	
Nordeste	6.774	1.730	8.504	20	1,9	
Sudeste	2.817	1.254	4.071	31	6,7**	
Sul	2.750	666	3.416	19	1,3	
Centro-Oeste	841	230	1.072	21	5,6**	
Brasil <sup>1</sup>	13.320	3.930	17.249	23	3,5**	

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano – Tabulações Especiais. (1) Exceto população rural de RO,AC,AM,RR,PA e AP, que não é levantada pelas PNADs;

A Tabela 2.4 apresenta os principais ramos de atividades não-agrícolas exercidas pela população ocupada residente em áreas rurais. As atividades de prestação de serviços pessoais são as que mais sobressaem, ocupando mais de um milhão e cem mil pessoas em todo o país em 1995. Seguem-se em ordem de importância as atividades na indústria de transformação, que ocupavam quase 800 mil pessoas, e em menor escala as do comércio de mercadorias, os serviços sociais<sup>34</sup> e a construção civil, com cerca de 500 mil pessoas cada. Note-se que agregando-se os ocupados nos diversos ramos de serviços obtém-se mais da metade das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas e residentes em áreas rurais no país em 1995.

Vale a pena chamar a atenção também para a importância do setor público na geração de ocupações não-agrícolas, seja diretamente através da administração pública, seja através dos serviços sociais que por ela são prestados. No Brasil elas já somavam 714 mil pessoas, indicando a faceta fundamental da "urbanização do meio rural" que é o acesso aos serviços públicos. Na verdade, a questão do acesso aos serviços públicos é tão importante que nos países desenvolvidos, como nos

<sup>\*</sup> e \*\* - valores significativos ao nível de 20 e 10%, respectivamente.

<sup>34.</sup> Em 1995, mais de 70% das pessoas ocupadas nesse item exerciam atividades em estabelecimentos de ensino público e outras 8% em serviços de saúde pública. O restante distribui-se em serviços assistenciais, organizações esportivas, clínicas e estabelecimentos de ensino privado.

EUA,<sup>35</sup> tem sido um dos critérios auxiliares utilizados para definir se determinada área é rural ou urbana.

Em termos de crescimento, é importante destacar o significativo aumento do número de pessoas ocupadas em construção civil, comércio, serviços e administração pública no Brasil no período 1992/95. Já no estado de São Paulo, indústria de transformação, construção civil e serviços sociais são os setores que têm crescimento significativo no mesmo período. Os setores de serviços e comércio, embora importantes, tiveram crescimento não-significativo e praticamente só mantiveram o contingente de pessoas ocupadas herdado da década anterior.

Os resultados, tanto para o Brasil como para São Paulo, não confirmam a hipótese de que as dinâmicas de geração das ORNA estariam ligadas, numa primeira etapa, ao processo de modernização da agricultura, entre as quais o desenvolvimento de atividades industriais no campo; e, posteriormente, à expansão das

Tabela 2.4
População rural ocupada uma hora ou mais na semana, em ramos de atividades não-agrícolas: Brasil e São Paulo,1995

Ramos		Brasil		S	ão Paulo	
de atividade	mil pessoas	%	Tx. cr. 92/95 % a.a.	mil pessoas	%	Tx. cr. 92/95 % a.a.
Indústria de transformação	790	20,1	0,6	129	24,7	12,6**
Indústria da construção	419	10,7	8,0**	62	11,9	27,2**
Outras atividades industriais	121	3,1	1,5	6	1,2	-10,1
Comércio de mercadorias	528	13,4	4,6**	56	10,7	11,3
Prestação de serviços	1.110	28,2	4,2**	169	32,3	4,2
Serviços aux. ativ. econom.	64	1,6	5,1	7	1,4	15,2
Transporte ou comunicação	146	3,7	0,3	20	3,8	-8,7
Serviços sociais	514	13,1	2,4	46	8,8	25,5**
Administração pública	200	5,1	7,1**	20	3,9	8,1
Outras atividades	37	0,9	-0,2	6	1,2	5,0
Total	3.930	100,0	3,5**	523	100,0	9,8**

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano - Tabulações Especiais.

<sup>\*</sup> e \*\* - Valores significativos ao nível de 20 e 10% respectivamente.

<sup>35.</sup> Cf. USDA. Economic Research Service (1997).

atividades de comércio e serviços para o meio rural.<sup>36</sup> E não é porque não haja seqüência lógica e histórica de encadeamento entre a modernização da agricultura, o desenvolvimento das agroindústrias e o posterior aparecimento dos serviços. É que o desenvolvimento rural não é um processo homogêneo, tanto do ponto de vista espacial, quanto das dinâmicas que o promovem. E a razão fundamental para isso é que a modernização da nossa agricultura foi um processo profundamente desigual, seja do ponto de vista das regiões e produtos atingidos, seja do dos produtores que dela se beneficiaram, seja ainda do dos novos vínculos intersetoriais que se geraram. O resultado disso foi a emergência de padrões muito distintos das relações campo-cidade tanto entre as distintas regiões do país, como dentro das regiões, uma vez que na maioria das vezes é a grande região metropolitana que determina o sentido dos fluxos de produtos e pessoas. Assim, não devemos estranhar se encontramos padrões completamente distintos de geração das ORNA mesmo em regiões de agricultura moderna.

A Tabela 2.5 apresenta as mesmas pessoas residentes nas áreas rurais ocupadas em atividades não-agrícolas classificadas segundo o setor de atividade que exerciam. O setor agrupa diferentes ocupações de determinado ramo de atividade, como por exemplo, o caixa e o gerente de um banco, que são então classificados como "serviços financeiros".

Assim por exemplo, dentro da administração pública, a administração municipal é o setor de atividade mais importante como fonte de emprego rural não-agrícola, respondendo por 59% das 200 mil pessoas ocupadas em 1995 naquele ramo de atividades (ver Tabela 2.4). Da mesma maneira podemos constatar que no ramo do comércio de mercadorias os setores mais importantes são o comércio de alimentos e o comércio ambulante, atividade ainda típica do interior rural brasileiro.

Como se pode ver pelos dados apresentados, a população rural ocupada em atividades não-agrícolas concentra-se em setores que, em sua maior parte, exigem baixa qualificação, tais como serviços domésticos, construção civil, pequeno comércio de alimentos, etc.

<sup>36.</sup> Segundo Weller (1997: 79) no processo de diferenciação entre atividades agropecuárias e não-agropecuárias, numa primeira fase prevalecem entre essas últimas a geração de atividades vinculadas ao setor agropecuário e localizadas nas zonas rurais; só nas fases posteriores é que se concentram nos ramos desvinculados do agro e localizados nas áreas urbanas.

Tabela 2.5
Principais setores de atividade da PEA 1+ não-agrícola residente nas áreas rurais: Brasil e São Paulo, 1995

Setor		Brasil		S	ão Paulo	
de atividade	mil pessoas	%	Tx. cr. 92/95 % a.a.	mil pessoas	%	Tx. cr. 92/95 % a.a.
Serviços doméstico	620	15,8	6,8**	110	21,1	5,4
Construção	419	10,7	8,0**	62	11,9	27,2**
Ensino público	359	9,1	0,4	10	2,0	2,8
Comércio alimentos	231	5,9	7,2**	14	2,7	26,0*
Indústria alimentos	175	4,4	-0,4	29	5,5	-1,8
Ind. transformação	151	3,9	0,1	18	3,5	8,6
Restaurantes	137	3,5	2,5	18	3,4	0,2
Alfaiataria	126	3,2	-4,1	5	0,9	6,2
Comércio ambulante	121	3,1	8,2**	15	2,9	56,4**
Admin. municipal	118	3,0	7,8**	10	2,0	-2,2
Sub-total	2.457	62,5	4,2**	293	56,0	9,6*
Total	3.930	100,0	3,5**	523	100,0	9,8**

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano - Tabulações Especiais.

A Tabela 2.6 mostra a distribuição da PEA rural não-agrícola segundo as principais ocupações. Note-se que pelo menos metade da população rural não-agrícola é constituída pelos empregados domésticos, pedreiros e seus serventes, prestadores de serviços gerais por conta própria, vendedores, motoristas, alfaiates, etc., todas elas ocupações que exigem baixo nível de qualificação.

Não se pode querer generalizar indiscriminadamente a afirmação de baixa qualificação profissional, já que ocorrem ocupações com níveis médio e elevado de qualificação, mas sempre com baixa freqüência nas amostras das PNADs. No estado de São Paulo, por exemplo, destaca-se o crescimento das ocupações ligadas à construção civil e ao pequeno comércio: ajudante de pedreiro e ambulante. Já para o Brasil, o crescimento dos serviços domésticos (inclusive diaristas) tem crescimento similar ao das ocupações já citadas.

<sup>\*</sup> e \*\* - valores significativos ao nível de 20 e 10%, respectivamente.

Tabela 2.6 Principais ocupações da PEA rural não-agrícola 1+: Brasil e São Paulo, 1995

Ocupação		Brasil		S	ão Paulo	
principal	mil pessoas	%	Tx. cr. 92/95 % a.a.	mil pessoas	%	Tx. cr. 92/95 % a.a.
Emprego doméstico	491	12,5	6,2**	86	16,5	4,4
Pedreiro	215	5,5	4,7*	31	6,0	13,1
Serviços conta própria	183	4,6	1,3	12	2,3	23,5*
Professor primário	180	4,6	1,9	3	0,6	26,3
Balconista+atendentes	154	3,9	4,6	11	2,1	-2,2
Ajudante pedreiro	132	3,4	11,0**	19	3,7	33,9**
Motorista	128	3,3	0,0	21	4,0	-4,5
Servente faxineiro	121	3,1	-4,2	8	1,5	-26,1**
Ajudante diversos	108	2,8	-1,9	17	3,2	17,4
Costureiro e alfaiate	95	2,4	-2,8	5	0,9	0,0
Forneiro em olaria	79	2,0	-6,4*	11	2,1	2,5
Ambulante - outros	78	2,0	14,2**	10	2,0	63,4**
Diversos	78	2,0	-4,9	6	1,1	-22,3*
Ajudante administrativo	47	1,2	-5,0	12	2,3	2,6
Diarista doméstica	48	1,2	8,9*	12	2,3	2,5
Sub-total	2.042	52,0	2,4**	265	50,7	4,6
Total	3.930	100,0	3,5**	523	100,0	9,8**

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano – Tabulações Especiais.

A grande participação dos serviços domésticos nas atividades não-agrícolas no meio rural aponta a nosso ver para três características distintas, mas não necessariamente excludentes:

- a) a dificuldade crescente da inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola, onde os atributos ligados à resistência física ainda são muito importantes para a força de trabalho agrícola não qualificada;
- b) o crescimento das moradias de altas rendas nas zonas rurais, seja como chácara de fim de semana, seja como condomínios de alto padrão para as famílias que procuram qualidade de vida melhor que a proporcionada pelos grandes aglomerados urbanos;

<sup>\*</sup> e \*\* - valores significativos ao nível de 20 e 10%, repectivamente.

 c) o crescimento da população de baixa renda que trabalha em áreas urbanas mas reside na zona rural em função das facilidades que encontram para conseguir terreno mais barato e da ausência de restrições legais para a autoconstrução.<sup>37</sup>

Até aqui analisamos apenas a ocupação principal das pessoas residentes no meio rural, sem considerar as suas ocupações secundárias. No caso das pessoas ocupadas em mais de uma atividade na semana de referência, as novas PNADs definiram a ocupação principal como aquela que teve maior tempo de permanência durante os últimos 365 dias; em caso de empate, o maior tempo dedicado na própria semana de referência.

A Tabela 2.7 mostra o conjunto das pessoas que têm atividade secundária ligada à agricultura segundo o local de residência e a ocupação principal, se agrícola ou não. No ano de 1995 existiam pouco mais de um milhão de pessoas com trabalho secundário na agricultura, das quais 60% tinham também na agricultura a sua atividade principal; e existiam outras 400 mil pessoas que tinham atividade principal não-agrícola mas tinham atividade secundária na agricultura. É interessante notar também que quase 280 mil pessoas que declararam ter ocupação secundária na agricultura tinham domicílio urbano; se a elas acrescentarmos as 4,8 milhões de pessoas que também residiam em áreas urbanas e declararam ter na agricultura sua atividade principal, teremos que mais de cinco milhões de pessoas residiam em centros urbanos mas tinham ocupação agrícola no país em 1995.

Para o estado de São Paulo, chama a atenção o crescimento das pessoas que têm na agricultura tanto a sua atividade principal, como a secundária. Mas há que se notar que, em termos absolutos, o total de pessoas que têm na agricultura paulista sua ocupação principal e também secundária salta de 10 mil para 19 mil pessoas entre 1992 e 1995, aumento inferior a 10 mil pessoas; assim, embora os testes mostrem que a variação é significativa, a experiência de manipular pesquisas amostrais como as PNADs recomenda precaução na interpretação de variações absolutas tão pequenas.

Essa é uma das razões principais para a proliferação dos loteamentos clandestinos nas periferias dos centros urbanos.

Tabela 2.7
Pessoas que tem ocupação secundária na agricultura, segundo a ocupação principal e a situação do domicílio: Brasil, 1995

Trabalho		Rural		ι	Irbano		Total		
	mil pessoas	%	Tx. cr. 95/92 % a.a.	mil pessoas	%	Tx. cr. 95/92 % a.a.	mil pessoas	%	Tx cr. 95/92 % a.a.
Brasil									
Agrícola	521	71,7	2,9	82	29,5	7,4**	603	60,0	3,5**
Não-agrícola	206	28,3	0,6	197	70,5	3,1	402	40,0	1,8
Total	727	100,0	2,2	279	100,0	4,3**	1.006	100,0	2,8**
São Paulo									
Agricola	15	76,0	39,5**	4	20,8	-5,6	19	49,0	22,7**
Não-agrícola	5	24,0	-7,4	15	79,2	-7,4	20	51,0	-7,8
Total	20	100,0	18,5	19	100,0	-7,0	39	100,0	2,9

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano – Tabulações Especiais.

Vejamos agora quais eram as ocupações secundárias das pessoas que declararam ter na agricultura a sua atividade principal. Como ilustra a Tabela 2.8, das 18,154 milhões de pessoas ocupadas que tinham na agricultura sua atividade principal na última semana de setembro de 1995 (ver Tabelas 1.7 e 1.8), 937 mil – ou seja, pouco mais de 5% da PEA agrícola – declararam ter também ocupação secundária. Destas, apenas pouco mais de um terço (334 mil) declarou estar ocupado em atividades não-agrícolas; e a grande maioria (603 mil) declarou ter ocupação secundária também ligada à agricultura.

Em outras palavras, das 18 milhões de pessoas que compõem a PEA agrícola quando se toma como período de referência a última semana de setembro de 1995, cerca de 736 mil pessoas combinam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas na semana. Note-se ainda que tanto no Brasil como em São Paulo as taxas de crescimento das ocupações secundárias das pessoas que tinham na agricultura sua atividade principal são bastante elevadas e quase todas significativas. Isso mostra como é crescente a busca de outras atividades pela população rural ocupada na agricultura para elevar suas rendas.

<sup>\*</sup> e \*\* - valores significativos ao nível de 20 e 10%, respectivamente.

Antes de terminar é preciso dizer que os números aqui apresentados não permitem captar ainda toda a dimensão da **pluriatividade** – entendida como a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas – no Brasil, já que para isso seria necessário analisar as famílias residentes no meio rural. Ao tomar o domicílio como unidade de análise pode-se observar a combinação de atividades agrícolas e atividades não-agrícolas dos seus membros, o que não se pode se pode fazer com os dados individualizados das pessoas.<sup>38</sup> Ou seja, para se estimar a real dimensão que já assume a pluriatividade no meio rural brasileiro é preciso analisar as ocupações de todas as pessoas que convivem sob o mesmo teto, de modo a identificar aquelas que se dedicam também a atividades não-agrícolas em determinadas épocas do ano. A tabulação dos dados das PNADs por domicílio e família é uma das próximas etapas do Projeto Rurbano.

Tabela 2.8
Principais setores das ocupações secundárias das pessoas que tem na agricultura sua atividade principal: Brasil e São Paulo, 1995

Trabalho	-	Brasil		São Paulo			
secundário	mil pessoas	%	Tx. cr. 92/95 % a.a.	mil pessoas	%	Tx. cr. 92/95 % a.a.	
Agrícola	603	64,4	3,5**	21	37,5	26,1**	
Não-agrícola	334	35,6	3,1*	36	64,3	19,7**	
Comércio alimentos	56	6,0	-4,9	1	1,4	-	
Construção	47	5,0	13,6**	2	2,9	-	
Restaurantes	23	2,4	6,1	1	1,4	-	
Comércio ambulante	22	2,3	17,6**	*			
Admin. municipal	16	1,7	28,8**	-		-	
Outros	171	18,3	0,6 **	33	58,6	-	
Total	937	100,0	3,3**	56	100,0	21,9*	

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano – Tabulações Especiais.

<sup>\*</sup> e \*\* - valores significativos ao nível de 20 e 10%, respectivamente.

Para uma ampla justificativa teórica e metodológica de porque se utilizar o termo pluriatividade e a unidade de análise família ou domicílio, ver Fuller (1990).

#### Algumas conclusões

Neste capítulo analisamos as tendências da evolução das ocupações nãoagrícolas no meio rural brasileiro a partir dos dados das novas PNADs de 1992 e 1995.

É importante ressaltar que foram introduzidas importantes modificações conceituais nas novas PNADs, o que impossibilitou a comparação direta dos resultados aqui obtidos com os apresentados em nossos trabalhos anteriores que se utilizaram das PNADs dos anos 1981 a 1990. Eles nos permitiram concluir que na década dos 90 já não se podia mais caracterizar a dinâmica do meio rural brasileiro como determinada exclusivamente pelas atividades agropecuárias.

Os indicadores agora apresentados permitiram evidenciar a crescente importância da combinação das atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural brasileiro no período 1992/95. A análise da População Economicamente Ativa Ocupada por uma hora ou mais na semana (PEA 1+) das PNADs mostra a presença de considerável contingente de mão-de-obra rural ocupada em atividades não-agrícolas, já perfazendo quase 1/4 da PEA 1+ com domicílio rural. Os dados evidenciam ainda que o contingente teve taxas de crescimento significativas na primeira metade da década. Confirma-se assim a tendência já verificada anteriormente nos anos 80, de crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas residentes no meio rural, compensando, em certo sentido, a queda da PEA agrícola.

A mudança ocupacional da população rural para postos não-agrícolas evidencia, por um lado, a baixa oferta de trabalho especificamente agrícola; e, de outro, a busca de ocupações monetarizadas e com maior rendimento. As principais ocupações da população rural não-agrícola estão ligadas a prestação de serviços, indústria de transformação, comércio e construção civil. Via de regra, são postos de trabalho que exigem baixo nível de qualificação profissional.

A população rural não-agrícola brasileira localiza-se principalmente nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Na Região Centro-Oeste, embora seu contingente seja relativamente menor, observa-se crescimento significativamente mais rápido desta parcela da população.

Mas a questão que nos interessa aqui é saber **por que crescem as ORNA**. No já citado trabalho pioneiro, Klein (1992) sustentou a hipótese de que "o volume e a evolução da ORNA está relacionado não tanto com o nível de ingresso *per* 

capita dos países, mas sim com suas características geográficas (e a consequente distribuição espacial de sua população) e as características gerais do seu desenvolvimento agrícola. Adicionalmente haveria que se considerar as particularidades da estrutura agrária local".

Segundo o autor, o grande crescimento da ORNA nos países latino-americanos se deveu, de um lado, à própria queda do emprego nas atividades agrícolas, o que obrigou a população rural a buscar outras formas de ocupação; e, de outro, à extensão e ampliação dos mercados de bens e serviços para os setores rurais. Ambos os fatores citados são resultados da própria modernização da agricultura. Por exemplo, a tecnificação dos trabalhos agrícolas requer mais ferramentas e insumos produtivos que podem ser gerados a partir de indústrias rurais. A generalização do dinheiro como forma de pagamento da força de trabalho gera maior possibilidade de desenvolvimento de atividades comerciais para atender à demanda de bens de consumo. E à medida que os países vão se desenvolvendo, estendem para as áreas rurais seus serviços públicos, em particular de educação e de saúde, assim como também cresce o emprego público ligado à administração. "De modo tal que o crescimento do emprego rural não-agrícola é no fundo um bom reflexo do processo de desenvolvimento dos países da região, particularmente da agricultura" (Klein, 1992: 7).

Ainda segundo Klein, "há que se mencionar também que no meio rural é muito comum que uma parte da mão-de-obra trabalhe em dois ou mais setores de atividades ao lono do ano, fenômeno que está relacionado, por um lado, à grande importância da agricultura como fonte geradora de emprego; e, por outro, à estacionalidade da demanda de empregos agrícolas. [...]. A complementaridade de ocupações e seu caráter fortemente estacional não é um fenômeno novo e tem sido documentada por estudiosos da área rural.

"Nesse contexto vale a pena ressaltar a importância de uma nova forma de funcionamento do mercado de trabalho na área rural que surge como conseqüência do processo de flexibilização do mercado de trabalho em geral, do qual uma das características consiste na descentralização da produção. Há evidências empíricas de que o trabalho em domicílio ou por encargo está sendo levado a cabo em diversas áreas rurais, em particular no setor de confecção e dos têxteis"(p.10-11).

Klein (1992: 7-10) chamou ainda a atenção para o fato de que a estrutura da ORNA nos países latino-americanos era similar à do mercado de trabalho não-

agrícola urbano, especificamente no que diz respeito à importância relativa da ocupação nos três grandes setores de atividade (indústria, comércio e serviços). E sugeriu que existia integração entre os mercados de trabalho urbano e rural para as atividades não-agrícolas, assim como existe também inter-relação entre os mercados de trabalho urbano e rural para as atividades agrícolas, além do já mencionado fato de existirem pessoas residentes no meio rural ocupadas em dois ou mais ramos de atividades distintos.

Com base em levantamentos de campo realizados em distintos países latinoamericanos, o autor mostrou que na província de Tungurahua no Equador, por
exemplo, mais de 40% dos trabalhadores têm duas ocupações, combinando atividades
rurais agrícolas e não-agrícolas. Aproveitando-se de que no meio rural do país há
abundância de mão-de-obra com habilidade artesanal e com longa tradição de trabalho
baseado no uso de recursos da família, desenvolveu-se o trabalho em domicílio através
do qual milhares de famílias produzem camisas, sapatos, *jeans* do tipo americano,
etc. Outro exemplo destacado: na Colômbia, 20% dos ocupados rurais têm duas ou
mais ocupações e 40% deles mudam de ramo de atividade na sua segunda ocupação.
E adicionalmente pode-se notar o aparecimento de negócios não-agropecuários de
base familiar em 20% dos domicílios rurais.

De acordo com Klein (1992), existe o consenso de que o crescimento da ORNA está em geral fortemente associado ao crescimento da agricultura e das atividades diretamente a ela relacionadas (tais como comércio e serviços), e ele cita varias comprovações empíricas disso. Mas admitiu que nem sempre o crescimento da ORNA estava associado apenas ao desenvolvimento da agricultura: "é perfeitamente possível pensar que se pode desenvolver a indústria rural a partir de estímulos que nascem nos mercados externos e estes geram então mecanismos de encadeamento para trás" (p. 13).

Evidentemente o mesmo raciocínio pode ser estendido da indústria rural para outras atividades rurais não-agrícolas, que permitam inclusive gerar encadeamentos para a frente, como é o caso dos serviços como hotéis-fazenda, turismo rural, etc. Ou seja, não há por que ligarmos o crescimento da ORNA exclusivamente ao desenvolvimento da agricultura, nem os encadeamentos que ele gera apenas a setores de atividades "a montante" da agricultura.

Em trabalho recente, Weller (1997), examinando a geração de ORNA em países do Istmo Centro-Americano, observa que algumas atividades rurais não-

agropecuárias, bem como a demanda de mão-de-obra para elas, dependem diretamente do desenvolvimento da agricultura, enquanto outras são relativa ou totalmente independentes desse setor. Argumenta também que, nos países por ele analisados (Costa Rica, Guatemala, Honduras e Panamá), são as características do setor agropecuário que influem de maneira preponderante nas características da ORNA, ainda que se possam listar fontes potenciais de geração de empregos rurais não ligados à agricultura. Ou seja, é o desenvolvimento da agricultura que impacta tanto a geração de empregos produtivos dela diretamente derivados, como o que chama de "emprego de refúgio", que são as ocupações da mão-de-obra sobrante do setor camponês.

Weller identificou cinco dinâmicas distintas que impulsionam a geração de oferta e demanda nos mercados de trabalho rural não-agropecuário, as quais obviamente não são excludentes entre si. Três delas vinculam-se diretamente às atividades agropecuárias, a saber:

- a) as atividades econômicas derivadas da produção direta de bens e serviços agropecuários ou indiretamente da sua comercialização, processamento e transporte, bem como o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nos processos;
- atividades derivadas do consumo final da população rural (o autor considera que a grande maioria das pessoas que residem no meio rural dos países citados está ocupada em atividades agropecuárias), que incluem a produção de bens e serviços não-agropecuários tanto de origem rural como também urbana, e os serviços auxiliares a eles relacionados (transporte, comércio varejista, etc.);
- c) atividades derivadas da grande disponibilidade de mão-de-obra excedente do setor camponês, o qual denominou de "setor de refúgio", englobando aí tanto o trabalho em domicílio, como o trabalho complementar daqueles que exercem outra atividade remunerada fora de suas unidades produtivas, seja ela agrícola (p. ex., trabalho assalariado estacional) ou não.

As outras duas dinâmicas arroladas por Weller **não** se vinculam diretamente às atividades agropecuárias, a saber:

- d) o consumo final não-agrícola da população urbana, como o artesanato, o turismo rural, etc., que são constituídos por bens e serviços não-agrícolas que podem ser realizados internamente nas explorações agropecuárias;
- e) serviços públicos nas zonas rurais.

Como se pode notar, as dinâmicas identificadas por Weller (1997) são basicamente as mesmas sugeridas por Klein (1992). Na nossa opinião, elas são suficientes para explicar adequadamente a evolução da ORNA em regiões tipicamente agrícolas com estrutura agrária bimodal, onde convivem grandes fazendas assentadas no trabalho assalariado e pequenas propriedades de base familiar, com mercados de trabalho rurais e urbanos bastante diferenciados. De fato as ORNA aparecem na fase inicial do desenvolvimento agrícola fortemente vinculado às próprias atividades agropecuárias, como se fossem um desdobramento natural delas, assumindo as formas, por exemplo, de atividades externalizadas que antes se realizavam no interior das próprias grandes fazendas. Posteriormente, apareceriam outras atividades rurais não-agrícolas que nenhuma relação têm com as atividades agropecuárias desenvolvidas na região e que poderiam absorver parte da mão-deobra sobrante das pequenas propriedades camponesas.

No caso brasileiro podem-se encontrar também as mesmas cinco dinâmicas de geração das ORNA identificadas anteriormente por Klein e Weller. Mas, nas regiões onde o processo de modernização conservadora dos nossos campos foi mais intenso, a população rural agrícola já é relativamente pequena e as cidades, muito grandes. Assim, em função da importância que adquirem em algumas regiões mais urbanizadas do país tanto as demandas da população urbana como as da população residente no meio rural mas não vinculada às atividades agrícolas, parece-nos fundamental destacar também três outras dinâmicas não relacionadas diretamente às atividades agropecuárias, quais sejam:

- f) demanda da população rural não-agrícola de altas rendas por áreas de lazer e/ou segunda residência (casas de campo e de veraneio, chácaras de recreio) bem como pelos serviços a elas relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos, etc.);
- g) demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas cercanias das cidades mas que já possuem infra-estrutura mínima de transportes e serviços públicos, como água e luz elétrica;
- h) demanda por terras não-agrícolas por parte de indústrias e empresas prestadoras de serviços que buscam o meio rural como alternativa favorável de locação para fugir das externalidades negativas dos grandes centros urbanos (condições de tráfego, poluição, etc.).

Essas três dinâmicas – que poderíamos chamar de **imobiliárias** – têm suas especificidades muito marcadas e resultam em tipos muito distintos de ORNA gerados. Mas todas derivam de situações em que o elemento fundamental que as impulsiona pouco ou nada tem a ver com o desempenho das atividades agrícolas. Na verdade são dinâmicas de origem tipicamente urbana que são impulsadas muito mais pelo crescimento das cidades da região. Ou seja, nestes casos, a dinâmica da geração dos empregos rurais não-agrícolas vem basicamente de impulsos gerados pelos setores urbanos que lhe são adjacentes. No caso de países como o Brasil, que possui em praticamente todas as suas regiões grandes aglomerados metropolitanos, as demandas geradas externamente pelos setores urbanos e independentes das atividades agrícolas locais podem vir a ter importância decisiva para o desenvolvimento rural da região.

É preciso também incluir outra dinâmica para representar o que chamamos em outra oportunidade de

 i) as "novas atividades agrícolas", que resultam em grande parte da busca do rural como área de lazer e preservação ambiental pela população dos grandes centros urbanos, como é o caso exemplar dos pesque-pague, das fazendas de caça, da criação de animais para fins ornamentais, da produção de mudas ornamentais, etc.

Elas são no fundo o resultado da agregação de serviços relativamente artesanais, mas de alta especialização e conteúdo tecnológico, a produtos animais e vegetais não tradicionalmente destinados a alimentação e vestuário. Assim, apesar de serem também atividades agropecuárias em última instância, a forma da organização da produção e, principalmente, o seu circuito de realização assentado em nichos específicos de mercados recomendam que as "novas atividades agrícolas" sejam tratadas de forma separada da dinâmica que engloba a produção agropecuária *stricto sensu*. E que seja considerada também demanda derivada do consumo final das populações urbanas, o que a aproximaria da dinâmica d já mencionada.

Também, como já argumentamos anteriormente, a modernização da agricultura brasileira gerou padrões muito distintos de encadeamentos setoriais. Por isso nos parece fundamental abrir a dinâmica a nas suas principais componentes, a saber:

 a1) as atividades agropecuárias derivadas da produção de bens realizadas diretamente pelos estabelecimentos agropecuários;

- a2) as atividades agroindustriais derivadas do processamento de bens agropecuários, bem como do consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados na produção de bens e serviços agropecuários;
- a3) os serviços auxiliares das atividades econômicas derivados da produção de bens e serviços agropecuários ou da sua comercialização, processamento e transporte, bem como o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nos processos.

Assim, podemos identificar no caso brasileiro **nove dinâmicas** relevantes para a geração das ORNA – itens **a, b, c, d, e, f, g, h** e **i** anteriormente listados –, sendo que apenas três delas estão fortemente relacionadas com o desenvolvimento da própria agricultura. A importância relativa de cada uma dessas dinâmicas no país como um todo pode ser avaliada pelos dados apresentados, especialmente nas Tabelas 2.4, 2.5, 2.6 e 2.8.

A combinação espacial das distintas dinâmicas produz um quadro bastante diferenciado do perfil do emprego não-agrícola nas distintas regiões do país, como se pode ver comparando-se os dados apresentados nessas tabelas para Brasil e São Paulo. Além disso, muitas das dinâmicas aparecem entrelaçadas, como, por exemplo, a busca de residência por parte da população de baixa renda e das chácaras de recreio por parte da população de altas rendas, o que torna impossível isolar o volume de emprego não-agrícola gerado por cada uma delas somente com base nos dados das PNADs. É preciso, portanto, identificar, para cada uma das regiões do país, as variáveis que podem explicar o maior ou menor crescimento deste ou daquele tipo de atividade não-agrícola.

<sup>39.</sup> Essa análise regionalizada pode ser encontrada em Del Grossi (1999).

### 3

# Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas PNADs<sup>40</sup>

este capítulo vamos desagregar o corte rural-urbano tradicionalmente utilizado pelo IBGE, a partir das aberturas que as novas PNADs permitem. Os censos demográficos classificam a situação do domicílio como **urbana** ou **rural**, segundo a sua localização geográfica definida pela legislação municipal vigente na data de coleta (o último foi em 1º de setembro de 1991). "Na situação **urbana** consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas rurais isoladas. A situação **rural** abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos" (IBGE, 1994: 9).

Na "Introdução" do Censo Demográfico de 1991 informa-se que as bases cartográficas e os arquivos contendo informações de referência territorial, incluindo o de descrições dos perímetros dos setores censitários, foram criados para subsidiar as atividades de coleta de dados. Estabelecida essa malha territorial, o domicílio é associado ao setor censitário e suas agregações hierarquicamente superio-

<sup>40.</sup> Versão revisada do texto publicado em Graziano da Silva (1997b).

res como os distritos, municípios, bairros e outras estruturas territoriais de interesse (IBGE, 1994: p. 14-5).

A Tabela 3.1, construída com base nesses critérios, mostra a evolução da população total residente em zonas urbanas e rurais, que teria passado de 32,1 milhões de pessoas no Censo Demográfico de 1991 (ou na PNAD de 1992) para 32 milhões na de 1995, ou seja uma redução de pouco mais de 140 mil pessoas em quatro anos.

É importante chamar a atenção para o fato de que os dados revisados da PNAD de 1990 mostravam uma população rural de quase 37,5 milhões de pesso-as. Isso deve ser entendido como resultado de se ter mantido fixo o corte rural/ urbano desde o censo anterior. Ou seja, as áreas consideradas rurais em 1980 permaneceram assim classificadas até 1990, sendo revisadas apenas por ocasião do novo Censo Demográfico de 1991. Por isso, é um equívoco afirmar que as PNADs superestimam sempre a população rural, uma vez que o espaço rural de 1980 não é o mesmo de 1991. O correto é dizer que naquelas áreas definidas como rurais em 1980 habitavam 37,5 milhões de pessoas em 1990; e nos espaços redefinidos como

Tabela 3.1
População residente segundo a situação do domicílio: Brasil, 1980/95 (1.000 pessoas)

Situação do domicílio	População Residente			Percentagens	
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rura
1980 1	116.160	80.436	35.723	69,2	30,8
1981	119.692	85.165	34.527	71,2	28,8
1986	135.608	98.764	36.844	72,8	27,2
1990 <sup>2</sup>	141.580	104.102	37.478	73.5	26,5
1991	143.107	110.991	32.116	77,6	22,4
1992	146.003	113.837	32.166	78,0	22,0
1993	148.217	116.087	32.130	78,3	21,7
1995	152.375	120.351	32.024	79,0	21,0
Tx. cresc.				<del>,</del>	
(% <sup>a.a.</sup> ) R <sup>2</sup>	1,8	2,6	-0,7		_
R <sup>z</sup>	97,8	98,5	33,6	_	_

Fonte: IBGE. PNAD.

<sup>(1)</sup> Dados censitários, exclusive a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

<sup>(2)</sup> Dados revisados a partir do Censo de 1991. As estimativas divulgadas para a PNAD de 1990 eram de 109.105.721 e 38.199.803 pessoas para as populações residentes urbana e rural, respectivamente.

rurais em 1991 habitavam 32,1 milhões. A diferença de mais de cinco milhões de pessoas não é um erro de estimativa da PNAD mas sim um indicador da população residente em áreas que foram consideradas rurais em 1980 e que passaram a ser urbanas no recenseamento de 1991.

Todavia, vale lembrar que o Censo de 1991 registrou 16,6% da população total como residente em municípios de menos de 20 mil habitantes, que é um dos parâmetros muitas vezes utilizados para definir o número mínimo de habitantes de um aglomerado urbano. Ou seja, os 21% de população considerada rural na PNAD de 1995 podem na verdade ser elevados para quase 40% dependendo do critério que se utiliza para definir um núcleo urbano. Isso relativizaria em muito a forte tendência à urbanização da nossa população, espelhada nas diferenças entre as taxas de crescimento da população urbana de 2,6% a.a. e a queda da população rural de 0,7% a.a. no período 1980/95.

Wanderley (1994) chama a atenção para o fato de que vários países utilizam o critério da dimensão da população residente para distinguir se a área é rural ou urbana. Nos EUA, é rural o indivíduo que não reside em aglomerado com mais de 10 mil habitantes ou nos limites externos de uma cidade de mais de 50 mil habitantes com densidade populacional inferior a 100 habitantes por milha quadrada. Na Alemanha as áreas rurais são aquelas que têm densidade inferior a 100 habitantes por km² e não possuem cidades de mais de 100 mil habitantes.

Também a distinção entre população rural e população agrícola se baseia em critérios diferentes de acordo com os países. "Na França, por exemplo, a população rural engloba todos os habitantes das pequenas aglomerações, quaisquer que sejam as atividades que exerçam, inclusive a parcela daqueles que se dedicam ao trabalho na agricultura, isto é, a população agrícola. No Brasil é urbano quem habita as sedes urbanas dos municípios, independentemente do tamanho destas e das profissões desempenhadas. Assim, um pequeno comerciante residente num 'village' francês, sem ser agricultor, é para a França um rural, enquanto um agri-

Cf. Clementino (1997). Segundo a autora, com base nas projeções do IBGE para 1994, 3.611 municípios do país (ou seja, 72,6% do total) tinham menos de 20 mil habitantes; e 2.273 tinham menos de 10 mil.

<sup>42.</sup> A queda abrupta de mais de cinco milhões de pessoas na população rural entre 1990 e 1992 deve-se ao fato de a situação do domicílio permanecer a mesma nas PNADs durante os períodos intercensitários, como explicaremos posteriormente.

cultor brasileiro que more na cidade é aqui considerado um legítimo urbano" (Wanderley, 1994: 17-8).

Ainda de acordo com Wanderley, nos países europeus o êxodo rural atingiu num primeiro momento (início da industrialização) a população rural não-agrícola. Mas, a partir da Segunda Guerra o êxodo atingiu também os agricultores, resultando num expressivo esvaziamento dos campos — fala-se na França em "desertificação" segundo a autora, embora estudos mais recentes indiquem um "renascimento" das sociedades rurais, produzido pela integração de novos segmentos populacionais que, partindo das cidades, retornam aos campos por razões e objetivos variados.

Segundo Fredrich, Brito & Rocha (1983), "a repartição da PEA por setor de atividade é com frequência utilizada internacionalmente como critério auxiliar para diferenciar o quadro urbano do rural. [...] Israel o emprega como critério absoluto: aglomerados onde mais de 2/3 dos chefes de família tenham ocupações não-agrícolas são classificados como urbanos. Tanto o Japão como a Índia usam o critério da PEA associado ao de tamanho, especificando-o do seguinte modo para a definição do urbano: Japão, tamanho populacional superior a cinquenta mil habitantes e pelo menos 60% da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas; Índia, população superior a cinco mil habitantes com densidade de mais de 390 habitantes por km² e pelo menos 3/4 da população rural adulta masculina empregada em atividades não-agrícolas" (p. 207).

Os autores citados apresentaram uma proposta visando distinguir entre os assentamentos existentes na área legalmente definida como rural, separando basicamente os aglomerados rurais que eram na verdade extensão do núcleo urbano daqueles aglomerados rurais isolados (distantes pelo menos 1 km do perímetro urbano), que poderiam ser "povoados agrícolas" ou não, em função da proporção das pessoas aí residentes ocupadas em atividades agrícolas. Ou seja, a separação entre os aglomerados isolados de natureza urbana e os aglomerados isolados de natureza rural deveria ser feita exclusivamente com base no percentual da PEA ocupada em atividades agrícolas, admitindo-se o corte de 30% como o correspondente, de modo aproximado, aos critérios utilizados internacionalmente para a distinção entre urbano e rural. Todavia, em função do teste empírico que fizeram com os dados de 1980 para o estado mais urbano e para o estado mais rural da federação – respectivamente, Rio de Janeiro e Maranhão –, os próprios autores

admitiram que para o último o corte deveria ser de 70% e não de 30%; mas que o novo percentual subestimaria a participação do rural no caso dos estados mais urbanizados (p. 215).

Em resumo, para não nos alongarmos em citações, a rápida revisão bibliográfica apresentada é suficiente para demonstrar que é relativamente arbitrário introduzir um parâmetro de corte relacionado à atividade exercida pelo indivíduo (se agrícola ou não-agrícola) para definir a situação de rural ou urbano do aglomerado onde ele reside. A distinção entre rural e urbano tem cada vez menos a ver com o tipo de atividade exercida pelo indivíduos que aí residem, mesmo porque o crescimento das atividades não-agrícolas nas áreas ditas rurais parece ser uma das tendências mais importantes dos anos 90, tanto nos países desenvolvidos, como é o caso dos EUA (Cromartie & Calvin, 1996), como na América Latina, de modo geral, e no Brasil em particular, como já mostramos nos Capítulos 1 e 2.

Também não é mais um critério fundamental do corte rural/urbano a busca de um local de moradia com acesso a luz elétrica, água encanada, asfalto, coleta de lixo e próxima de equipamentos de saúde, educacionais e recreativos. Ainda que persistam significativas diferenças entre o grau de acesso dos moradores de áreas urbanas e de áreas rurais, as políticas de desenvolvimento rural têm se esforçado em levar ao campo esses bens e serviços considerados hoje essenciais para uma vida digna e que nas décadas passadas pareciam ser privilégio das zonas urbanas.

É preciso ressaltar, todavia, que as rendas obtidas das atividades nãoagrícolas no meio rural continuam a ser significativamente menores que as suas equivalentes urbanas; e que a renda média *per capita* no campo continua a ser muito inferior à das cidades tanto nos países centrais como nos menos desenvolvidos, sem que se possa notar ainda uma tendência definida de redução das disparidades.<sup>43</sup>

Ou seja, o corte rural/urbano parece ser hoje mais uma variável explicativa das diferenças quantitativas entre os níveis de renda e o grau de acesso a determinados bens e serviços, que um corte analítico que explicite as diferenças qualitativas entre dois territórios. Por isso "a idéia de dois mundos que se opõem" vai cedendo lugar à idéia de um *continuum* espacial, seja do ponto de vista de sua dimensão geográfica e territorial, seja na sua dimensão econômica e social.

<sup>43.</sup> Para os EUA ver: USDA. Economic Research Service (1997). Para o Brasil, ver Hoffmann (1992).

Com base em critérios que procuram combinar padrões demográficos tradicionais, como os fluxos das atividades econômicas envolvendo tanto a produção de bens e serviços quanto o deslocamento dos próprios trabalhadores, Cromartie e Swanson (1996) desdobraram o corte metropolitano/não-metropolitano do ERS/USDA<sup>44</sup> (usado como equivalente ao corte urbano/rural, embora se reconheça que o primeiro tem definição mais precisa). Utilizaram-se de dados desagregados dos distritos censitários ("tracts"), unidade menor que a dos condados ("county") tradicionalmente utilizada.

Os autores propõem cinco categorias para identificar o que denominaram "um continuum rural-urbano", quais sejam: 1) centro metropolitano: regiões que possuem pelo menos 50% da população em áreas urbanizadas; 2) entorno metropolitano: regiões que possuem elevada integração econômica e social com o centro, medida pelos fluxos permanentes de trabalhadores, produtos e serviços entre elas e que exibem características similares ao centro em relação a densidade populacional, porcentagem urbana e taxa de crescimento da década anterior; 3) adjacências não-metropolitanas: regiões fisicamente adjacentes mas que possuem no máximo 2% da sua força de trabalho deslocando-se continuamente para as áreas metropolitanas; 4) não-adjacentes com cidade: regiões não incluídas nas categorias anteriores mas que possuem um núcleo urbano de pelo menos 10 mil habitantes; 5) não-adjacentes sem cidade: demais regiões não classificadas nas anteriores. Note-se que o critério para definir as duas últimas regiões – que são as áreas consideradas rurais - é o tamanho absoluto da população residente (menos de 10 mil pessoas). As atividades exercidas pelos seus moradores, se agrícolas ou não-agrícolas, não foram utilizadas na classificação proposta.

Segundo Cromartie & Swanson (1996), as grandes cidades norte-americanas expandiram-se além dos perímetros tradicionais para formar regiões urbanas espraiadas; as atividades econômicas se difundiram nos subúrbios; avanços

<sup>44.</sup> O Economic Research Service (ERS) do USDA define como áreas metropolitanas aquelas regiões que têm área urbanizada com 50 mil ou mais habitantes ou 100 mil na área total do condado ("county"). Incluem-se na classificação também as áreas adjacentes, desde que sejam contíguas e estejam economicamente integradas à área de referência. São definidas como não-metropolitanas as áreas externas às regiões metropolitanas e suas adjacências, incluindo aí os distritos "completamente rurais", definidos como aquelas áreas que têm população urbana inferior a 2.500 pessoas, sejam elas adjacentes ou não a áreas metropolitanas. Ver a respeito, o apêndice Data Sources and Definitions (USDA, 1997). <a href="https://www.ccon.ag.gov">https://www.ccon.ag.gov</a>

nos sistemas de transportes e de comunicações aumentaram a integração espacial das economias urbanas e rurais; e as economias rurais tornaram-se mais diversificadas e menos dependentes dos recursos naturais. Com tudo isso, a classificação rural/urbana derivada do corte áreas metro/não-metropolitanas tendo por unidade de análise os dados agregados dos "counties" ficou seriamente comprometida.

Um teste com a nova tipologia proposta para três estados dos EUA (Arizona, Minnesota e Carolina do Sul) mostrou redução significativa das populações classificadas nas regiões metropolitanas quando se utilizam os dados mais desagregados. E mais: as pessoas que tiveram sua classificação alterada para residentes em áreas não-metropolitanas (e vice-versa), mostraram características mais parecidas com as das populações representativas da sua nova inserção que daquelas das quais eram originárias, demonstrando assim que os novos espaços definidos a partir dos dados desagregados no nível dos distritos censitários eram muito mais homogêneos que os anteriores.

Na opinião de Cromartie & Swanson, os conceitos básicos para se definir o que é rural não mudaram muito ao longo do tempo. Todavia, o tamanho da população, sua densidade e sua localização não foram ainda trabalhados numa escala suficientemente detalhada para capturar a crescente complexidade dos padrões de povoamento modernos. Em função disso, a escolha das unidades geográficas apropriadas para a construção de um "continuum rural-urbano" afeta tanto o rigor da análise como sua aplicabilidade a determinado conjunto de questões.

Evidentemente a desagregação facilita a obtenção de populações mais homogêneas, considerados determinados atributos. A questão aí é o limite das desagregações, para não chegarmos à situação do geógrafo que, na busca da perfeição, fez um mapa que recobria exatamente o território. Nossa intenção na próxima seção é explorar, a partir dos microdados das novas PNADs, a desagregação da situação do domicílio nas aberturas introduzidas a partir de 1992 no tradicional recorte urbano/rural utilizado pelo IBGE. Posteriormente, analisaremos o desdobramento das áreas censitárias em regiões metropolitanas e não-metropolitanas.

### Desagregando o corte rural/urbano nas novas PNADs

Como já dissemos anteriormente, as PNADs consideram a mesma base cadastral dos censos demográficos para a definição da situação do domicílio – se rural ou urbano –, qual seja, a situação do mesmo por ocasião da data do último levantamento censitário tendo por base a legislação municipal então vigente. Isso significa basicamente que a definição de rural e urbano é mantida inalterada nos períodos intercensitários.

Ou seja, "ainda que a legislação vigente tenha alterado a classificação de determinadas áreas no período intercensitário, aquelas definidas como urbanas e rurais por ocasião do Censo Demográfico de 1980 assim foram mantidas para as pesquisas da PNAD realizadas de 1981 a 1990". O mesmo ocorre com a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico de 1991: a situação do domicílio permanecerá a mesma para as pesquisas das PNADs de 1992 em diante durante todo o período intercensitário. Consequentemente, "as estatísticas apresentadas por situação urbana e rural não captam a evolução das condições locais a partir do ano de referência básico do censo, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do censo demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicilio" (IBGE, 1996).

O mais grave é o fato de que muitos municípios não atualizam sistematicamente o seu perímetro urbano, deixando como rurais áreas que já foram efetivamente urbanizadas do ponto de vista da expansão dos serviços públicos de água, esgoto, asfalto, coleta de lixo, etc. Os dados da Pesquisa Municipal Unificada (PMU) da FSEADE mostram que, em 1992, dos 572 municípios do estado de São Paulo pesquisados, apenas 258 (excluída a capital) informaram a data da última alteração no seu perímetro urbano. Destes, apenas 28% – mas que continham 44% da população dos municípios informantes – declararam haver alterado o seu perímetro urbano até 1980; 57% dos municípios informantes, que possuíam 43% da população, declararam haver alterado a lei entre 1981 e 1991, o que corresponde ao período intercensitário; e outros 15% dos municípios, que continham 11% da população dos municípios informantes, haviam alterado o seu perímetro urbano naquele mesmo ano de 1992. Os dados da FSEADE mostram também que é nos municípios mais populosos que as atualizações do perímetro urbano se fazem sem

periodicidade definida, justamente onde é mais importante o impacto da expansão das áreas urbanas sobre as rurais.

Visando atenuar, entre outras, as distorções decorrentes da não atualização dos perímetros urbanos por parte de muitos municípios, o IBGE introduziu para efeito de apuração do Censo Demográfico de 1991 outras unidades territoriais além das quatro já tradicionalmente utilizadas (urbana, rural e rural ou urbana isoladas), quais sejam: áreas especiais (de conservação e preservação ambiental, comunidades indígenas, etc.); aglomerados subornais (favelas e similares); aglomerados rurais isolados (povoados, núcleos e lugarejos); áreas urbanizadas (dentro do perímetro legal e que apresentam efetiva urbanização); áreas não-urbanizadas (dentro do perímetro mas que não apresentam efetiva urbanização) e aglomerados de extensão urbana, assentamentos externos ao perímetro urbano legal, mas desenvolvidos a partir da expansão de uma cidade ou vila (IBGE, 1994: 15).

Na identificação dos aglomerados rurais dois critérios foram observados: o tamanho (número de domicílios igual ou superior a 51) e a densidade (a distância entre os prédios não deve ultrapassar 50 m, exceto no caso de templos e estabelecimentos de comércio ou serviços para os quais se toleram até 150 m). A partir daí se definem: a) os aglomerados rurais do tipo extensão urbana pelo critério de contigüidade: a distância do núcleo principal (cidade ou vila) ou de outro aglomerado rural de extensão urbana deve ser inferior a 1 km, considerada a menor distância efetiva entre as duas áreas urbanizadas; b) os aglomerados rurais isolados, quando a distância for superior a 1 km, que podem ser classificados como: povoados (quando não são vinculados a um único proprietário do solo e possuem serviços para atender a seus moradores); núcleos, quando, independentemente de possuírem ou não serviços, estão vinculados a um único proprietário do solo, seja uma empresa agrícola, indústria, usina, etc.); e outros, quando não dispõem de serviços definidores de povoado e não estão vinculados a um único proprietário. Foram consideradas áreas urbanas não-urbanizadas aquelas localizadas no interior dos perímetros legalmente definidos como urbanos mas que estavam ocupadas com atividades agropecuárias. As áreas ociosas contíguas às cidades e vilas e reservadas à expansão urbana foram consideradas áreas urbanizadas mesmo que não dispusessem de construções ou equipamentos urbanos (IBGE, 1988).

Dessa maneira, os resultados obtidos a partir dos microdados das PNADs podem ser apresentados em cinco cortes distintos de áreas, a saber: urbana urbanizada, urbana não-urbanizada ou isolada, rural extensão do urbano, aglomerado rural (povoado, núcleo e outros) e rural exclusivo. As categorias "urbana não-urbanizada" e "rural extensão do urbano" procuram justamente captar a extensão de fato das áreas urbanas sobre as rurais sem a conseqüente atualização do perímetro urbano legal dos municípios na data do censo. A categoria rural exclusivo refere-se às áreas sem aglomerados populacionais, de uso predominantemente agropecuários.

Evidentemente, há um limite para a desagregação dos resultados das PNADs, bem como para os cruzamentos possíveis com suas variáveis, que decorre do fato de as PNADs terem caráter amostral e não censitário. Ou seja, os erros associados a cada uma das estimativas obtidas crescem à medida que se desagrega uma determinada variável, limitando a possibilidade dos cruzamentos desejados. No nosso caso, considerando-se apenas o cruzamento entre ramo de atividade (agrícola e não-agrícola) e situação do domicílio, as estimativas realizadas indicaram um nível de erro aceitável para o Brasil, as grandes regiões e o estado de São Paulo, onde julgamos que poderíamos encontrar o fenômeno da expansão das cidades sobre as áreas eminentemente rurais com maior intensidade.<sup>46</sup>

As Tabelas 3.2 a 3.4 mostram as novas aberturas territoriais para o Brasil, a Região Sudeste e o estado de São Paulo em 1995.

Como se pode perceber, a maior parte tanto da PEA 1+ agrícola, como da não-agrícola, acaba sendo classificada nos espaços urbano e rural tradicionais. Assim, por exemplo, em 1995 no Brasil, 73% da PEA 1+ agrícola estava localizada em áreas exclusivamente rurais e 91% da PEA 1+ não-agrícola residia em áreas urbanas consideradas urbanizadas. Note-se, todavia, que a proporção da PEA 1+ agrícola com residência em áreas urbanizadas tende a crescer na Região Sudeste, onde alcança 32%, e no estado de São Paulo, onde atinge 42%, quase se igualando à proporção da PEA 1+ agrícola que reside em áreas exclusivamente rurais.

<sup>45.</sup> A agregação das áreas urbana não-urbanizada e urbana isolada, bem como das áreas rural povoado, rural núcleo e rural outros deveu-se à similaridade das suas definições. Além disso, a pequena representatividade estatística de cada uma dessas categorias isoladamente comprometeria a sua análise desagregada.

<sup>46.</sup> Segundo os cálculos de Flávio Bolliger, técnico da FSEADE, para o estado de São Paulo a PEA 1+ ocupada em atividades rurais tem níveis de erro próximos a 20%, admitido-se o nível de significância estatística de 5%. Ainda que o nível de erro seja elevado, ele é perfeitamente aceitável em qualquer pesquisa amostral de variáveis populacionais, segundo opinião de estatísticos que consultamos.

Tabela 3.2
População Economicamente Ativa ocupada uma hora ou mais na semana de referência (PEA 1+), segundo a situação do domicílio: Brasil, 1992/95

Situação do domicílio	PEA 1+			PEA 1+ ocupada		PEA 1+ agricola		PEA 1+ não-agrícola		PEA 1+ desocupada	
	1995 (%)	taxa 92/95 (% a.a.)	1995 (%)	taxa 92/95 (% a.a.)	1995 (%)	taxa 92/95 (% a.a.)	1995 (%)	taxa 92/95 (% a.a.)	1995 (%)	taxa 92/95 (% a.a.)	
Urbano (a)	76,4	2,5***	75,2	2,7***	26,6	-1,0*	92,4	3,1***	93,7	-0,6	
Urbanizada	75,2	2,4***	74,1	2,7***	25,3	-1,2**	91,3	3,1***	92,6	-0,6	
Não-urbanizada	1,2	5,1***	1,2	5,2***	1,3	3,0	1,1	6,2***	1,1	2,7	
Rural (b)	23,6	0,4	24,8	0,4	73,4	-0,5	7,6	3,5***	6,3	1,2	
Extensão urbana	8,0	2,4	0,8	2,0	0,5	-6,1	0,9	3,8*	1,1	7,6*	
Povoado	2,2	2,1	2,2	2,0	4,8	0,9	1,3	3,5*	1,7	3,2	
Rural	20,7	0,1	21,8	0,2	68,1	-0,5	5,5	3,4***	3,5	-1,2	
Total (a+b)	100,0	1,9***	100,0	2,1***	100,0	-0,6**	100,0	3,2***	100,0	-0,5	

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano - Tabulações Especiais.

Chama também a atenção, nos dados apresentados nas Tabelas 3.2, 3.3 e 3.4, o fato de que no espaço definido como exclusivamente rural, que procura representar as áreas tradicionalmente utilizadas com atividades agropecuárias, residia em 1995 um contingente muito expressivo de trabalhadores que declararam estar ocupados em atividades não-agrícolas: 2,8 milhões de pessoas no Brasil, 972 mil na Região Sudeste e 385 mil no estado de São Paulo. Neste estado, o contingente de trabalhadores não-agrícolas residentes em áreas eminentemente rurais representa quase dois terços do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas residentes nas áreas exclusivamente rurais. Ou seja, em São Paulo, de cada três pessoas ocupadas que residem em áreas consideradas exclusivamente rurais, uma está trabalhando em atividades não-agrícolas. No caso da Região Sudeste e do Brasil, embora as proporções sejam menores, também a grande maioria das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas que declararam residir no meio rural mora efetivamente em áreas que tradicionalmente estão ligadas às atividades agropecuárias. E muito provavelmente são parte daqueles indivíduos pluriativos residentes no meio rural que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas a que nos referimos anteriormente.

<sup>\*\*\*, \*\*</sup> e \* correspondem a valores significativos ao nível de 5%, 10% e 20% respectivamente.

Tabela 3.3

População Economicamente Ativa, ocupada uma hora ou mais na semana de referência (PEA 1+) segundo a situação do domicílio: Sudeste, 1992/95

Situação do domicílio	PEA 1+			PEA 1+ ocupada		PEA 1+ agrícola		PEA 1+ não-agrícola		PEA 1+ desocupada	
	1995 (%)	taxa 92/95 (% a.a.)	1995 (%)	taxa 92/95 (% a.a.)	1995 (%)	taxa 92/95 (% a.a.)	1995 (%)	taxa 92/95 (% a.a.)	1995 (%)	taxa 92/95 (% a.a.)	
Urbano (a)	87,1	2***	86,4	2,3***	34,9	-5,5***	95,1	2,9***	96,0	-1,7**	
Urbanizada	85,9	2***	85,2	2,3***	32,0	-6,4***	94,2	2,9***	95,3	-1,5*	
Não-urbanizada	1,2	2,5	1,2	3,6*	2,9	8,5***	0,9	1,3	0,7	-15,3**	
Rural (b)	12,9	1,0	13,6	1,0	65,1	-1,2	4,9	6,7***	4,0	2,7	
Extensão urbana	0,6	-1,2	0,6	-2,6	1,1	13,5***	0,6	2,2	0,9	19,4	
Povoado	0,8	4,5*	8,0	4,1*	2,3	3,1	0,5	4,9*	0,7	10,4	
Rural	11,5	1,0	12,2	1,0	61,7	-1,0	3,8	7,7***	2,5	-3,0	
Total (a+b)	100,0	1,9***	100,0	2,2***	100,0	-2,8***	100,0	3,1***	100,0	-1,5*	

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano - Tabulações Especiais.

Pode-se observar também nas tabelas citadas que as taxas de crescimento da PEA 1+ rural e da PEA 1+ agrícola (tanto a parte com residência urbana, como aquela com residência rural) mostram tendências opostas no período 1992/95 seja no Brasil como um todo, no Sudeste ou em São Paulo: enquanto a primeira mostra um aumento significativo, a segunda dá sinais de queda expressiva. Note-se ainda que a queda da PEA 1+ agrícola tende a ser maior quando passamos do total de Brasil para a Região Sudeste e desta para São Paulo, enquanto a tendência de crescimento da PEA 1+ rural é cada vez maior quando passamos do Brasil para a Região Sudeste e desta para São Paulo. Ou seja, os dados mostram claramente que o crescimento da PEA 1+ rural está associado à expansão das atividades não-agrícolas nas áreas eminentemente rurais, expansão essa que é mais forte nas regiões de maior concentração urbana do país.

As Tabelas 3.2 a 3.4 mostram também que os novos recortes que procuram expressar o "continuum" rural-urbano – quais sejam, as áreas "urbanas não-urbanizadas" e as áreas "rurais de expansão urbana" – têm importância menor no caso da PEA 1+ agrícola, embora as áreas urbanas não-urbanizadas tenham exibido taxas de crescimento da PEA 1+ agrícola aí residente muito mais altas que as das demais categorias.

<sup>\*\*\*, \*\*</sup> e \* correspondem a valores significativos ao nível de 5%, 10% e 20% respectivamente.

Tabela 3.4

População economicamente ativa ocupada uma hora ou mais na semana de referência (PEA 1+), segundo a situação do domicílio, São Paulo -1992/95

Situação do domicílio	PEA 1+		PEA 1+ ocupada		PEA 1+ agrícola		PEA 1+ não-agrícola		PEA 1+ desocupada	
	1995 (%)	taxa 92/95 (% a.a.)	1995 (%)	taxa 92/95 (% a.a.)	1995 (%)	taxa 92/95 (% a.a.)	1995 (%)	taxa 92/95 (% a.a.)	1995 (%)	taxa 92/95 (% a.a.)
Urbano (a)	92,5	2,4***	92,2	2,7***	49,4	-5,7***	96,2	3,2***	92,2	2,7
Urbanizada	90,8	2,4***	90,4	2,7***	41,6	-7,7***	95,0	3,2***	90,4	2,7
Não-urbanizada	1,7	2,9	1,8	4,4*	7,8	9,4**	1,2	1,8***	1,8	4,4**
Rural (b)	7,5	2,2	7,8	2,2	50,6	-2,5	3,8	9,8**	7,8	2,2
Extensão urbana	1,0	1,0	1,0	-0,4	3,2	-8,4	8,0	3,5	1,0	-0,4
Povoado	0,2	17,2*	0,2	27,2**	0,2		0,2	22,2*	0,2	27,2
Rural	6,2	2,0	6,6	2,2	47,2	-2,2	2,8	11,3**	6,6	2,2
Total (a+b)	100,0	2,4***	100,0	2,7***	100,0	-4,1***	100,0	3,4***	100,0	2,7

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano - Tabulações Especiais.
\*\*\*, \*\* e \* correspondem a valores significativos ao nível de 5%, 10% e 20% respectivamente.

É também menor (mas significativo) o peso que os espaços que procuram refletir a expansão urbana sobre o mundo rural têm nas atividades não-agrícolas. As pessoas ocupadas nessas atividades e que residiam em áreas não exclusivamente rurais (quais sejam, aquelas áreas rurais desenvolvidas a partir da expansão urbana e em povoados rurais) representavam, por exemplo, 138 mil pessoas em 1995 no estado de São Paulo, ou seja, cerca de um terço dos ocupados em atividades não-agrícolas residentes no meio rural paulista, ou ainda 22% da PEA 1+ rural do estado. No Brasil o contingente somava mais de um milhão de pessoas em 1995 – ou seja, 28% da PEA 1+ rural não-agrícola do país. Isso significa que dentre as pessoas que se dedicavam a atividades não-agrícolas, para cada cinco que residiam em áreas exclusivamente rurais, havia outras duas residindo em áreas rurais reflexo de expansão urbana e outra residindo em áreas urbanas marginais (ou seja, não-urbanizadas). Provavelmente uma parte significativa das ocupações não-agrícolas desse rural-invadido-pelo-urbano devese a pessoas que buscam aí um espaço de moradia por razões econômicas ou de melhor qualidade de vida, mas mantêm suas ocupações em setores tipicamente urbanos. Esse é um filão que merece ser melhor explorado, especialmente a partir da ótica do crescimento da indústria da construção civil e dos setores de prestação de serviços pessoais com os novos cortes possibilitados pelas PNADs de 1992 e 1995.

Mas a mais importante conclusão a ressaltar é que a grande maioria das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural reside em áreas exclusivamente rurais, distantes ainda daqueles espaços invadidos pelo mundo urbano das grandes metrópoles. E isso vale tanto para o Brasil como um todo (não vamos nos esquecer que as PNADs não cobrem a zona rural dos estados da Região Norte do país, onde isso é ainda mais comum) como para o estado de São Paulo, onde o peso da expansão urbana sobre as áreas rurais é muito maior.

As duas últimas colunas das Tabelas 3.2 a 3.4, obtidas a partir da diferença entre a PEA 1+ e a PEA 1+ ocupada, fornecem a distribuição dos **desocupados** nas novas PNADs, ou seja, as pessoas ativas que estavam procurando trabalho e declararam não ter rendimentos e/ou estarem ocupadas uma hora ou mais na semana de referência. No Brasil, esse contingente é bastante expressivo – 4,5 milhões de pessoas em 1995 – e manteve-se praticamente estável desde 1992. A grande maioria dos desocupados residia em áreas urbanas (93,7%), ou, mais especificamente, em áreas urbanas urbanizadas (92,6%). Convém alertar que o conceito de ocupação das novas PNADs é muito amplo, incluindo até mesmo as pessoas dedicadas ao autoconsumo que declarem trabalhar pelo menos uma hora na semana da pesquisa. Ou seja, se restringirmos um pouco o conceito de ocupação, os valores apresentados deverão ser substancialmente maiores.

É preciso muito cuidado com a manipulação dos dados de desocupados por regiões e estados, ainda mais quando desagregamos o corte rural/urbano como mostrado nas Tabelas 3.2 a 3.4, pois os números da amostra não expandida tornam-se por vezes muito pequenos. Mas não deixa de chamar a atenção, nos dados apresentados, o fato de que o crescimento dos desempregados nas áreas rurais periféricas das cidades é maior quando passamos do nível agregado do país para a Região Sudeste (Tabela 3.3); e desta para o estado de São Paulo (Tabela 3.4). E tanto no Sudeste como em São Paulo, há forte decréscimo dos desempregados residentes nas áreas urbanas periféricas e um crescimento praticamente equivalente dos desempregados que residem nas áreas rurais extensão do urbano e em povoados rurais.

Tudo isso parece indicar que estaria havendo mudança de domicílio das famílias que têm pessoas desocupadas e que residiam nas periferias das grandes cidades – áreas já bastante valorizadas – para zonas mais distantes, onde o aluguel é mais barato ou onde ainda é possível exercer atividades de autoconsumo e de autoconstrução. É muito importante recordar o fato de que as áreas rurais, além de

mais baratas, não impõem restrições de edificação e uso como as áreas urbanas, mesmo aquelas não urbanizadas. Essa é uma das dimensões sociais que não podem ser separadas da tão saudada "volta aos campos" em busca de melhores condições de vida que vem ocorrendo nos últimos anos em várias regiões do país.

### Abrindo as áreas censitárias

As novas PNADs permitem também explorar outra abertura a partir dos microdados: o desdobramento das áreas censitárias em regiões metropolitanas, municípios auto-representativos (que pelo tamanho de sua população residente aparecem representados individualmente na amostra das PNADs) e os municípios não-auto-representativos (que aparecem na amostra das PNADs representando a região do seu entorno). Embora não tenhamos uma análise detalhada da distribuição dos municípios das PNADs por tamanho, vamos considerar aqui que os municípios auto-representativos são aqueles de grande porte, ou seja, que têm em média mais de 100 mil habitantes, a maior parte dos quais residentes em seu núcleo urbano; enquanto os municípios não-auto-representativos são aqueles que possuem cidades menores e têm índice menor de urbanização, os quais serão aqui considerados pequenos e médios. Em finado em região dos quais serão aqui considerados pequenos e médios.

Como se pode ver pelos dados apresentados nas Tabelas 3.5 e 3.6, se tomarmos a PEA 1+ ( tanto a total como a ocupada) residente nas áreas exclusivamente rurais, vamos verificar que apenas 2,3% das pessoas ocupadas se localizavam em regiões metropolitanas<sup>49</sup> segundo o critério do IBGE, e outros 6% nos municípios considerados auto-representativos. A grande maioria, 92% das pessoas economicamente ativas do país em 1995, que declararam residir em áreas ex-

<sup>47.</sup> A separação das áreas censitárias em regiões não-metropolitanas, municípios auto-representativos e não-auto-representativos foi utilizada pela primeira vez para explorar os dados da PNAD de 1990 por Leone (1995). Segundo a autora, os municípios auto-representativos aparecem em todas as PNADs, enquanto os não-auto-representativos são sorteados a cada ano (p. 153).

<sup>48.</sup> A tabulação desses municípios no Brasil está sendo processada no âmbito do projeto Rurbano e apresentada por ocasião da exposição oral no Congresso Nacional. De acordo com as projeções de população do IBGE para 1995 (Anuário Estatístico), em 1995 foram amostrados 58 municípios não-auto-representativos no estado de São Paulo, cujas regiões amostradas tinham em média menos de 85 mil habitantes com amplitude de variação de 43 a 116 mil habitantes. Os municípios auto-representativos eram em número de 24, com população média de 125 mil pessoas e amplitude variando de 70 mil (Taubaté) a 445 mil pessoas (Campinas).

clusivamente rurais, estava localizada em municípios que, pelo menor tamanho de sua população, não eram auto-representados na amostra das PNADs.

Para o estado de São Paulo, as proporções são semelhantes: menos de 1% das pessoas economicamente ativas que residiam em áreas exclusivamente rurais estavam localizadas na região metropolitana<sup>50</sup> e apenas 16% delas estava localizada em municípios auto-representativos, cuja população média era de 125 mil habitantes. A grande maioria (83%) da PEA 1+ residente em áreas exclusivamente rurais estava localizada em municípios não-auto-representativos, cuja média de população era de 85 mil habitantes.

Também chama a atenção nas Tabelas 3.5 e 3.6 o fato de que praticamente metade da PEA 1+ (total ou ocupada) residia em municípios não-auto-representativos, enquanto as regiões metropolitanas tinham menos de 30%; e quando consideramos apenas a PEA 1+ rural (total ou ocupada), a participação dos pequenos e

Tabela 3.5
Distribuição da PEA total, segundo a situação do domicílio e área censitária: Brasil, 1995 (1.000 pessoas)

Situação do		Área censitá	ária	
domicílio	Regiões metropolitanas	Municípios auto- representativos	Municípios-não auto-representativos	Total
Urbano (a)	38,1	24,5	37,4	100,0
Urbanizada	38,1	24,6	37,2	100,0
Não-urbanizada	35,9	14,2	49,9	100,0
Rural (b)	3,3	7,7	89,0	100,0
Extensão urbana	25,6	51,9	22,5	100,0
Povoado	4,7	8,5	86,8	100,0
Rural	2,3	5,9	91,8	100,0
Total (a+b)	29,9	20,5	49,6	100,0

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano - Tabulações Especiais.

<sup>49.</sup> A título de curiosidade, podemos dizer que o contingente nacional de aproximadamente 350 mil pessoas no Brasil em 1995 estava distribuído fundamentalmente entre as regiões metropolitanas de Belo Horizonte (21%), Porto Alegre (19%), Curitiba (16%), Recife (12%) e Brasília (10%). E que declararam exercer sua atividade principal no ramo agrícola (20%), na prestação de serviços (10%), na construção civil (4%) e no comércio de mercadorias (3%).

<sup>50.</sup> Na verdade todos residiam na área rural do município de São Paulo, capital do estado, uma vez que os demais municípios da região metropolitana praticamente não têm mais áreas rurais.

médios municípios salta para a casa dos 90%. Ou seja, os municípios pequenos e médios do país ainda têm importância decisiva na geração de ocupações tanto urbanas como rurais.

Tabela 3.6
Distribuição da PEA Ocupada 1+ , segundo a situação do domicílio e área censitária, Brasil, 1995 (1000 pessoas)

Situação do		Área censitá	iria	
domicílio	Regiões metropolitanas	Municípios auto- representativos	Municípios-não auto-representativos	Total
Urbano (a)	37,8	24,2	37,9	100,0
Urbanizada	37,9	24,4	37,7	100,0
Não-urbanizada	36,3	13,4	50,3	100,0
Rural (b)	3,1	7,4	89,5	100,0
Extensão urbana	24,2	52,5	23,3	100,0
Povoado	4,5	7,9	87,5	100,0
Rural	2,3	5,8	92,0	100,0
Total (a+b)	29,2	20,1	50,7	100,0

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano - Tabulações Especiais.

A Tabela 3.7 mostra que as regiões metropolitanas concentram quase 40% do total de desocupados do país, enquanto nos pequenos e médios municípios reside menos de um terço deles. A situação se inverte quando consideramos os residentes nas zonas rurais: os pequenos e médios municípios concentram mais de 60% dos desempregados, proporção essa que supera a casa dos 70% quando nos restringimos às áreas exclusivamente rurais dos municípios.

Ou seja, de cada quatro desempregados existentes em 1995 naquelas áreas classificadas como exclusivamente rurais, três residiam em municípios de porte médio ou pequeno. Confirma-se assim o circuito migratório de que falamos há pouco: os desocupados das zonas rurais, não encontrando trabalho nos pequenos e médios municípios onde residem, são forçados a migrar para os centros urbanos maiores e/ou para as regiões metropolitanas.

Tabela 3.7
Distribuição da PEA desocupada, segundo a situação do domicílio e área censitária, Brasil, 1995 (1000 pessoas)

Situação do	100	Área censitári	a	
domicílio	Regiões metropolitanas	Municípios auto- representativos	Municípios-não auto-representativos	Total
Urbano (a)	41,5	27,5	31,0	100,0
Urbanizada	41,7	27,5	30,8	100,0
Não-urbanizada	29,6	27,3	43,1	100,0
Rural (b)	13,5	24,1	62,4	100,0
Extensão urbana	40,8	45,0	14,2	100,0
Povoado	7,4	20,2	72,4	100,0
Rural	8,2	19,8	72,0	100,0
Total (a+b)	39,8	27,3	32,9	100,0

Fonte: Núcleo de Economia Agricola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano - Tabulações Especiais.

A Tabela 3.8 mostra a distribuição da PEA 1+ agrícola segundo as mesmas aberturas das áreas censitárias anteriores. Aqui a importância dos pequenos e médios municípios é ainda mais evidente: eles concentravam em 1995 mais de 90% da PEA 1+ agrícola de todo o país. Mas é interessante observar também que os grandes municípios situados fora das regiões metropolitanas têm participação expressiva (cerca de 10%) na PEA 1+ agrícola com residência urbana, e mais expressiva ainda na PEA 1+ agrícola residente em áreas rurais consideradas de extensão urbana, onde participam com mais de 60% das 664 mil pessoas ocupadas em atividades agrícolas que aí residiam em 1995.

A Tabela 3.9 mostra a distribuição da PEA 1+ não-agrícola com as mesmas aberturas anteriores. O peso relativo das regiões metropolitanas é evidente, embora não seja muito superior à participação relativa dos demais áreas censitárias não-metropolitanas que estamos considerando.<sup>51</sup> Mas fica clara também a importância dos pequenos e médios municípios na PEA 1+ não-agrícola: aí estão quase três em cada quatro dos 3,9 milhões de pessoas ocupadas em atividades

<sup>51.</sup> Nas regiões metropolitanas, mais de 97% tanto da PEA 1+ total, como da ocupada e da desocupada têm residência urbana, dada a diminuta extensão das áreas rurais dos municípios aí incluídos.

não-agrícolas que tinham residência rural em 1995. A importância é ainda maior quando se consideram as áreas exclusivamente rurais: aí residiam 82% dos 2,8 milhões de pessoas que declararam exercer atividades não-agrícolas nesse mesmo ano.

Tabela 3.8

Distribuição da PEA 1+ agrícola, segundo a situação do domicílio e área censitária: Brasil, 1995 (1000 pessoas)

Situação do		Área censitá	aria	
domicílio	Regiões metropolitanas	Municípios auto- representativos	Municípios-não auto-representativos	Total
Urbano (a)	7,0	10,6	82,4	100,0
Urbanizada	5,5	10,8	83,6	100,0
Não-urbanizada	33,7	6,5	59,7	100,0
Rural (b)	1,1	5,0	93,9	100,0
Extensão urbana	1,9	62,6	35,5	100,0
Povoado	0,8	4,7	94,5	100,0
Total (a+b)	2,7	6,5	90,8	100,0

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano - Tabulações Especiais.

Tabela 3.9
PEA 1+ não-agrícola, segundo a situação do domicílio e área censitária: Brasil, 1995 (1000 pessoas)

Situação do		Área censitária	a	
domicílio	Regiões metropolitanas	Municípios auto- representativos	Municípios-não auto-representativos	Total
Urbano (a)	41,0	25,6	33,4	100,0
Urbanizada	41,0	25,7	33,2	100,0
Não-urbanizada	37,4	16,3	46,3	100,0
Rural (b)	9,9	15,6	74,5	100,0
Extensão urbana	28,5	50,6	21,0	100,0
Povoado	9,5	12,2	78,3	100,0
Rural	7,1	10,8	82,1	100,0
Total (a+b)	38,6	24,9	36,5	100,0

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano - Tabulações Especiais.

As Tabelas 3.10 e 3.11 apresentam a abertura das áreas censitárias nãometropolitanas pelos vários cortes da situação dos domicílios que vínhamos explorando anteriormente, possibilitando rápida caracterização de cada uma delas em relação à residência da PEA 1+, PEA 1+ ocupada, PEA 1+ desocupada, PEA 1+ agrícola e não-agrícola, respectivamente. As diferenças são muito significativas: enquanto nos municípios com grandes cidades menos de 10% da PEA 1+ ocupada tem residência rural, nos pequenos e médios a proporção sobe para quase 44%. Nas grandes cidades, mais de 40% da PEA 1+ agrícola tem residência urbana; nos pequenos e médios municípios a proporção é inferior a 25%. A diferença se manifesta também nos desocupados: enquanto nas grandes cidades quase 95% deles reside em áreas urbanas (quase todos em áreas urbanizadas), nos pequenos e médios municípios, quase 12% dos desocupados reside em áreas rurais, a grande maioria deles em áreas exclusivamente ligadas a atividades agropecuárias. Notese ainda que o peso das atividades não-agrícolas nas áreas rurais é significativamente maior nos pequenos e médios municípios do que naqueles que têm grandes núcleos urbanos. Esse é um dado muito importante para a formulação de políticas públicas, pois indica que o estímulo às atividades rurais não-agrícolas pode ser um dos elementos dinamizadores das economias dos pequenos e médios municípios.

Tabela 3.10
Distribuição da PEA 1+ nos municípios auto-representativos, segundo a situação do domicílio: Brasil, 1995 (1000 pessoas)

Situação do	PI	EA 1+	PEA	1+ Ocupada
domicílio	Ocupada	Desocupada	Agricola	Não-agrícola
Urbano (a)	90,9	94,5	43,6	95,2
Urbanizada	90,1	93,3	42,2	94,5
Não-urbanizada	0,8	1,1	1,3	0,7
Rural (b)	9,1	5,6	56,4	4,8
Extensão urbana	2,0	1,7	4,5	1,8
Povoado	0,9	1,3	3,5	0,6
Rural	6,3	2,6	48,4	2,4
Total (a+b)	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Núcleo de Economia Agricola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano - Tabulações Especiais.

Tabela 3.11
Distribuição da PEA 1+ nos municípios não auto-representativos, segundo a situação do domicílio:
Brasil, 1995 (1000 pessoas)

Situação do	PI	EA 1+	PEA	1+ Ocupada
domicílio	Ocupada	Desocupada	Agrícola	Não-agricola
Urbano (a)	56,3	88,1	24,2	84,4
Urbanizada	55,1	86,6	23,3	83,0
Não-urbanizada	1,1	1,5	0,9	1,4
Rural (b)	43,7	11,9	75,8	15,6
Extensão urbana	0,4	0,5	0,2	0,5
Povoado	3,8	3,8	5,0	2,8
Rural	39,5	7,7	70,6	12,3
Total (a+b)	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Núcleo de Economia Agrícola do IE/UNICAMP, Projeto Rurbano - Tabulações Especiais.

# Algumas conclusões

As novas aberturas geográficas propiciadas pelas novas PNADs, fornecem uma oportunidade única de se promover profunda revisão das relações campo-cidade, aprofundando as aberturas territoriais tradicionalmente utilizadas e rediscutindo a pertinência da relação biunívoca entre rural agrícola e urbano não-agrícola.

Concretamente não sabemos até onde podemos ir na desagregação das variáveis territoriais urbano e rural e das áreas censitárias metropolitana e não-metropolitana (que por sua vez podem ser desagregadas em municípios auto-representativos e não-auto-representativos). Também não avançamos ainda o suficiente na caracterização das áreas censitárias não-metropolitanas, quais sejam os municípios auto-representativos e os não-auto-representativos. Mas já podemos dizer que os cortes possibilitados pelos microdados das novas PNADs, tanto das áreas censitárias, como da situação do domicílio, permitem a caracterização muito mais acurada das relações rural-urbano nos anos 90.

A análise até aqui realizada deixa clara a importância de separarmos os pequenos e médios municípios para a melhor avaliação das características e da

evolução da PEA 1+ ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas. Em relação aos desocupados, as evidências apontam para um perverso circuito migratório que parte das áreas exclusivamente rurais para as cidades pequenas e médias; e daí, por falta de opção de trabalho, para as cidades maiores e/ou regiões metropolitanas.

A evolução da situação do domicílio dos desocupados nas novas PNADs mostra que eles vêm crescendo mais rapidamente exatamente nas áreas não-urbanizadas – quais sejam, rural extensão do urbano, rural povoado e urbano não urbanizado, nesta ordem de importância. Isso sugere que os espaços exclusivamente rurais, onde predominam ainda as fazendas agropecuárias, continuam a expulsar seus desempregados para as periferias dos centros urbanos.

A explicação para isso é muito simples: os espaços exclusivamente rurais são fundamentalmente áreas de propriedades privadas.

Isso nos faz pensar na necessidade de políticas públicas que "desprivatizem" os espaços rurais agropecuários no país, criando povoados rurais urbanizados, por exemplo, como forma de impedir o esvaziamento dos nossos campos, além das tradicionais políticas de incentivo ao uso da terra tanto por parte do produtor direto como por terceiros, via arrendamento e parceria. Voltaremos ao tema nos Capítulos 6 e 7.

# 4

# Ocupações rurais e a mercantilização do espaço agrário<sup>52</sup>

este capítulo procuraremos comprovar a tese de que a atual crise agrícola — que se traduz basicamente na queda dos preços das principais *commodities*, como suco de laranja, café e grãos, e do valor dos imóveis rurais — impôs limites à expansão das tradicionais atividades agropecuárias. Nesse contexto, ganham importância "novas atividades rurais" altamente intensivas e de pequena escala, propiciando novas oportunidades para o conjunto de pequenos produtores que já não se pode chamar de agricultores ou pecuaristas, e que muitas vezes nem são produtores familiares, uma vez que a maioria dos membros da família está ocupada em outras atividades não-agrícolas e/ou urbanas.

O início dos anos 90 foi profundamente marcado pelo "desmanche" dos instrumentos de política agrícola (garantia de preços mínimos, estoques reguladores, redução do crédito agropecuário) promovido pelo governo Collor, juntamente com a significativa queda nos recursos (gastos) públicos destinados à agricultura (infra-estrutura, pesquisa agropecuária, assistência técnica, etc.). Além disso, houve

<sup>52.</sup> Versão revisada do artigo escrito em co-autoria com Otávio Valentim Balsadi, engenheiro agrônomo, analista da Fundação SEADE, e Mauro Eduardo Del Grossi, técnico do Instituto Agronômico do Paraná. Publicado originalmente em Graziano da Silva, Balsadi & Del Grossi (1997).

uma abrupta abertura comercial, que trouxe sérios problemas para a agricultura nacional, na maioria das vezes impossibilitada de competir com produtos internacionais fortemente subsidiados nos seus países de origem.

Mesmo com a aparente recuperação da agricultura brasileira após 1994 ("âncora verde" do Plano Real), vários dos problemas apresentados ainda permanecem. Os novos instrumentos de financiamento da agropecuária (cédula do produtor rural e mercado futuro, por exemplo), que devem dar mais ênfase ao mercado do que ao Estado no provimento de recursos, atingem número pequeno de produtos e de produtores. A política comercial, ao não taxar adequadamente os produtos importados com subsídios, que por este motivo têm preços internacionais mais baixos, torna os mesmos mais atraentes para a (agro)indústria nacional, que também conta com empréstimos externos mais longos e com juros menores que os nacionais. Acrescente-se a isso a taxa de câmbio sobrevalorizada, que torna as importações mais baratas e desincentiva as exportações.

Todos esses condicionantes macroeconômicos e de política setorial tiveram forte impacto sobre a área cultivada e a renda da atividade agrícola. Um recente estudo do Ibre/CEA, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostrou que os preços de algodão, arroz, café, açúcar, cebola, feijão, laranja, mandioca, milho e soja caíram, em média, 50% nos anos 90 em relação à decada anterior. A queda do trigo foi ainda maior: mais de 70%. No mesmo período, os custos de produção aumentaram significativamente, devido, em grande parte, à recuperação do valor do salário mínimo, que serve de "farol" para os salários e outras despesas no meio rural brasileiro. O resultado foi a brutal queda na rentabilidade das atividades agropecuárias tradicionais, reduzindo-se em quase 40%, em média, quando comparada à renda bruta obtida na primeira metade da década de 80 (Lopes, 1996).

A estabilização monetária também causou redução nos valores dos principais ativos agrícolas, especialmente da terra, que, após registrar aumento no período imediatamente posterior ao Plano Real, tem apresentado queda constante nos seus preços a partir de 1995.<sup>53</sup> Pode-se observar, todavia, que a tendência de queda é menor em regiões onde as atividades não-agrícolas no meio rural são mais

<sup>53.</sup> Ressalve-se que, apesar da queda no preço real da terra, este ainda situa-se em patamar bastante superior ao observado em outros países. O preço da terra em São Paulo, em 1996, era praticamente idêntico ao do Canadá para as terras de cultivo (US\$ 3.255) e de pastagens (US\$ 1.875), mas muito superior ao da nossa vizinha Argentina (US\$ 2.356 e US\$ 899, respectivamente), segundo Souza (1997).

freqüentes. No estado de São Paulo, por exemplo, a queda no valor real da terra para cultura de primeira, na região de Campinas, foi de, aproximadamente, 35% no período 1994-96, sendo de 50% para o total do estado e de quase 60% nas regiões de Araçatuba e Marília, que apresentam perfil menos diversificado em atividades não-agrícolas do que a região de Campinas.<sup>54</sup>

Graziano da Silva et al. (1996) mostraram que, a partir dos anos 80, as atividades agropecuárias tradicionais já não conseguiam mais explicar, por si só, a dinâmica do emprego e da população rural do estado de São Paulo. Era preciso incluir outras variáveis, como as atividades rurais não-agrícolas decorrentes da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e outros serviços) e as atividades de preservação do meio ambiente, além de um conjunto de pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.), que buscam "nichos de mercado" muito específicos para sua inserção econômica.

A conclusão foi que o meio rural paulista já não podia mais ser analisado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais, pois ganhou "novas funções".

Neste capítulo, procurar-se-á ampliar e atualizar essas teses através de dados disponíveis para o meio rural brasileiro e, em particular, para o paulista nos anos 90. Primeiro, serão apresentados alguns limites das atividades agrícolas como geradoras de emprego e renda no país e, depois, o crescimento das "novas" atividades agropecuárias a partir de dinâmicas diferenciadas, mas essencialmente urbanas.

## Limites para o crescimento do emprego agrícola

As informações disponíveis têm mostrado tendência de queda do emprego agrícola durante os anos 90, quando considerado o seu nível global, podendo ocorrer, em determinadas situações, pequenas variações positivas em função da substituição das lavouras tradicionais por novas atividades agropecuárias altamente intensivas.

<sup>54. &</sup>quot;Na Dira de Campinas essa tendência pode estar relacionada ao peso dos preços de alguns dos municípios que a compõem como Louveira, Jundiaí, Vinhedo, Cajamar, Valinhos, Sumaré, Paulínia, Itatiba e Taboão da Serra, com características urbanas e sítios de recreio. O mesmo acontece com a Dira de Sorocaba [...] e a região de São José dos Campos" (Dulley et al., 1995: 114).

Infelizmente, as PNADs constituem hoje a única fonte de dados agregados para o país sobre emprego agrícola. Entretanto, existe uma forma indireta de se avaliar a evolução do emprego agrícola através da estimativa da demanda da força de trabalho pelas principais culturas agrícolas, que é a pesquisa realizada pela Fundação SEADE, 55 já mencionada no Capítulo 1, cujos resultados são apresentados sinteticamente na Tabela 4.1. Os dados mostram que a demanda da força de trabalho agrícola sofreu pequena queda, de aproximadamente 3%, para o Brasil e permaneceu praticamente estável no estado de São Paulo nos anos 90. Para as demais regiões do país, a tendência tem sido a mesma, inclusive no Norte, cujo crescimento da demanda da força de trabalho é explicado pela incorporação do estado de Tocantins. Note-se que, mesmo em tempos de safras recordes na agricultura brasileira, não foi possível a recuperação do nível de emprego registrado no início da década.

Tabela 4.1 Índices da Área Cultivada e da Demanda da Força de Trabalho Ágrícola Anual<sup>1</sup>: Brasil e Regiões, 1990-1997

Brasil e		Áre	a cultiv	ada		Força de trabalho				
regiões	1990	1994	1995	1996	1997²	1990	1994	1995	1996	19972
Brasil	100	101	101	99	99	100	98	98	97	97
Norte	100	126	129	124	123	100	116	121	118	117
Nordeste	100	111	109	110	113	100	99	100	102	103
Centro-Oeste	100	110	112	103	101	100	92	96	94	87
Sudeste	100	96	94	91	90	100	90	89	86	85
São Paulo <sup>3</sup>	100	100	100	96	98	100	100	101	101	100
Sul	100	93	92	92	93	100	98	97	92	93

Fonte: Fundação SEADE.

<sup>(1)</sup> Nível tecnológico médio.

<sup>(2)</sup> Dados com base na estimativa de safra de janeiro de 1997.

<sup>(3)</sup> Estimativas incluem 46 culturas. Para as demais regiões, são consideradas 30 culturas.

<sup>55.</sup> A metodologia utilizada na estimativa da demanda da força de trabalho agrícola consiste em definir, para cada cultura em cada uma das regiões produtoras: as exigências de força de trabalho, em homens-dia por hectare, segundo seis grupos de operações (preparo do solo, plantio, capinas, outros tratos culturais, colheita e beneficiamento – pós-colheita); a distribuição relativa (percentagens) das exigências de força de trabalho para cada um dos seis grupos de operações durante o ano (calendário agrícola), para captar a sazonalidade da demanda de força de trabalho; e a estimativa da área cultivada no ano considerado. A multiplicação destes itens fornece a distribuição da demanda da força de trabalho por cultura, segundo os vários meses do ano. Para maiores detalhes, consultar a home page da Fundação SEADE <www.seade.gov.br>

Em São Paulo, as principais culturas responsáveis pela manutenção da demanda da força de trabalho agrícola foram a cana-de-açúcar, as olerícolas e algumas frutíferas — em especial a laranja, cujos desempenhos, de certa forma, compensaram as quedas registradas em outras importantes culturas, como o café e o algodão. É importante ressaltar que a pequena expansão da demanda da força de trabalho aí registrada deve-se a um crescimento expressivo das áreas das culturas. Porém, ao se considerar a relação entre a área cultivada e a demanda de força de trabalho gerada por atividade, constata-se que as principais culturas agrícolas estão gerando cada vez menos emprego por unidade de área.

Quais seriam, então, os condicionantes (ou determinantes) de tal comportamento? Evidentemente, vários fatores podem ser arrolados, mas um deles merece especial destaque: o desenvolvimento tecnológico. O impacto da tecnologia sobre o nível do emprego agrícola é muito significativo. Uma análise rápida sobre duas grandes safras agrícolas – a de 1988, que foi uma das boas safras da década de 80, e a de 1995, quando foi obtida a maior safra de grãos do país – evidencia que, durante a primeira metade desta década, ocorreu a intensificação do processo de modernização tecnológica das principais culturas na agricultura brasileira, em decorrência, principalmente, do maior uso de insumos modernos (fertilizantes, defensivos, mudas e sementes melhoradas) e do crescimento da mecanização dos tratos culturais e da colheita.

Segundo os dados publicados pela Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos (Anda), a quantidade de fertilizantes entregues ao consumidor final cresceu 17,5% no período compreendido entre 1987-88 e 1994-95. Quanto aos defensivos agrícolas, <sup>56</sup> houve crescimento de 55,3% no valor real das vendas entre 1988 e 1994, com destaque para o período 1992-94, marcado por grande aumento no consumo de todos os tipos de defensivos. É importante destacar que o uso de fertilizantes químicos e defensivos agrícolas é concentrado em algumas culturas: algodão, arroz, batata, café, cana-de-açúcar, laranja, feijão, milho e soja.

Para as sementes melhoradas, dois aspectos são importantes: a evolução da produção e a taxa de utilização das mesmas (percentagem da área cultivada com sementes melhoradas). Quanto ao primeiro aspecto, salienta-se que no período

Incluem inseticidas, acaricidas, fungicidas, herbicidas, antibrotantes, reguladores de crescimento, espalhantes e fitohormônios.

1988-94 ocorreram quedas significativas na produção de sementes para as culturas do algodão (46,6%), do arroz (12,3%) e do trigo (60,3%), determinadas pela própria redução da área cultivada. Para o feijão, o milho e a soja, houve crescimento de 33,6%, 19,8% e 1,9%, respectivamente. O comportamento da produção de sementes é muito variável de uma safra para outra, mas o que é mais importante é a taxa de utilização de sementes melhoradas, que atinge atualmente mais de 70% da área cultivada com as culturas citadas, com exceção do arroz e do feijão, de acordo com os dados da Associação Brasileira dos Produtores de Sementes (Abrasem).

No que diz respeito à mecanização, o período 1991-94 foi marcado por intenso e contínuo crescimento nas vendas de tratores de esteira (100,3%, com 1.180 unidades vendidas em 1994), tratores de rodas (181,1%, com 39.063 unidades vendidas em 1994), máquinas agrícolas em geral (150,7%, com 45.600 unidades vendidas em 1994) e colheitadeiras (135,7%, com 4.049 unidades vendidas em 1994), de acordo com dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Em 1995 e 1996, houve grande queda nas vendas, tanto em função da grave crise de renda na agricultura como pela própria renovação de frota ocorrida no período anterior.

Ao se compararem os valores referentes ao uso de máquinas e equipamentos com aqueles da década anterior, verifica-se que a grande mudança no ritmo da modernização da agricultura brasileira nos anos 90 ocorreu exatamente na mecanização das operações de colheita e pós-colheita (carregamento e transporte) das culturas perenes e semiperenes, além dos grãos, que já vinha se insinuando desde os anos 70.

Essa afirmativa é respaldada pelas notícias recentes de jornais e de órgãos especializados. Para o algodão, o grupo Maeda, que é o maior produtor nacional, está utilizando 150 colhedoras importadas para a colheita de 65 mil hectares na safra 1996/97 (*Folha de São Paulo*, 25 mar. 1997). No Paraná, as cooperativas têm incentivado os produtores a adotar a colheita mecanizada do algodão, com o intuito de reduzir os custos de produção e aumentar a competitividade do produto brasileiro perante o importado.<sup>57</sup>

<sup>57.</sup> Essas informações apontam para o "fim" do modelo de produção do algodão baseado em pequenos produtores (proprietários e/ou arrendatários), que utilizam a mão-de-obra de bóias-frias na operação de colheita, bem como para a afirmação de que tal produção será feita em grandes propriedades (áreas) mecanizadas (Folha de São Paulo, 20 nov. 1996).

Para o setor sucroalcooleiro, a situação é semelhante.<sup>58</sup> A previsão é de ser colhida mecanicamente 50% da área cultivada nos próximos dez anos no estado de São Paulo.<sup>59</sup> Um dos principais fatores responsáveis pela aceleração da mecanização da colheita da cana-de-açúcar no estado de São Paulo foi a proibição da queima antes desta operação de cultivo. Somente na região de Ribeirão Preto, houve aumento de 30% nas colhedoras de cana crua em operação, que colhem 15% da safra regional. Além de um ar mais limpo, o resultado foi a redução da demanda da força de trabalho de 1,7 mil trabalhadores nas usinas da região. A tendência é que toda a cana da região venha a ser colhida mecanicamente até o ano de 2003. Segundo levantamento da Associação de Motomecanização da Lavoura Canavieira, há 475 colhedoras de cana em operação no Brasil, sendo 232 próprias para a colheita da cana sem queimar, das quais 197 estão no estado de São Paulo. Uma máquina de colher cana crua corta, em média, 420 toneladas de cana por dia e a de cana queimada, 600. Um trabalhador colhe, em média, de quatro a seis toneladas por jornada, o que significa que cada máquina substitui cerca de 100 trabalhadores (César, 1996).

Também para o café, a barreira tecnológica da colheita mecanizada vai sendo vencida com o objetivo de reduzir os custos da apanha manual, estimados em 65% do custo de produção da cultura. Segundo Ribas (1997), "os atuais elevados preços do café, a perspectiva de crescimento da competição internacional do setor e os constantes confrontos trabalhistas no campo, quase sempre favoráveis aos trabalhadores, estão acelerando o processo de mecanização da cultura no país. [...] A nova tendência para o café já pode ser comprovada nas vendas antecipadas de equipamentos para o próximo ano. Os fabricantes de colhedoras e derriçadeiras mecânicas estão com dificuldade de atender a novos pedidos. Ao mesmo tempo, multinacionais do setor começam a abrir escritórios em regiões produtoras. Algu-

<sup>58.</sup> No setor sucroalcooleiro, além das mudanças no processo produtivo agrícola (cana-de-açúcar), também está ganhando força a maior e melhor utilização dos subprodutos do processamento industrial como alternativa de maiores rendas para as usinas, o que pode ter conseqüências positivas do ponto de vista de geração de empregos nesse elo da cadeia agroindustrial. Entre os principais subprodutos, podem ser citados: ácido cítrico, bagaço de cana, butanol, clorofórmio, éter dietílico, etileno, glicerina, glicose, levedura, octanol, óleo fusel, sorbutal (vitamina C), torta de filtro, vinhoto e xaropes especiais. Tais subprodutos têm enorme gama de utilizações nas produções agrícola e pecuária, na geração de energia elétrica e nas indústrias alimentícia, farmacêutica e química (Folha de São Paulo, 20 nov. 1996).

<sup>59.</sup> Embora a previsão valha para o total do estado de São Paulo, algumas usinas, como por exemplo a São Francisco em Sertãozinho, já estavam colhendo mecanicamente 100% de sua cana própria em 1997, o que estava acarretando problemas de desemprego nos municípios onde estão localizadas (Gazeta Mercantil, 22 abr. 1997).

mas das máquinas agrícolas podem substituir até 200 homens na colheita com a vantagem de trabalhar 24 horas ininterruptas. Seu uso pode reduzir em 40% o custo de produção do café, dependendo das condições da mão-de-obra local".

É importante mencionar outro elemento fundamental da tendência de acelerar a mecanização da colheita das nossas culturas perenes: a defasagem cambial, que possibilita a importação muito barata de equipamentos desenvolvidos no exterior para colheita de frutas e que são adaptáveis para o café, como é o caso das derriçadeiras norte-americanas de ar comprimido, usadas na colheita de amoras e similares nos países do Norte. Isso explica grande parte do interesse em antecipar as compras (os produtores esperam que a defasagem cambial seja corrigida proximamente), bem como o baixo desempenho das colhedoras nacionais. A Jacto, tradicional fabricante nacional e a primeira a desenvolver uma colhedora para o café, vendeu apenas quinhentas de suas máquinas nos últimos vinte anos. Porém, com a subida dos preços do café, a expectativa da empresa também é muito favorável: há duas décadas era preciso vender 1,2 mil sacas para comprar uma colhedora mecânica; nos piores momentos, esse número saltou para 2,5 mil. Hoje bastam 510 sacas.

Vale a pena chamar a atenção para o fato de que, com a introdução do "plantio adensado", nos anos 90, está em curso drástica mudança no sistema de produção de café em todo o país. As novas áreas plantadas com essa tecnologia, além de aumentarem muitas vezes a produção por área, adaptam-se melhor à utilização das derriçadeiras a ar comprimido. Em áreas menores e mais acidentadas, a utilização dos equipamentos importados é mais indicada do que a das colhedoras nacionais, que são máquinas de arrasto. As máquinas da Jacto, por exemplo, são indicadas para áreas relativamente planas de, no mínimo, 100 ha plantados com café, para as tracionadas, e de 200 ha para as automotrizes. Segundo a Associação dos Cafeicultores da Região de Patrocínio (MG), a área potencial de mecanização do cerrado mineiro, que responde por 12% da produção nacional e está em franca expansão por ser uma região onde as condições climáticas facilitam a produção de cafés finos, é de 92% do total.

<sup>60.</sup> A Embrapa, em convênio com a Cooperativa Regional de Guaxupé – MG, também está desenvolvendo um novo tipo de colhedora para o café, que é mais barata e mais moderna que os modelos anteriores, devendo substituir o trabalho de seis a oito pessoas (por hectare), e poderá ser utilizada em terrenos mais declivosos e em cultivos adensados (Folha de São Paulo, 26 fev. 1997).

As estimativas feitas pela Fundação SEADE têm mostrado que nove culturas - cana-de-açúcar, café, laranja, eucalipto, banana, feijão, uva, milho e algodão - mais o conjunto das olerícolas respondem por cerca de 90% da demanda total da força de trabalho agrícola no estado de São Paulo, considerandose as 46 principais culturas. Para o Brasil a situação é semelhante: apenas seis culturas - milho, cana-de-açúcar, mandioca, café, feijão e arroz - têm sido responsáveis por mais de 70% do total demandado pelas trinta culturas pesquisadas. Esta situação, associada à tendência de mecanização da colheita em algumas das principais culturas demandadoras de mão-de-obra, como visto anteriormente, deve acarretar sensível queda no nível global do emprego agrícola, bem como possíveis problemas sociais em várias regiões produtoras, decorrentes da dispensa de muitos trabalhadores rurais das atividades. Portanto, ao mecanizar todo o ciclo produtivo de grandes culturas, as atividades agrícolas deverão apresentar menor sazonalidade do emprego durante o ano, mas o nível absoluto do emprego agrícola ficará num patamar significativamente mais baixo do que o atualmente observado.

A simulação realizada a partir da base de dados disponível na pesquisa da Fundação SEADE indica que, caso houvesse disseminação dos sistemas de produção mais modernos de cada produto, que hoje já são efetivamente praticados em determinadas regiões do estado de São Paulo, para todas as áreas cultivadas do produto, ocorreria redução de 45% na demanda de força de trabalho agrícola no Brasil, e de 23% no estado de São Paulo. Se for considerado um "salto tecnológico mais brando", ou seja, a disseminação da técnica mais moderna de cada produto dentro de cada um dos respectivos estados da federação, a redução na demanda da força de trabalho na agricultura brasileira seria da ordem de 25%, consideradas as suas trinta principais culturas.<sup>61</sup>

A intensidade da queda no nível global do emprego agrícola e a dificuldade cada vez maior de reabsorção dos trabalhadores no meio rural, em função da mecanização da colheita das culturas citadas, têm forte relação com o grau de diversidade da produção agropecuária (e da própria atividade econômica em geral) das regiões mais agrícolas do estado de São Paulo. Em estudo recente

<sup>61.</sup> Resultados semelhantes foram obtidos anteriormente por Graziano da Silva (1994) e por Balsadi et al. (1995b).

sobre a utilização em grande escala de níveis tecnológicos mais modernos no cultivo das principais culturas, nas antigas Divisões Regionais Agrícolas (Diras) do estado de São Paulo, constatou-se que as regiões mais prejudicadas do ponto de vista da geração de empregos seriam aquelas com características de monocultura e fortemente dependentes das culturas de cana-de-açúcar e de algodão (Araçatuba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Bauru, entre outras). Por outro lado, nas regiões onde havia maior diversificação da produção, com o cultivo de frutíferas e olerícolas por exemplo, o impacto era menor, mesmo que nessas regiões a cana-de-açúcar tivesse grande importância. Os melhores exemplos deste caso são as Diras de Campinas e de Sorocaba, onde o aumento da demanda da força de trabalho agrícola em atividades mais intensivas em mão-de-obra acaba por atenuar o efeito da redução em culturas como a cana-de-açúcar, o algodão e os grãos e oleaginosas (Balsadi et al., 1995a).

Como resultado da intensificação do processo produtivo no período 1988-95, foi possível produzir muito mais em área cultivada significativamente menor, e com menos pessoas empregadas. Isso é bastante nítido quando se observa, principalmente, o comportamento dos grãos e oleaginosas. Dentre estas culturas, as principais reduções de área cultivada, quantidade produzida e demanda da força de trabalho foram observadas para o algodão herbáceo, a mamona e o trigo. No entanto, o grande crescimento da quantidade produzida total, no período considerado, foi devido aos significativos ganhos de rendimento registrados para o arroz (29,5%), o feijão (21,4%), o milho (38,3%) e a soja (28,5%) (IBGE, 1997). Mas, se a produção foi compensada, o mesmo não ocorreu com a demanda da força de trabalho agrícola, dado o elevado nível de mecanização das culturas e a grande redução da área cultivada.

O café, de certa forma, teve comportamento semelhante ao observado para o conjunto dos grãos e oleaginosas, ou seja, queda significativa da área cultivada e da demanda da força de trabalho e aumento de 9,0% no rendimento físico, quando comparadas as safras de 1995 e de 1988. Em relação à quantidade produzida, é importante destacar que a enorme queda registrada em 1995 foi decorrência das geadas que atingiram a lavoura. Tanto é verdade que, em 1996, a quantidade produzida atingiu 2.581 mil toneladas (em área colhida de 1.984 mil hectares) e o rendimento foi de 1.301 kg/ha, o maior registrado no período 1987-96 (IBGE, 1997).

**Tabela 4.2** Índices da área colhida, quantidade produzida e demanda da força de trabalho agrícola, segundo as principais culturas: Brasil , 1988-1995

Principais	Ár	ea	Prod	ução	EH	lA¹
culturas	1988	1995	1988	1995	1988	1995
Grãos-oleaginosas <sup>2</sup>	100	91	100	120	100	95
Café	100	63	100	69	100	71
Cana-de-açúcar	100	111	100	118	100	104
Laranja	100	107	100	131	100	163
Demais <sup>3</sup>	100	88		-	100	93
Total	100	91		_	100	93

Fonte: Fundação IBGE; Fundação SEADE.

A cana-de-açúcar e a laranja, dentre as grandes culturas de importância econômica, tiveram desempenho positivo no período, com ganhos de rendimento de 5,9% e 22,6%, respectivamente. No grupo das demais culturas, a queda na área cultivada e na demanda de mão-de-obra ficou por conta do desempenho desfavorável das culturas de algodão arbóreo, guaraná, juta, malva, mamona, pimenta-do-reino e sisal, que sofreram sérios problemas e que, em várias regiões produtoras, foram substituídas por culturas mais rentáveis e modernizadas. Os destaques positivos foram algumas frutíferas (banana, maçã e uva) e a cultura do fumo no Sul do país.

Como característica geral, o nível do emprego agrícola brasileiro, em 1995, para as trinta culturas, esteve bem abaixo daquele do final da década de 80, em função da grande retração da área cultivada.<sup>62</sup> Para a quantidade produzida, o comportamento foi distinto devido aos altos ganhos de rendimento em várias culturas importantes. O lado perverso do desenvolvimento da agricultura, também marcada pela competição desenfreada, refere-se ao fato de que, ao se conseguirem grandes produções (supersafras) via aumento da produtividade (da terra e do tra-

<sup>(1)</sup> EHA= Equivalentes-homens-ano. Obtidos considerando-se o nível tecnológico médio.

<sup>(2)</sup> Algodão herbáceo, amendoim, arroz, feijão, mamona, milho, soja e trigo.

<sup>(3)</sup> Algodão arbóreo, alho, banana, batata, cacau, caju, cebola, coco-da-bahia, fumo, guaraná, juta, maçã, malva, mandioca, pimenta-do-reino, sisal, tomate (envarado e rasteiro) e uva.

Sobre a grande redução da área cultivada na agricultura brasileira no período 1987-96, além do impacto dos ganhos de rendimento para a maioria das culturas na quantidade produzida total, ver também Gasquez (1997).

balho), muitos agricultores, principalmente os pequenos, 63 e os trabalhadores rurais acabam sendo excluídos do processo produtivo e encontram enormes dificuldades para serem reabsorvidos pelo mercado de trabalho, seja rural, seja urbano.

É preciso mencionar a importância da pecuária de leite como fonte de renda e emprego. Com base na metodologia exposta em SEADE (1996), foram feitas as estimativas da demanda da força de trabalho para a pecuária de leite (tipos B e C) no estado de São Paulo no período 1992-96, para a qual se dispõe de informações de boa qualidade. As estimativas obtidas indicam a importância crescente da pecuária de leite na geração de emprego no estado: em 1996, a atividade foi responsável por cerca de 5% da demanda total de força de trabalho agrícola, superada apenas pelas culturas de cana-de-açúcar, café, olerícolas e laranja. As principais regiões produtoras de leite B são Campinas, São José dos Campos e Sorocaba. Quanto ao leite C, destacam-se Araçatuba, Campinas, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Sorocaba.

### As novas atividades no meio rural

O objetivo deste item é apontar algumas "novas" atividades intensivas, agrícolas e não-agrícolas, que vêm ganhando destaque não só no estado de São Paulo como em várias outras unidades da federação. O termo "novas" foi colocado entre aspas porque muitas dessas atividades, na verdade, são seculares no país,

<sup>63.</sup> Como exemplo deste processo, pode-se citar o caso da laranja no estado de São Paulo, Segundo levantamento feito pelo Fundo Paulista de Defesa da Citricultura (Fundecitrus), há 28.457 propriedades que cultivam laranja. Desse total, 26.376 pertencem a pequenos produtores, com média de 4.108 árvores por pomar; 1.835 pertencem a médios produtores, com média de 40 mil árvores por pomar; e 246 pertencem a grandes produtores, que possuem média de 220 mil árvores por pomar (Folha de São Paulo, 20 maio 1997). Nota-se que apenas 0,9% das propriedades (grandes produtores) detém 23% do total de árvores. Já os médios produtores, que são 6% do total, respondem por 31% das árvores, e os pequenos, que representam 93% dos citricultores, possuem 46% das plantas de laranja do estado. São estes mesmos pequenos citricultores que, descapitalizados devido à queda no preço da laranja, estão abandonando a atividade e dedicando-se ao cultivo de outras frutíferas (goiaba, limão, manga, tangerina), de cana-de-açúcar e ao confinamento de gado. Segundo levantamento feito junto aos sindicatos de produtores rurais, pelo menos 2.500 pequenos citricultores abandonaram a laranja ou reduziram seus pomares, optando por novos produtos (Folha de São Paulo, 10 jun. 1997). Além do baixo preço, a incidência de doenças como o cancro cítrico e o amarelinho tem comprometido a citricultura em várias regiões produtoras do estado, principalmente onde os produtores não têm condições de investir em seus pomares. Por conseguinte, o aumento da produção de laranja no estado de São Paulo tem sido de responsabilidade dos médios e grandes produtores, juntamente com a produção própria das indústrias de suco.

mas não tinham até recentemente importância como atividades econômicas. Eram atividades "de fundo de quintal" ou *hobbies* pessoais que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Um aspecto que deve ser destacado refere-se ao fato de várias das atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, terem passado a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agroindustriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos de distribuição, comunicações e embalagens, como poderá ser observado nos exemplos apresentados a seguir.

**Piscicultura** – O grande indutor do aumento desta atividade no estado de São Paulo, bem como nas demais unidades da federação, tem sido o crescimento vertiginoso dos pesque-pagues, estimados em mais de 10 mil em todo o Brasil (cerca de um terço em São Paulo), e a demanda para o processamento industrial.

Os pesque-pagues, destinados ao lazer da classe média urbana, normalmente estão localizados em chácaras e sítios de fácil acesso pelas principais rodovias do estado e oferecem aos clientes bons e diversificados serviços – estacionamento, lanchonete, material para pesca, etc. Muitas destas chácaras trocaram a agricultura pela atividade, que responde por mais de 90% do destino dos peixes criados em cativeiro. Além de estímulo para a piscicultura, muitas vezes desenvolvida em regiões pobres como o Vale do Ribeira em São Paulo, os pesquepagues podem gerar alta receita para os proprietários – alguns têm obtido receita de mais de seis mil reais por semana.

Também pelo lado do processamento industrial, a piscicultura deve converter-se em importante atividade rural e fonte de renda para os agricultores. Na região de Ribeirão Preto, a Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia (Carol) está instalando um frigorífico com capacidade para processar cinco toneladas diárias de peixe. O objetivo é fornecer melhor alternativa de renda aos cooperados, que normalmente têm arrendado suas terras para as usinas cultivarem cana-de-açúcar. A criação deverá dar-se pelo sistema de semi-integração, em que a cooperativa fornece os alevinos, a assistência técnica e a ração para os criadores. Desta forma, o abastecimento da indústria fica garantido, uma vez que esta compete com os pesque-pagues pelo fornecimento da matéria-prima e estes, geralmente, pagam melhor preço pelo quilo do peixe.

Ainda sobre a piscicultura, há outro aspecto interessante relacionado à pesca esportiva: muitos turistas, nacionais e estrangeiros, são atraídos para esta modalidade de turismo nas principais bacias hidrográficas brasileiras — Pantanal, Amazonas e Paraná —, além da pesca litorânea na Bahia, no Espírito Santo, em Santa Catarina e em outros estados. Estas regiões possuem boa infra-estrutura e oferecem uma rede de serviços de qualidade, fatos que tornam a atividade importante fonte de divisas (Paul, 1995).

Criação de "aves nobres" – Uma fazenda na região de Ribeirão Preto trocou a produção de leite pela criação de aves nobres e exóticas, cujas matrizes são importadas da Europa, da África e da Ásia. Ao todo, são criadas cerca de 22 mil aves ornamentais de 230 raças diferentes e mais de 70 mil faisões, perdizes e codornas gigantes francesas para corte. As aves de corte são vendidas a supermercados e restaurantes, além da agroindústria – principalmente a Perdigão, que desde 1989 comercializa esta linha de aves raras (Folha de São Paulo, 24 abr. 1996). Associado à criação, será instalado um programa de turismo ecológico, incluindo aulas de educação ambiental, que deverá constituir importante fonte de renda para a fazenda.

Além das espécies de aves, pode-se destacar, também, o início da criação de avestruz em cativeiro no país, cujos principais produtos comercializados são a carne (que é vermelha e tem baixo teor de gordura), o couro e a pena. A Agropecuária Palmital, de Cachoeira Paulista (SP), formou uma *joint venture* com a norte-americana Pacesetter Ostrich Farm para criar a Avestruz & Cia., com investimento de R\$ 3 milhões num projeto de criação que está importando 1.200 aves reprodutoras este ano (*Folha de São Paulo*, 20 jun. 1997).

Situações similares repetem-se com a criação de gansos, patos, galinha de angola, pavão, abelhas nativas, pássaros de canto e de porte, que, de simples *hobbies* de seus criadores, passaram a representar negócios lucrativos (*Globo Rural*, 1996a, 1996b, 1996c, 1996d, 1997b):

Criação de rãs – Entre 1988 e 1996, a produção brasileira de carne de rã cresceu mais de 150%, atingindo 200 toneladas no último ano. Como a tendência de criação em cativeiro tem sido forte, dentro do processo de produção industrial e de profissionalização da atividade, nesse período houve substancial redução do número de ranários, principalmente daqueles que se baseavam na caça. Apesar da

redução, o Brasil é o líder mundial na produção em cativeiro. Para se terem algumas noções das transformações que estão ocorrendo na atividade, é interessante citar que as principais empresas envolvidas já estão partindo para a produção integrada (ou semi-integrada), nos mesmos moldes da criação de aves e suínos no Sul do país. Também há grande investimento na construção do primeiro laboratório de melhoramento genético de rãs em todo o mundo (*Gazeta Mercantil*, 10 out. 1996).

Criação de outros animais para corte – Embora seja muito difícil a quantificação destas atividades no estado de São Paulo e no Brasil, também devem ser citadas as criações de camarão de água doce, capivaras, jacaré-de-papo-amarelo, javalis (*Globo Rural*, 1996d) e *escargot*. Elas se destinam à produção de carnes para restaurantes de luxo dos grandes centros urbanos do país e do exterior, além de vários outros produtos de origem animal. Uma atividade relacionada a esse ramo é a fazenda de caça, que no entanto ainda parece muito incipiente no país.

**Produção orgânica de ervas medicinais** – Esta atividade foi impulsionada por grandes grupos da indústria farmacêutica (como Rhodia Farm, Merck e Weleda). Além da produção de ervas medicinais, existe a produção de espécies destinadas à fabricação de temperos e condimentos dos mais diversos tipos, geralmente feita em pequenas propriedades e ligada tanto a grandes quanto a pequenas agroindústrias, muitas delas pertencentes aos próprios agricultores.<sup>65</sup>

Produção orgânica para mercado internacional diferenciado — Esta atividade objetiva conquistar mercado internacional diferenciado, bem como valor mais elevado para o produto, compensando desta forma o maior custo de produção. A produção de óleo de dendê no Pará, feita pelas agroindústrias de propriedade do

<sup>64.</sup> Segundo informações do engenheiro agrônomo Carlos Alberto Funcia, há, aproximadamente, 3.500 criadores de escargot no Brasil. Do total, entre 1.800 e 2.000 criadores estão no estado de São Paulo, principalmente na região de Bragança Paulista. A produção de escargot no Brasil foi de 35 toneladas em 1996, sendo o estado de São Paulo responsável por 50% da produção nacional. Um aspecto interessante da atividade é que ela pode empregar a mão-de-obra familiar dos chamados "caseiros", dado que a mesma é desenvolvida, comumente, em pequenas chácaras, como forma de complementação de renda.

<sup>65.</sup> Para um exemplo deste tipo de produção, ver Globo Rural (1997a). Num pequeno município mineiro que se especializou na produção de pimenta malagueta, a atividade, além da irrigação, já está fazendo uso de modernas tecnologias agrícolas disponíveis para as grandes culturas comerciais. Nos sítios produtores estabeleceu-se divisão de trabalho, sendo que parte dos trabalhadores se dedica ao engarrafamento e/ou secagem das pimentas, requisito indispensável para que possam ser guardadas à espera de melhores preços na entressafra.

grupo financeiro Real, é um dos exemplos. Outro é o café ecológico dos cerrados mineiro e paulista, exportado para o Japão a um preço 30% superior à média do mercado interno, que já está sendo inclusive industrializado com marca específica (Soares, 1995). Também podem ser citadas as produções de óleo de babaçu, no Rio Grande do Norte, e de soja, no Paraná, isentas de agrotóxicos, destinadas ao mercado externo.

Produção de verduras e legumes para as redes de supermercados e de fastfood – É muito comum o cultivo de verduras e legumes em estufas (plasticultura) e/ou pelo método de hidroponia,66 sendo estas atividades altamente intensivas em mão-de-obra. No estado de São Paulo, apesar de terem participação de apenas 1% na área total cultivada com as principais culturas, as olerícolas respondem por cerca de 9% do total da demanda da força de trabalho agrícola.67 No período 1990-96, a área cultivada com verduras e legumes cresceu mais de 90% no estado, superando os 100 mil ha (incluindo a batata e a cebola). A produção está concentrada no "cinturão verde", sendo que seu expressivo crescimento é resposta à grande expansão e diferenciação do mercado consumidor, puxado, em grande medida, pelas redes de fast-food e de alguns grandes supermercados que, embora possam se auto-abastecer através de produção integrada, geralmente estabelecem parcerias com os agricultores. É importante lembrar que, além do estímulo à produção agrícola, a grande expansão das redes de fast-food tem impacto significativo no consumo de produtos da agroindústria alimentícia (pão, carnes, queijo, sucos, temperos, etc.), o que torna o setor importante dinamizador do mercado.

A relação dos agricultores com as redes de supermercado e de *fast-food*, além do fornecimento para sofisticados hotéis e restaurantes, acaba por determinar mudanças na forma de produzir e comercializar os produtos. Primeiramente, há maior diversificação da produção de olerícolas para garantir melhor abastecimento e maior receita. Como já foi dito, também ocorrem mudanças nos sistemas de produção, com a introdução da hidroponia e do cultivo orgânico, por exemplo.

<sup>66.</sup> Segundo estimativa do professor Silvio Honório, da Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP, há pelo menos 250 produtores utilizando a técnica de hidroponia no cultivo de olerícolas no estado de São Paulo, principalmente nas regiões de Apiaí, São Roque e Suzano.

<sup>67.</sup> Só para se ter idéia da intensividade em mão-de-obra destas atividades, destaque-se que o cultivo de tomate hidropônico em uma área de 3,3 hectares pode empregar até 100 pessoas (Folha de São Paulo, 11 dez. 1996).

Outra mudança importante diz respeito ao processamento das olerícolas e sua comercialização na forma de saladas ou produtos individuais prontos para o consumo, cujos preços chegam a ser 30% maiores que o produto "in natura", constituindo meio de agregação de valor para os agricultores, bem como de criação de empregos: uma empresa carioca, que faz o processamento mensal de 20 toneladas de mais de 40 tipos de produtos produzidos em área de 11 alqueires, emprega 17 pessoas (*Gazeta Mercantil*, 9 jun. 1997).

Floricultura e mudas de plantas ornamentais - Esta atividade, com mercado consumidor em expansão, também tem crescido no estado de São Paulo. A floricultura, além de propiciar melhor rendimento para os agricultores e seus familiares, é atividade muito intensiva e exige o emprego de muita mão-de-obra - familiar e contratada. Cada hectare cultivado pode ocupar até 50 pessoas, o que torna a atividade importante potencial de geração de empregos. Segundo a Holambra, 170 dos seus cooperados respondem por 40% a 45% do mercado brasileiro de flores e plantas ornamentais. A busca de maior produtividade e de outras espécies para a floricultura comercial tem contribuído para a expansão do cultivo para regiões mais distantes da cooperativa. Isto tem sido feito tanto pelos cooperados da Holambra quanto por novos grupos que estão se dedicando à floricultura em outros estados brasileiros. Especificamente com relação à produção da Holambra, esta vem crescendo com a incorporação dos filhos de agricultores já filiados à cooperativa. Esses "filhos de pequenos sitiantes da região de Holambra, no interior paulista, descontentes com os resultados do cultivo de grãos e criação de gado, estão arrendando terras ou fazendo parcerias com seus pais para iniciar produções de flores e plantas ornamentais" (Gazeta Mercantil, 10 jun 1997). Também como decorrência do crescimento da atividade, deve-se destacar o aumento das criações de minhocas para a produção de húmus (Globo Rural, 1996c).

Fruticultura de mesa – Além do bom desempenho da fruticultura no estado de São Paulo, incentivado pelos contratos de produção com as agroindústrias de sucos e compotas – e mesmo pelo consumo *in natura* – merecem destaque: o crescimento da fruticultura na Região Centro-Oeste, em especial no cultivo da bananamaçã, que tornou-se inviável no Vale do Ribeira devido à incidência da doença conhecida como mal-do-panamá; o processo de reconversão produtiva, estimula-

do pela empresa M. Chandon, no cultivo da uva em algumas regiões produtoras no Sul do país, com o uso de variedades destinadas à produção de espumantes finos, o que deve acarretar aumento da renda dos agricultores; e o desenvolvimento da fruticultura irrigada na Região Nordeste, principalmente nos estados da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Produção de sucos naturais e polpa de fruta congelada – A produção de polpas congeladas de frutas regionais, como graviola, umbu, cajá e cupuaçu (nativas do Norte e do Nordeste), tem impulsionado o consumo de sucos naturais e de sorvetes produzidos artesanalmente. Também merece registro a importância que tem o suco de laranja natural nesse segmento. Em 1996, segundo a Associação Brasileira de Exportadores de Citrus (Abecitrus), o consumo de suco de laranja caseiro no país foi de 2,4 bilhões de litros, com faturamento de R\$ 1,9 bilhão, enquanto os industrializados (concentrado, fresco, integral e reconstituído) responderam por apenas 170 milhões de litros e faturamento de R\$ 250 milhões (Ferrero, 1997).

Reprodução de plantas extrativas – O palmito é o melhor exemplo deste tipo de produção, que está sendo obtido a partir de palmeiras que antes eram consideradas apenas plantas ornamentais, como é o caso da palmeira real (*Globo Rural*, 1997c). A pupunha, palmeira amazônica mais produtiva e resistente que o Palmito Jussara da Serra do Mar, já está sendo cultivada por grandes grupos empresariais, como o Grupo Capixaba Coser, a construtora Gafisa, a Frunorte (segunda maior exportadora de melões do país), além de cooperativas e produtores independentes. Segundo a Associação Brasileira dos Produtores de Palmito Cultivado, os investimentos já realizados para a produção de pupunha no país somam cerca de US\$ 18 milhões num mercado que movimenta cerca de US\$ 500 milhões anuais com os diversos tipos de palmito no país (Branco, 1997).

Cultivo de cogumelos – O aumento do consumo de cogumelos nos grandes centros urbanos tem estimulado a diversificação do cultivo de novas espécies, além do tradicional champignon, como é o caso mais recente do shiitake. Uma fazenda do Vale do Paraíba, região altamente industrializada do estado de São Paulo, que produzia madeira tratada de eucaliptos, encontrou na produção de sementes de

cogumelos (os esporos são inoculados em moirões de eucaliptos) a saída para a crise decorrente da redução das encomendas por parte da indústria da construção civil (*Gazeta Mercantil*, 18 jun. 1997).

Turismo rural – Um importante fator de indução do crescimento de atividades não-agrícolas no meio rural tem sido o aproveitamento para lazer das represas formadas para geração de energia elétrica. Também pode-se destacar a hidrovia Tietê-Paraná: nos seus atuais 1,1 mil quilômetros navegáveis entre o porto de Anhembi (SP) e o município de São Simão (GO),68 movimentou, em 1996, cerca de US\$ 300 milhões, tendo como carro-chefe o transporte de grãos (1,2 milhão de toneladas dentre os cinco milhões transportados, principalmente de milho e soja), nos cinco estados envolvidos: São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul. Isso tem sido apontado como o grande vetor de desenvolvimento nos 206 municípios abrangidos pela hidrovia, devido à perspectiva de geração de novos empregos nos municípios, de perfil eminentemente agrícola, ligados ao turismo rural e ecológico, com a construção de pólos turísticos,69 objetivando otimizar os recursos naturais do rio Tietê, além de outras modalidades, como os já conhecidos passeios de barco nas cidades de Barra Bonita e Pederneiras (*IstoÉ*, 1996).

Fazenda-Hotel – Além dos já conhecidos pesque-pagues e hotéis-fazendas, comuns em nossos municípios do interior, um novo e bem-sucedido serviço começa a ganhar força: a fazenda-hotel. A diferença básica em comparação aos hotéis-fazenda tradicionais é que, na fazenda-hotel, a fazenda continua com suas atividades e rotinas originais. Como explicam Silva & Baldan (1997), "a fazenda-hotel está voltada para a clientela urbana cada vez mais carente de contato com o cotidiano da terra, com a rotina de um modo de vida que, pelo menos no imaginário urbano, remete à reconciliação com a natureza. [...] aqui as atrações não são ornamentais e isso é decisivo para o seu sucesso junto ao público saturado de simulações e

<sup>68.</sup> Este percurso deverá ser ampliado para 2,4 mil quilômetros com a construção da eclusa de Jupiá, fazendo com que a hidrovia chegue até Foz do Iguaçu.

<sup>69.</sup> Um exemplo é o pólo turístico Pedra de Fogo, no município de Pederneiras, cujo investimento previsto é da ordem de US\$ 12 milhões.

<sup>70.</sup> A história das fazendas-hotéis teve início em Lajes (SC) em 1989, e é justamente esse estado que apresenta o maior número de estabelecimentos, seguido por Minas Gerais. Ver a respeito, Globo Rural (1992).

banalizações impostas pelo mercado de consumo. A característica básica desses empreendimentos é que as fazendas continuam produtivas. Além de andar a cavalo, contemplar paisagens e praticar esportes, os hóspedes podem vivenciar rotinas que vão desde a ordenha à alimentação do gado, o trato dos suínos e as colheitas. Um ingrediente que instiga, seduz e informa". A reportagem assinala ainda que as pessoas que procuram esse tipo de hotel não fazem tanta questão do conforto, mas a autenticidade de uma velha sede colonial é muitas vezes decisiva. E abrir o hotel é, muitas vezes, a forma de preservar a própria sede. São citados vários casos em que a renda gerada pelos hóspedes acaba se tornando mais importante que aquela proveniente da atividade agropecuária.<sup>71</sup>

Os proprietários entrevistados destacam que a nova atividade – que nada mais representa do que montar um hotel na fazenda e não transformar a fazenda num hotel – não constitui apenas fonte de renda extra para os produtores agropecuários, mas também importante fonte de retenção de mão-de-obra no campo: "a participação dos empregados rurais na hotelaria é mais ou menos generalizada. Eles servem de guia nos passeios, orientam e identificam as espécies de árvores no local e ajudam nos serviços. [...] essa gente que trabalha na enxada e improvisa como garçom não fica nada a dever aos profissionais do ramo".72

Complexos hípicos — Este tipo de atividade tem surgido pela constatação de que os negócios ligados ao hipismo movimentaram R\$ 2,8 bilhões no período 1993-97 no Brasil (Nascimento, 1997). Um deles está sendo construído em Boituva, interior de São Paulo, com investimentos da ordem de R\$ 5,5 milhões. Além de todas as instalações e atividades relacionadas ao hipismo (centro hípico com arena coberta,

<sup>71.</sup> Segundo um consultor especializado em turismo rural, "essa atividade sempre passa a ser a principal fonte de renda das propriedades". São necessários investimentos que variam entre R\$ 10 e 20 mil e a média de faturamento das pousadas, depois de implantado o projeto, fica entre R\$ 180 e 200 mil por ano. Ver a respeito, Gazeta Mercantil (10 jun. 1996).

<sup>72.</sup> No estado de São Paulo, o turismo rural vem sendo desenvolvido dentro do projeto Volta ao Campo do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (Sebrae). O objetivo é agregar renda, inclusive com reinvestimentos nas atividades produtivas, e reduzir a rotatividade de pessoal. Pesquisa-piloto realizada pela Unesp, nas cidades de Botucatu, Lins, Marília, Jaú e Bauru, confirma o potencial da nova atividade: das 400 pessoas entrevistadas, todas desejavam passar fim de semana numa fazenda-hotel. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem linha de crédito especial para fomentar o turismo no país. No entanto, ela só pode beneficiar os projetos localizados nos municípios turísticos definidos pela Embratur.

provas, rodeios, shows), o empreendimento conta com toda a infra-estrutura de um grande hotel (piscinas, quadras de futebol, tênis, etc.), e seu cardápio deverá incluir cabrito, javali, perdiz e outros animais "exóticos", o que indica a sua interrelação com a atividade de criação dos animais que foi descrita anteriormente.

Leilões e exposições agropecuárias – Entidades ligadas ao setor estimam que os leilões – especialmente de cavalos e gado de corte e leite – movimentaram cerca de US\$ 700 milhões em 1996. Apesar de os leilões terem crescido em número de pregões, observa-se redução na oferta de animais devido aos altos custos envolvidos. Há empresas especializadas que se encarregam da realização dos eventos, atuando desde a seleção e pré-avaliação dos animais até a contratação de financiamentos para dar suporte aos negócios realizados. As exposições agropecuárias são as que mais têm crescido: movimentam cerca de US\$ 2,1 bilhões em aproximadamente 2 mil eventos por ano no país (Franco, 1997). Embora não existam mais linhas de financiamento específicas para as exposições agropecuárias, há o aumento do prazo de recolhimento do ICMS sobre os produtos vendidos nas feiras de modo geral, além de financiamentos diretos feitos pelos bancos, geralmente presentes nos eventos mais importantes.

Festas de rodeio – Estas atividades movimentaram cerca de US\$ 500 milhões em 1996. Para se ter uma idéia da sua popularidade hoje no país, basta dizer que o seu público ultrapassou o total de torcedores presentes nos campeonatos de futebol do país: estima-se que 26 milhões de pessoas assistam aos 1.238 rodeios previstos para 1997. É uma atividade de muito dinamismo, dando suporte para o crescimento econômico de muitas cidades pequenas e médias do interior. A festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, considerado o maior dos eventos de rodeio do mundo, movimenta anualmente cerca de US\$ 120 milhões, mais do que os US\$ 45 milhões movimentados pelo carnaval carioca. Durante a festa, que dura uma semana, a população da cidade, de 110 mil habitantes, salta para 1,2 milhão. Na cidade de Americana, no interior de São Paulo, a festa do Peão de Boiadeiro faz a população saltar de 220 mil para 470 mil pessoas. Com um movimento de US\$ 15 milhões numa semana, essa atividade já representa cerca de 10% da receita da cidade e vem sendo uma das saídas para a crise do comércio local, causada pela decadência da indústria têxtil, responsável por cerca de 60% da economia do município (Cordeiro, 1997).

As atividades do "negócio country" têm estimulado também a proliferação de outros negócios associados, como as grandes casas de espetáculo no interior do país. Um exemplo é a Red Eventos, construída em Jaguariúna – região de Campinas, a um custo de US\$ 2 milhões, onde ocorrem promoções de shows musicais, exposições, leilões, etc., tendo reflexos importantes na economia local (Nascimento, 1997).

É difícil ainda estimar o peso econômico dessas "novas" atividades agrícolas e não-agrícolas. Mas apenas para dar uma idéia da sua importância, basta dizer que os novos "mercados internos emergentes" constituídos pelas festas de rodeio, leilões e exposições agropecuárias movimentaram juntos cerca de US\$ 3,3 bilhões em 1996, o que significa metade do valor das exportações brasileiras de soja (farelo e grão), café (cru em grão) e suco de laranja (congelado e concentrado) no mesmo ano.

Antes de finalizar esta seção, vale a pena lembrar a crescente importância que vem assumindo a revitalização de atividades tradicionais, como o artesanato (produção de tapetes, redes, chapéus, flores secas, rapaduras e outros doces típicos, etc.), as feiras e as festas populares. Tais atividades, primordialmente apenas de caráter religioso, de lazer e geradoras de valores de uso, tendem a ser cada vez mais organizadas comercialmente e estão constituindo importantes fontes de trabalho e de renda nos pequenos municípios do interior do país (Cerri, 1995, 1997).

#### Algumas conclusões

As atividades agrícolas tradicionais já não respondem pela manutenção do nível de emprego tanto para o total do Brasil como para o estado de São Paulo, em especial, em função do grande salto tecnológico verificado na mecanização das principais culturas. Se a isso forem aliadas a crise de rentabilidade das principais commodities e a violenta queda dos preços das terras agrícolas observada nos últimos anos, tem-se um cenário pouco favorável à expectativa de uma boa evolução das atividades agrícolas no futuro próximo. Além disso, as culturas tradicionais pesam cada vez menos tanto em termos de ocupação como de renda gerada nos estabelecimentos familiares. Em outras palavras, a agropecuária torna-se

crescentemente uma atividade de tempo parcial para o conjunto crescente de famílias que procuram sobreviver no meio rural brasileiro.

No entanto, vem-se reproduzindo no meio rural uma série de "novas" atividades que quase nada têm a ver com as tradicionalmente aí desenvolvidas. Algumas delas possuem ainda evidente base agrícola, como é o caso da floricultura, da criação de aves exóticas, da horticultura, etc. Porém, outras quase nada têm de base agrícola, como é o caso dos pesque-pagues, do turismo rural, dos condomínios de alto padrão.

Utilizou-se o termo "novas" entre aspas porque nem todas estas atividades são tão novas assim. Na verdade, sempre existiu a produção de flores e plantas ornamentais, de hortaliças, de cogumelos, etc. Entretanto, as atividades foram praticamente recriadas a partir de demandas diferenciadas de nichos ou da diferenciação dos mercados tradicionais dessas mesmas atividades. E foram recriadas não apenas com roupagem nova, mas também com conteúdo novo: são, no fundo, serviços pessoais e auxiliares da produção que foram agregados às tradicionais cadeias produtivas agroindustriais, criando novo espaço para a emergência de pequenos e grandes empreendimentos no longo caminho que hoje vai do produtor rural ao consumidor final.

A produção de hortaliças é um caso exemplar da mudança de forma e de conteúdo, como salientado anteriormente. Primeiro, surgem novas formas de produzir que decorrem de mudanças na base técnica (estufas, hidroponia, produção orgânica) e de novas formas de integração ao circuito das mercadorias (produção sob encomenda, integração vertical com supermercados). Segundo, há uma redivisão do trabalho que implica o aparecimento de novos ramos de produção, como é o caso dos produtores de mudas de hortaliças, que passaram, eles mesmos, a constituir outra atividade. Terceiro, há o surgimento de novos produtos, o que significa não apenas novas variedades de legumes e verduras, como também a agregação de valor aos produtos existentes, através da embalagem, pré-processamento, entrega em domicílio, entre outros. Um exemplo paradigmático disso é o das porções de legumes, frutas e verduras embaladas em sacos plásticos pelo valor de um real, que hoje dominam as feiras livres do Rio de Janeiro e de São Paulo.

É como se houvesse uma busca incessante dos capitais no sentido de converter em mercadorias todos os valores de uso, o que leva à criação de novos mercados e de novas necessidades, explica Marsden (1990). Ao analisar transfor-

mações semelhantes que estão ocorrendo na Inglaterra, o autor afirma que muitas famílias optaram por diversificar a sua prestação de serviços, e não a produção agrícola, como parte da estratégia de resistência a ingressar no *treadmill* tecnológico da Revolução Verde. A pluriatividade daí resultante é conseqüência do esforço de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem. E não pode ser considerada parte do processo de proletarização que resulta da decadência da propriedade familiar, mas sim uma etapa da diferenciação social e econômica das famílias agrícolas, que já não conseguem se reproduzir apenas nos espaços agrícolas do novo mundo rural que está sendo construído a partir da valorização de bens não tangíveis antes ignorados, como a paisagem, o lazer e os ritos dos cotidianos agrícola e pecuário.

Na França, ao analisar as mudanças no meio rural, Bonny (1995) sintetizou funções para a agricultura francesa, agregando novas atividades às velhas funções. Para a autora, os tipos atuais de produção agropecuária poderiam ser assim definidos: produção de alimentos em massa para o consumo; produção de matérias-primas para a indústria alimentar; produção de produtos de qualidade, ligados à típica cozinha francesa (vinhos, queijos, etc.); produção de produtos orgânicos e de menor impacto ambiental; produção para micromercados, atendendo a nichos de mercado (plantas medicinais, avestruzes, *escargot*, etc.); e produção de serviços (turismo, preservação ambiental, etc.).

A explicação mais geral para essas mudanças pode ser buscada no que Van der Ploeg (1986) denominou de mercantilização das atividades agrícolas, no que diz respeito tanto às relações de produção como às relações de trabalho. A abordagem permite considerar as famílias rurais crescentemente dependentes dos capitais associados não apenas aos mercados agrícolas, mas a uma matriz de múltiplas atividades (pluriatividade) de seus membros.

O processo de geração de "novas" atividades no meio rural brasileiro mostra pelo menos duas características comuns. A primeira refere-se ao fato de que elas se originaram ou de "importações" de outros países ou de atividades que antes não eram comerciais, isto é, tinham apenas valor de uso e não valor de troca. É o caso, por exemplo, do produtor rural que procura "cobrir as despesas" através do *hobby* de criar canários ou plantar cáctus, para depois perceber que daí pode surgir nova atividade rentável. Em ambos os casos, o importante é que se criam novos espaços de reprodução do capital no meio rural brasileiro, muitas vezes revigorando regi-

ões e/ou atividades tradicionais que se mostravam decadentes. A segunda característica comum é que as "novas" atividades, quando se transformam em atividades comerciais, já nascem como parte de uma cadeia produtiva altamente especializada e integradas a um complexo sistema de serviços que delimitam nichos específicos. Na maioria das vezes, além das costumeiras transformações agroindustriais do produto agropecuário, soma-se a rede de serviços pessoais e produtivos, que estreitam o caminho entre as preferências (socialmente condicionadas) do consumidor e o produtor rural.

A grande diferença em relação ao tradicional processo de agregar valor através da industrialização reside no fato de que as "novas" atividades geradas nos anos 90 não decorrem somente de demandas intermediárias no interior das cadeias produtivas. Nos anos 70, as principais atividades agropecuárias brasileiras transformaram-se em insumos da indústria de alimentos. Muitas saíram da produção rural de subsistência para virar *commodities* indiferenciadas para atender a uma "dieta fordista" relativamente padronizada de milhões de pessoas no país e no exterior. Agora, as "novas" atividades ganham impulso a partir da dinâmica que tem a ver mais com as demandas específicas de grupos de consumidores de média e alta renda dos grandes centros urbanos do país. Nesse sentido, as "novas" atividades, sejam agrícolas ou não-agrícolas, significam nada mais nada menos que a emergência de formas de produção "pós-fordistas" (para usar um termo bem polêmico), que estão se desenvolvendo no meio rural brasileiro, distintas das nossas tradicionais *commodities* dirigidas aos mercados agropecuários nacionais e internacionais.

Finalizando, é preciso deixar claro que não se está advogando o fim dos esforços para recuperação de várias culturas na agricultura nacional através de políticas setoriais consistentes, mesmo porque a atividade agropecuária ainda emprega enorme contingente de trabalhadores no Brasil. O objetivo aqui é indicar algumas mudanças significativas no meio rural brasileiro, principalmente nas regiões de agricultura mais modernizada, bem como alguns limites do crescimento do emprego nas tradicionais atividades agropecuárias, alertando no sentido de que somente com as atividades agropecuárias tradicionais hoje não é mais possível ocupar de forma produtiva todas as pessoas que residem no meio rural brasileiro.



# 5

# Políticas não-agrícolas para o novo rural brasileiro<sup>73</sup>

nfelizmente, as diferenças entre rural e urbano, no que diz respeito ao acesso a alguns bens e serviços fundamentais, são ainda muito grandes no Brasil. Não se trata das condições para o chamado "acesso à modernidade", como o telefone por exemplo; estamos falando de carências básicas como não dispor de água potável (mais da metade dos domicílios rurais brasileiros não tem filtro de água!) e ser analfabeto (quase um terço das pessoas com 10 anos ou mais residentes na zona rural!) (Tabela 5.1). E esses são valores médios; se estratificarmos a população por renda, veremos que entre os mais pobres essas proporções aumentam ainda mais. Ou seja, podemos dizer que a grande maioria dos pobres residentes nas zonas rurais brasileiras – e de modo especial no Nordeste – ainda não tem acesso aos bens públicos fundamentais como energia elétrica, saúde, educação e até mesmo água potável. E não existem no país programas específicos para o meio rural destinados a estreitar essa lacuna com os residentes urbanos no que diz respeito ao acesso aos bens básicos.

<sup>73.</sup> Versão modificada de Graziano da Silva (1998: 117-42).

Tabela 5.1

Domicílios particulares permanentes que têm acesso a alguns serviços e bens básicos e taxa de analfabetismo (%): Brasil e Nordeste, 1996

Item/Bem	Brasil		Nordeste	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Esgotamento sanitário	96,1	62,0	88,4	39,7
Coleta de lixo	87,5	12,0	72,9	7,3
lluminação elétrica	98,7	66,9	97,4	52,3
Telefone	30,3	4,5	20,0	2,2
Filtro de água	61,5	43,3	64,0	41,8
Geladeira	86,4	43,2	69,5	22,0
Rádio	91,9	83,9	86,5	78,1
Televisão	91,3	54,3	83,7	38,5
Analfabetos 10 anos ou +	10,0	29,3	19,2	42,3

Fonte: IBGE. PNAD (1996); Síntese de Indicadores (1997).

Não é portanto de se estranhar que acreditem que para alcançar a cidadania é preciso mudar para a cidade mais próxima. Mas, como infelizmente as pequenas e médias cidades que são contíguas aos espaços rurais não urbanizados tampouco tem condições para oferecer ao migrante rural, estão dadas as condições necessárias e suficientes para que ele empreenda a segunda etapa de sua migração, em busca das grandes cidades do Centro-Sul do país. E aí é uma estória que já conhecemos.

Apresentaremos a seguir cinco "novas políticas" que nos parecem fundamentais para o desenvolvimento do novo rural brasileiro. O termo "novas políticas" está entre aspas porque muitas das propostas aqui apresentadas, longe de serem idéias realmente novas, representam apenas uma reorientação das atuais políticas públicas no sentido de tratar o rural brasileiro não apenas como o somatório de um conjunto de atividades agropecuárias.

#### Políticas de "desprivatização" do espaço rural

Como mostramos no Capítulo 3, são os espaços rurais agropecuários, especialmente onde predominam ainda grandes fazendas, que continuam a expulsar seus desempregados para as periferias dos centros urbanos. A explicação para isso

é simples: os espaços rurais exclusivamente agrícolas são áreas já inteiramente apropriadas de forma privada. Assim, quando um trabalhador rural é despedido de uma fazenda, por exemplo, tem que arrumar uma outra para morar<sup>74</sup> ou mudar-se para a cidade mais próxima. Essa migração rural-urbana para as pequenas cidades do nosso interior é, geralmente, o primeiro passo de uma longa caminhada sem volta rumo à periferia dos grandes centros urbanos do país. Isso coloca a necessidade de desprivatizar os espaços rurais exclusivamente agropecuários no país, criando povoados e vilas rurais urbanizados, por exemplo, como forma de impedir o esvaziamento dos nossos campos.

Leone (1995), analisando as dificuldades de inserção na vida urbana das famílias que dependem da atividade agrícola com base em tabulações especiais da PNAD de 1990, concluiu que a atividade agrícola não proporciona nível de vida compatível com a vida urbana. As cidades brasileiras consideradas pequenas e médias naquele ano abrigavam 82% das famílias com residência urbana cujo chefe tinha como ocupação principal atividades agrícolas. Basicamente, essas famílias combinavam as ocupações agrícolas do chefe com atividades não-agrícolas de baixa remuneração dos demais membros, especialmente no setor serviços, tais como servente da construção civil, empregada doméstica, etc. O resultado final era uma renda ainda insuficiente para tirá-las da pobreza em que viviam.

A situação decorre, em parte, do baixo nível de qualificação da mão-deobra que migra das zonas rurais, a grande maioria das pessoas sem um mínimo de escolaridade. Programas de alfabetização rural massivos e de requalificação profissional para atividades não-agrícolas são, pois, parte fundamental das políticas para o novo rural brasileiro.

Mas, o fundamental é a própria inexistência nos pequenos núcleos urbanos de demanda por ocupações que possibilitem melhor remuneração. Ou seja, é a própria estagnação econômica das economias locais a causa última dos baixos níveis de renda e do baixo nível de qualificação de seus moradores. Pouco adiantam os povoados rurais, se eles não possuírem economias locais suficientemente dinâmicas para gerar mercados de trabalhos e de produtos, capazes de gerar renda compatível com as necessidades básicas dos cidadãos que aí habitam. O que estamos querendo enfatizar

<sup>74.</sup> Na maioria das vezes a moradia é legalmente vinculada ao emprego rural, de modo que uma vez rompido o contrato de trabalho, cessa a permissão de uso do imóvel onde o empregado reside.

é que o desenvolvimento rural depende fortemente do dinamismo das economias locais (urbanas, suburbanas, etc.) do seu redor e não pode ser reduzido à dimensão exclusivamente agropecuária, por mais moderna que esta seja.<sup>75</sup>

A "desprivatização" de parcelas dos espaços rurais permitiria também impulsionar usos não-agrícolas do solo, criando novas áreas de lazer (ao redor das áreas de preservação ambiental, rios e represas, por exemplo) e de moradia. A casa própria nas zonas rurais pode vir a significar, além da residência, também alternativa para desenvolver atividades de subsistência e autoconstrução, gerando ocupação para os membros mais idosos (ou mais jovens) da família, que são os que geralmente têm maior dificuldade de conseguir trabalho.

Hespanha & Alves (1995), analisando a importância da autoconstrução nas aldeias portuguesas, ressaltam que o sucesso das famílias rurais pobres em construir a sua residência própria baseia-se fundamentalmente na possibilidade de redução dos custos e na capacidade de gerar poupanças não-monetárias, duas condições que só se tornam possíveis em economias locais baseadas em relações de troca que não sejam exclusivamente monetárias. Assim, a obtenção do terreno, a troca de dias de trabalho, o recrutamento de ajudas especializadas, o empréstimo de ferramentas, máquinas e equipamentos e até mesmo a obtenção de alguns materiais utilizados (areia, madeira, tijolos, etc.), fazem com que o processo de autoconstrução nas zonas rurais - um verdadeiro trabalho de castores, segundo os autores citados - seja em geral bem-sucedido. Eles propõem "algumas medidas aparentemente pouco dispendiosas - como a infra-estruturação de zonas destinadas à construção, a simplificação e clarificação dos procedimentos burocráticos e o financiamento da aquisição pelas famílias de menores rendimentos, de terrenos e materiais – que permitiriam decerto aliviar a enorme privação das famílias durante o processo de autoconstrução", especialmente entre os recém-casados que não podem contar com a ajuda dos pais (p. 150).

Dentre as políticas de "desprivatização do rural", não devemos menosprezar a do lazer, uma "nova" função que vem se tornando cada dia mais importante no país, através de formas variadas de turismo em áreas rurais que vêm se desenvolvendo sem nenhum amparo das políticas públicas existentes para o setor (Graziano da Silva, Vilarinho & Dale, 1998). Aqui o papel das prefeituras é funda-

<sup>75.</sup> Sobre a importância do conceito de economia local para o desenvolvimento rural ver Kageyama (1998).

mental, não apenas para criar a infra-estrutura necessária aos atrativos naturais já existentes no município, como também para estimular a auto-organização dos moradores locais para que possam oferecer ampla gama de serviços tais como pousadas, chalés, pesque-pagues, restaurantes típicos, etc.

Não devemos esquecer também que a grande maioria das formas de lazer dos brasileiros é desenvolvida dentro de casa, com destaque para o uso do rádio e da televisão (Marcellino, 1997). Desde logo, portanto, a melhoria da infra-estrutura de telecomunicações nas áreas rurais é fundamental, não apenas para que se possa modernizar as atividades produtivas que aí se desenvolvem, mas para proporcionar conforto e lazer para as famílias que já residem no campo, evitando sua migração para áreas urbanas, além de também estimular a proliferação de casas de campo e outras formas de segunda residência nas zonas rurais.

Nada disso, entretanto, diminui a necessidade de realizarmos a verdadeira reforma agrária no país. Mas, como argumentaremos no próximo capítulo, no final do século XX a nossa reforma agrária não precisa ter mais caráter estritamente agrícola, especialmente na Região Centro-Sul do país. É preciso aí uma reforma agrária diferente para que o "novo rural" possa vir também a ajudar a equacionar o nosso excedente populacional até que se complete a nossa "transição demográfica" recém-iniciada, que reduzirá substancialmente a pressão atual dos jovens para ingressar nos mercados de trabalho.

## Políticas de urbanização do meio rural

O relatório-síntese do Grupo Temático Educação, Saúde e Habitação do Fórum Nacional da Agricultura<sup>76</sup> concluiu que "o escasso apoio oficial e a desarticulação entre as ações existentes são considerados as principais razões que impedem o mínimo de qualidade de vida para o trabalhador no meio rural, promovendo o êxodo e suas conhecidas conseqüências. Vários grupos temáticos que tratam de cadeias produtivas concluem, em seus diagnósticos, que a má qualidade da mãode-obra e a não-fixação do homem no campo constituem fatores limitantes do desenvolvimento de suas atividades econômicas".

<sup>76.</sup> Cf. Paulinelli (1997: 18-19).

E propõem "a participação efetiva do Estado como incentivador do desenvolvimento através da criação do Programa Nacional de Cidadania no Meio Rural (PNCMR), que terá como principal objetivo a coordenação das ações públicas e privadas, através da integração entre os agentes que tratam da questão social no meio rural.

"Espera-se assim conseguir maior eficácia nas várias iniciativas já existentes no país, mediante a difusão e troca de experiências em ações bem-sucedidas, como as Escolas Família Agrícola, que adotam pedagogia própria e são gerenciadas pela própria comunidade; os programas de tecnologia apropriada para construções rurais e saneamento, utilizando recursos naturais de cada região; o projeto Vilas Rurais do Paraná; o Programa Mobilização de Comunidades do Serviço Voluntário de Ação Social (Servas); o Programa de Saúde da Família e os Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais; o Grupo de Integração de Risco do Pará; o Programa Agente Comunitário de Saúde, o Projeto Segurança e Saúde do Trabalhador rural de São Paulo; e o Programa Comunidade Solidária, entre outros".

Vários pesquisadores têm demonstrado também que a possibilidade de acesso aos serviços públicos básicos (especialmente água encanada, luz elétrica e esgoto) constitui uma das grandes diferenças entre os pobres com residência urbana e os pobres com residência rural, especialmente nos pequenos e médios municípios da Região Nordeste.

Castro (1992), por exemplo, após análise exaustiva dos programas de assentamento rural em que o BNDES esteve envolvido nos anos 70 e 80, concluiu que o caminho mais direto para se elevar o padrão de vida da população rural brasileira "é o de se expandirem os serviços sociais básicos nas pequenas e médias cidades do interior. (Quando possível e oportuno, abrir frentes de trabalho para aumentar a dotação de capital básico para estas populações). Essa forma de salário indireto, custeada por recursos fiscais, atua imediatamente na elevação do nível de vida dessa população, e viabiliza, no longo prazo, a implementação de processos dinâmicos de geração de emprego e renda" (p. 193).

Segundo o autor, "podemos apresentar o problema que estamos tratando da seguinte forma: em primeiro lugar, a população rural volta-se para o espaço urbano – basicamente para as pequenas e médias cidades do interior; em segundo lugar, estas cidades são o primeiro passo do processo migratório e esse papel está fortemente associado à escassez de oportunidades para a população migrante e ao

seu baixo padrão de vida. Por último deve ser ressaltado que, na medida em que parcela significativa da população miserável se encontra em torno dessas localidades, ainda existe um considerável espaço de atuação por parte do Estado objetivando melhorar as condições de vida nessas pequenas cidades. Uma ação desse tipo atuaria no sentido de evitar os passos sucessivos de fluxo migratório e de, principalmente, reforçar a pequena produção que, como vimos, tem sua estratégia de vida em parte condicionada pela condições urbanas" (Castro, 1992: 196).

Castro conclui sua tese argumentando que, se o objetivo perseguido for o de aumentar a produção de alimentos e matérias-primas, devemos pensar em uma política agrícola envolvendo crédito rural, preços mínimos, extensão rural, pesquisa tecnológica, etc. Se o objetivo for o de aumentar o número de produtores agrícolas, devemos pensar em uma política agrária atuando nos determinantes do preço da terra, na expansão ordenada da fronteira agrícola e na reordenação fundiária através da reforma agrária, sem esquecer de articular com essas políticas ações de assistência técnica no seu sentido mais amplo. Mas, "se objetivamos elevar o padrão de vida da população rural, devemos procurar o caminho mais simples e mais eficaz, no curto prazo, reforçando os investimentos sociais nas pequenas e médias cidades do interior, deixando para um segundo momento a estruturação de mecanismos dinâmicos de geração de emprego e renda. Acreditamos ainda que a elevacão do padrão de vida dessa população é condição necessária para a viabilização dos esquemas mencionados em etapa posterior, na medida em que a distância entre o nível técnico-cultural desse grupo e as tecnologias difundidas pelo modo de produção capitalista tende a aumentar" (p. 197-8).

## Políticas de geração de renda e ocupações não-agrícolas

Como bem destaca Islam (1997), o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas (ORNA) pode estar associado tanto a um setor agrícola dinâmico como a um estagnado. Algumas vezes, o emprego não-agrícola é uma saída para a agricultura improdutiva mais do que uma resposta à expansão da agricultura. Nesse caso, diz o autor que os trabalhadores estão sendo *empurrados* para o setor não-agrícola e não *puxados* pela dinâmica de oportunidades dos setores não-agrícolas. É interessante observar que o autor, como muitos outros, associa invariavelmente

a ação dos ORNA com atividades de pequena escala no melhor estilo do "small is beatifull". Por isso as suas propostas de políticas específicas enfatizam sempre a promoção de microempresas industriais e comerciais capazes de gerar ocupações por conta própria. Daí o destaque para ampliar a infra-estrutura existente nas zonas rurais e melhorar o nível educacional das pessoas aí residentes.

Islam distingue dois grandes grupos de políticas que afetam o desempenho dos setores rurais não-agrícolas (SRNAs). Primeiro, as políticas econômicas no seu sentido mais amplo, e ele destaca a comercial, a de exportações, a fiscal, a industrial e a trabalhista. Segundo, aquelas políticas dirigidas especificamente para o setor rural não-agrícola, que incluem todos os programas destinados a prover assistência creditícia e financeira e outros serviços que "ajudem a reduzir a discriminação e o desincentivo que sofrem as atividades rurais de pequena escala".

O autor citado reconhece também a importância do *emprego direto* por parte do setor público no rural não-agrícola através de: a) frentes de trabalho de obras públicas; b) descentralização administrativa e governanças locais; c) expansão dos serviços públicos de saúde, educação e planejamento familiar. Na sua opinião, se os governos locais tiverem poder de decisão política, recursos financeiros adequados e vontade política, eles podem promover o crescimento e a vitalidade dos SRNAs. (Islam, 1997: 33).

## Políticas sociais compensatórias ativas

No Capítulo 2 identificamos no caso brasileiro nove dinâmicas relevantes para a geração das ORNA, sendo que apenas três delas estão fortemente relacionadas com o desenvolvimento da própria agricultura. Outras três resultaram de demandas tipicamente imobiliárias ligadas ao lazer, busca de residência e de terras para uso não-agrícola. A importância relativa de cada uma dessas dinâmicas no país como um todo pode ser avaliada pelos dados apresentados nos capítulos anteriores.

É evidente que a geração de ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro nem sempre dará conta de propiciar nível de renda satisfatório para todas as famílias rurais de uma região. Haverá sempre aquelas que, seja pela posição em que se encontram do seu ciclo de vida, seja pelas condições materiais de que dispõem, não conseguirão obter renda mínima que garanta a sua sobrevivência em condições dignas. Para esses casos não resta outra alternativa que propiciar transferências de fundos públicos, seja na forma de aposentadoria e pensões (no caso dos mais idosos), seja na forma de bolsa-escola para os mais jovens.

Delgado (1995) destaca a importância da mudança constitucional de 1988 que introduziu mudanças na Lei de Custeio da Previdência em 1991, elevando o piso de benefício da aposentadoria rural de 0,5 para um salário mínimo e permitindo a redução do limite de idade (60 anos para homens e 55 anos para mulheres), além de abrir a possibilidade para aposentadoria simultânea do casal. Segundo Delgado, "o programa de seguridade social rural [...] representa hoje o principal instrumento de combate à fome e à miséria no meio rural. É ainda forte auxílio indireto à unidade familiar e possibilita sua sustentação social, algo que em outros países se realiza no âmbito da política agrícola (vide M.C.E. e sua Política Agrícola Comum).

"A elevação do gasto na Previdência Social Rural de cerca de US\$ 1,8 bilhão em 1988 para algo em torno de US\$ 4 bilhões atualmente e a correspondente incidência social focalizada deste gasto é algo inteiramente inédito em termos de seguridade social contemporânea: representa fonte de subsistência apreciável para famílias rurais e residentes microurbanos, cuja sobrevivência socioeconômica estaria fortemente comprometida, a depender do desempenho específico da política agrícola no período.

"Por outro lado, o número absoluto de benefícios é também expressivo se considerarmos o indicador de famílias rurais do Censo Demográfico de 1991–cerca de 7,8 milhões, sendo muito provável que a cobertura dos 'benefícios de duração continuada' (aposentadorias, pensões e as rendas mensais vitalícias) atenda a cerca de 2/3 dessas famílias" (Delgado, 1995: 222).

Em relatório de pesquisa posterior, coordenado pelo mesmo autor (Delgado, 1997), verifica-se que o número de benefícios rurais de duração continuada passou de 4 milhões em 1991, ao valor médio de US\$ 44,00 cada, para 6,4 milhões em 1995, com valor médio de US\$ 103,40, mais que o dobro do anterior. Segundo as estimativas aí apresentadas o valor dos benefícios rurais contínuos representava, em 1991, cerca de 18% da renda média domiciliar rural no conjunto do país, atingindo quase 28% na região Nordeste.

Segundo o relatório, "os estados da Região Nordeste apresentam os mais altos índices de cobertura da população de idosos e inválidos. As aposentadorias desses grupos sociais somadas às pensões por morte de titulares desses benefícios

correspondem hoje, nos estados do Nordeste, a um componente da renda domiciliar da maior relevância, não apenas como seguro social, como também enquanto vetor para sustentação da renda rural. Como proporção desta, a renda dos inativos rurais representa hoje entre 1/3 a 50% do fluxo total de rendimentos familiares no meio rural".

"Os resultados preliminares da pesquisa indicam que esse duplo papel de seguro social e sustentação da renda rural incide de maneira diferenciada de conformidade com determinados critérios socioeconômicos destacáveis. Assim, há incidências proporcionalmente mais favoráveis para pessoas residentes em 'pequenos municípios', regiões (ou estados) economicamente mais pobres; idosos do sexo feminino e economias agrícolas relativamente mais débeis. Em linhas gerias, o atendimento universalizado que o sistema previdenciário oferece sob a forma de benefício padrão atinge de maneira claramente diferenciada os pólos de maior vulnerabilidade econômica" (Delgado, 1997: 61).

Uma amostra dos pagamentos locais da previdência social em quinze estados permitiu ao autor concluir também que há clara tendência de concentração dos benefícios e beneficiários do sistema nos espaços rural e microurbano contígüos compostos de municípios de até 50 mil habitantes, que concentram 2/3 dos beneficiários, não havendo portanto, substancial migração dos mesmos para os grandes centros urbanos do país.

O relatório corrobora também as conclusões de Kageyama & Graziano da Silva (1995) de que o maior crescimento dos potenciais beneficiários da Previdência Rural estão entre os que menos têm condições de pagar, ou, mais especificamente, entre os trabalhadores por conta própria, que são a camada mais pobre da população rural do Nordeste. Por isso, o sistema de financiamento público da Previdência Rural não pode assentar-se nos tradicionais mecanismos de autofinanciamento (como os sistemas de bases correntes das receitas e despesas dos ativos/inativos ou da capitalização das contribuições individuais), nem pode prescindir das fontes específicas a ela vinculadas. Fica claro, portanto, que a Previdência Rural tem que ser encarada como uma política social compensatória que opera a redistribuição de renda implícita na regra constitucional que estabeleceu a sua universalização, conclui o relatório (Delgado, 1997: 62).

Dados de que dispomos de outras fontes confirmam a importância das transferências do sistema previdenciário na formação da renda das famílias rurais.

Um recente diagnóstico do município de Blumenau (SC) encontrou que em 17% dos estabelecimentos rurais da amostra, mais de 2/3 da renda familiar provêm de aposentadorias e pensões (Deser, 1997). O nosso recente trabalho sobre pluriatividade na agricultura brasileira indica que cerca de 10% das 4,29 milhões de famílias rurais sem acesso à terra da PNAD de 1995 tinham nas aposentadorias e pensões praticamente a sua única fonte de renda monetária (Del Grossi & Graziano da Silva, 1998). E dados ainda não divulgados do Projeto Rurbano mostram que entre as famílias exclusivamente agrícolas com acesso à terra cujo chefe declarou trabalhar por conta própria – que seriam os famosos produtores familiares puros na terminologia clássica – os rendimentos provenientes de aposentadorias e pensões representavam 20% da renda monetária domiciliar média, proporção essa que aumentava para 1/3 nos empreendimentos muito pequenos (com menos de 2 ha).<sup>77</sup>

O que mais impressiona, entretanto, não são os dados de cobertura da Previdência Rural, nem a magnitude da sua contribuição na formação da renda dos domicílios rurais, especialmente no Nordeste. É a constatação de que tudo isso ocorreu como que por acaso. Mais do que isso: ocorreu a despeito da ação do poder público, que teve sempre a prática de restringir burocraticamente a concessão dos benefícios permanentes, como aposentadorias e pensões, com vistas a reduzir o déficit do Programa de Previdência Rural, apesar do direito assegurado constitucionalmente.

Ou seja, a Previdência Rural nunca foi pensada no Brasil como uma **política social ativa**, destinada a reduzir os níveis de pobreza nas zonas rurais desfavorecidas através de programas de aposentadoria precoce, por exemplo, que vimos advogando para as regiões semi-áridas do "miolão" do Nordeste brasileiro.

<sup>77.</sup> Não utilizamos ainda dados sobre rendas das famílias rurais para os anos 90, por não termos encontrado até o momento uma metodologia para corrigir a subestimação nas rendas variáveis das PNADs, especialmente aquelas de origem agrícola, em função da forma como a pergunta é formulada ao declarante, obrigando-o a realizar várias operações aritméticas, além de estimações dos custos de produção passado, para conseguir dar uma resposta que pudesse ser considerada como aproximadamente correta. Para maiores detalhes vejase o Manual de Entrevista da Pesquisa Básica: PNAD (1995: 218-219, quesito 53). Aí pede-se que as pesso-as com rendimento variável em dinheiro informem o valor médio de remuneração bruto (no caso do empregado) ou retirada no caso de conta própria ou empregador. "Entende-se por retirada o ganho (rendimento bruto menos as despesas efetuadas com o empreendimento, como, por exemplo, pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone, etc."

#### Reordenamento institucional

Merecem especial atenção, primeiro, as novas formas de propriedade comunitária que estão surgindo no espaço rural (como, por exemplo, as áreas de reserva ecológica em condomínio<sup>78</sup>) e as tentativas das prefeituras de criar novos instrumentos que lhes permitam expandir a sua ação para além dos perímetros urbanos, como, por exemplo, a municipalização do Imposto Territorial Rural, a obrigatoriedade de Planos Diretores de Uso do Solo também para as áreas rurais e a criação de legislação sobre o uso das águas do município, a gestão dos programas das bacias hidrográficas, etc.

Nesse particular a implementação do ICMS ecológico, previsto na Constituição desde 1998, pode vir a alterar substancialmente o papel dos órgãos estaduais de proteção ao meio ambiente, e especialmente das prefeituras municipais na preservação ambiental, tornando-as agentes ativos. Uma das possibilidades é estimular os proprietários rurais a criar Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), com decretos que definam áreas de interesse ambiental, protegidas em caráter perpétuo, por decisão voluntária de seus detentores. "Não há restrição de tamanho de uma RPPN, mas a prioridade é para glebas vizinhas a parques nacionais que possam de alguma forma funcionar como cinturão de segurança ou corredor genético para a fauna regional. Ao registrar uma RPPN o produtor não perde a posse da terra. Pode inclusive vendê-la: o compromisso vai junto com a escritura. A vantagem é a isenção do ITR correspondente à área protegida e a prioridade na concessão de crédito agrícola em bancos oficiais. A RPPN assegura também o direito de obter recursos junto ao Fundo Nacional do Meio Ambiente e o apoio para combater caça, pesca, fogo e desmatamento na propriedade. Apesar desses incentivos, existem apenas 11 RPPN no país com área total inferior a 350 mil hectares". Mas, o estado do Paraná, na esteira da implantação do ICMS ecológico, conseguiu registrar 74 RPPN em 1997 – o que lhe valeu o prêmio Henry Ford de Conservação – e espera dobrar esse número em 1998, perfazendo 30 mil hectares protegidos.<sup>79</sup>

<sup>78.</sup> É o caso do Protocolo de Araguari (MG), onde cafeicultores adquiriram uma área de reserva contígua de 145 hectares fora de suas propriedades para cumprirem a legislação ambiental que exige a manutenção de 20% como preservação. "Nenhuma lei diz que sim, mas também nenhuma diz que não" se pode considerar a reserva como áreas externas à propriedade, dizem o promotor e os técnicos do Instituto Estadual de Florestas do estado, que avalizaram o acordo. Ver a respeito, Silva (1998).

<sup>79.</sup> Ver Globo Rural (1998: 54).

Segundo, é preciso tratar, como parte desse reordenamento institucional, a questão da dissociação entre local de moradia e de trabalho na zona rural com vistas à implantação de uma política de habitação rural que não venha a financiar novamente os mesmos grandes fazendeiros de sempre, que retêm suas terras nas periferias das cidades à espera de valorização imobiliária. Assim, além das tradicionais políticas de incentivo ao uso agrícola das terras tanto por parte do produtor direto, como por terceiros (via arrendamento e parceria), seria fundamental criarmos políticas para estimular o uso não-agrícola do solo rural, como por exemplo um programa de habitações rurais em que os inquilinos não fossem necessariamente trabalhadores rurais das fazendas onde residem.

O Programa "Vilas Rurais" do Governo do Estado do Paraná é um passo importante nessa direção, apesar das limitações da sua própria concepção (Lerner, 1996), uma vez que se destina fundamentalmente a fixar a mão-de-obra volante de determinada localidade (Ribeiro, 1997). Na visita que alguns participantes do encontro "Campo e Cidade – Elos de Vida Urbano-Rurais" fizeram às Vilas Rurais na região de Campo Mourão (PR), tivemos oportunidade de apontar alguns reparos quanto à instalação e ao funcionamento desses núcleos, considerados pelo governo Jaime Lerner como "a verdadeira reforma agrária". Por exemplo, o Programa da Vila Rural esgota-se depois desta pronta e habitada, justamente por ser um núcleo tão pequeno "que não oferece escala para a promoção de políticas públicas, como, por exemplo, programas de requalificação profissional". 80

Pior que isso: a orientação dos executores do programa é para impedir o desenvolvimento de atividades não-agrícolas nos lotes, justamente o que poderia permitir aos seus moradores – que já não são mais agricultores, mas simples bóias-frias sazonais – melhorarem sua renda. No caso da agricultura do Norte do Paraná, onde predomina a produção de grãos como milho e soja, sem escala ninguém consegue viver com a renda que obtém da atividade agrícola. No caso de não existir oferta de empregos não-agrícolas nas proximidades, as vilas rurais deveriam ser suficientemente grandes para possibilitar a criação no seu interior de demandas de bens e serviços que pudessem ser gerados ali mesmo, de modo que os moradores pudessem dispor de outras fontes de renda. Em uma vila rural maior, a demanda por produtos e serviços poderia justificar investimentos em outras

<sup>80.</sup> Ver Gazeta Mercantil (13 mar. 1998).

atividades não-agrícolas, como a implantação de atividades como padarias, confecções, casas comerciais, entre outras.

A cessão de uso de terras em comodato é outra forma jurídica que organizações não-governamentais (p. ex., Caritas no Vale do Jequitinhonha) e algumas prefeituras do interior de Minas Gerais e de São Paulo vêm utilizando para possibilitar o acesso de pequenos produtores às áreas e benfeitorias (especialmente as casas de moradia) de fazendas que por restrições legais não são passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

Outro exemplo é Dracena, SP, onde a prefeitura implementou em 1994 o Programa "Volta ao Campo", através do qual 1500 casas de fazenda vazias, situadas no entorno urbano, foram cedidas em comodato a trabalhadores rurais e urbanos, com o aval do Sindicato Patronal Rural e do próprio Sindicato de Trabalhadores Rurais do município.

Para se ter uma idéia do potencial que isso pode representar, um levantamento recente realizado pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo mostrou que das 466 mil moradias existentes nas 277 mil unidades de produção agropecuária do estado, apenas 360 mil estavam habitadas em 1997. A diferença (106 mil) corresponde a pouco menos do que todo o programa habitacional do atual governo do estado, que pretende construir 128 mil novas unidades residenciais entre 1994 e 1998. Também no Nordeste o número de moradias abandonadas é muito grande, segundo informações que pudemos obter em viagens pela região. E pior: em função da crise que atinge as áreas de cana-de-açúcar da Zona da Mata dos estados de Paraíba, Alagoas e Pernambuco, os usineiros em dificuldades financeiras estão derrubando as casas de suas fazendas para evitar que elas sejam ocupadas pelos empregados que estão sendo despedidos, para evitar que eles venham a ser beneficiados pela legislação trabalhista no caso de falência das usinas. Estima-se que somente em Alagoas, em 1996, cerca de 40 mil casas foram derrubadas por essa razão.

Outro exemplo é o que ocorre com muitas agroindústrias que se encontram localizadas em áreas que, geralmente, já possuem infra-estrutura mínima (estradas) e alguns dos serviços básicos essenciais (água potável e luz elétrica),

<sup>81.</sup> Cf. Amaral (1997).

necessitando da implantação de outros (tais como esgoto, coleta de lixo, etc.). Com o intuito de repassar esses custos, observa-se a busca de "parcerias" entre a iniciativa privada e as prefeituras locais para a construção de casas populares nas periferias das cidades do interior, visando alojar a mão-de-obra permanente de que necessitam.<sup>82</sup>

Finalmente, em terceiro lugar, não devemos nos esquecer, ainda entre as políticas de reordenamento institucional, da necessária diretriz de buscar novas formas de participação dos beneficiários que lhes permitam evoluir do atual relacionamento individualizado dos beneficiários com os agentes executores das políticas públicas para formas associativas e/ou comunitárias. Aqui o que está em jogo é a própria estrutura de intervenção do poder público. As desejadas, mas nunca implementadas, políticas de descentralização e de participação impõem completa reestruturação das esferas de competência dos poderes municipal, estadual e federal, tanto no setor agrícola e do abastecimento, como também nas questões relativas ao meio ambiente e fundiário.<sup>83</sup>

Vale a pena dizer que o enfrentamento tanto da questão ambiental como também da questão agrária, numa sociedade complexa como a brasileira, reforça a necessidade das políticas públicas formuladas e implementadas "de baixo para cima", que busquem um "consenso obrigado" (para usar a expressão consagrada pelos neocorporativistas) entre as representações de interesses privados organizados e o poder público, nos seus distintos níveis de atuação, desde o local até o internacional.

A mudança na forma de fazer políticas decorrente da introdução das políticas agrária e ambiental no centro das preocupações do poder público, nas suas distintas esferas, acentua o contraste com o modo de formular as políticas agrícolas. Estas têm de ser necessariamente implementadas "de cima para baixo" porque afetam os parâmetros de mercados globais, como o de produtos, o de crédito e o de trabalho, diferentemente das políticas ambientais e agrárias, que afetam funda-

<sup>82.</sup> A Gazeta Mercantil (19 maio 1997) traz a declaração de um usineiro paulista que doou 53 hectares de terras para a instalação de uma vila rural no Paraná, para assentar 80 famílias de trabalhadores em lotes de 0,5 há, num programa de parceria com o Governo do Estado para fazer frente à escassez de mão-de-obra na região durante a safra. Segundo o empresário, a situação é reflexo do êxodo rural provocado pelo fim da cafeicultura e pela decadência da cultura do algodão no estado, o que levou os trabalhadores rurais a migrarem para a região metropolitana de Curitiba.

<sup>83.</sup> Ver a respeito os artigos da coletânea editada por Graziano da Silva & Sottili (1997).

mentalmente mercados locais. No caso de países que ainda têm regiões carentes de implementar políticas agrícolas de modernização, o contraste é ainda maior, levando à dissociação quase completa entre a sua formulação e a das demais políticas de desenvolvimento do mundo rural.<sup>84</sup>

Isso nos leva a pensar que no caso brasileiro será inevitável a reestruturação dos atuais ministérios da Agricultura e Abastecimento e da Reforma Agrária, seja pela sua não-funcionalidade atual decorrente do perfil setorial de que se originam, seja pela necessidade de implementar novas políticas para o desenvolvimento do novo rural brasileiro. Mas este é um tema para outra oportunidade.

#### Algumas conclusões

Apesar de todas as mudanças estruturais anteriormente descritas pelas quais vem passando o mundo rural, as políticas a ele dirigidas continuam a ser direcionadas basicamente para reduzir o isolamento das populações rurais (melhoria nos sistemas de transporte e de comunicação) e melhorar as suas condições de vida (habitação, saúde, etc.) e de qualificação (ensino básico e técnico). Não se tem levado em conta, por exemplo, o fato de que as zonas rurais têm necessidades novas típicas da sociedade urbana moderna, como, por exemplo, a de estabelecer o zoneamento das áreas industriais, de moradia e de preservação ambiental, e de áreas exclusivamente agrícolas e pecuárias.

Nos anos 90 o mundo rural vem sendo valorizado cada vez mais como produtor de "bens não tangíveis" tais como a paisagem e o lazer, ao lado dos tradicionais produtos agropecuários e de "novos" produtos agrícolas, como a criação de animais exóticos, o cultivo de flores raras, etc. Ou seja, além de um espaço de preservação ambiental, o rural começa a ser visto pelos formuladores de políticas públicas também como oportunidade de gerar novas formas de ocupação e renda para segmentos da população que aí vivem e que, em geral, não têm a qualificação necessária para se inserirem nos setores urbanos em expansão.

É como mostra o caso dos países do Mediterrâneo no contexto da Política Comum Européia. Ver a respeito, Moyano (1998).

As ligações entre os setores rurais não-agrícolas (SRNAs)<sup>85</sup> e o setor agrícola já vêm sendo bem exploradas na literatura; todavia, o mesmo não se pode dizer das relações entre os diversos setores rurais não-agrícolas e seus congêneres urbanos. É sabido, por exemplo, que o crescimento na renda agrícola provê o crescimento do mercado de bens de consumo e insumos agrícolas. A modernização da agricultura, por exemplo, ao estimular o uso de equipamentos mecânicos para cultivo e para irrigação, gera oportunidade para que se estabeleçam serviços locais de manutenção e reparação, bem como estimula a criação de mercados secundários de aluguel e venda dessas máquinas.

Mas, o impacto das rendas agrícolas sobre os SRNAs depende entre outras variáveis de como está distribuída essa renda agrícola. Assim é que numa região de grandes propriedades, por exemplo, a renda agrícola tende a se concentrar, seja do ponto de vista da sua distribuição pessoal, seja do ponto de vista da sua distribuição espacial, dificultando a geração de atividades não-agrícolas nos mercados locais. Ou seja, não é sempre que a região de agricultura moderna desenvolve também seus SRNAs. A agricultura dinâmica pode prover empregos para os trabalhadores sem terra e mesmo para os pequenos produtores marginais e, ao mesmo tempo, estimular o aparecimento de mercados não-agrícolas, tanto de insumos como de bens de consumo final. Mas, quando a agricultura local é estagnada, as atividades que respondem pela maior parte da ocupação não-agrícola são a indústria doméstica rural, as olarias e uma miscelânea de outras atividades de baixa produtividade e baixa renda. Nestes casos, a parcela das rendas não-agrícolas e do emprego nos domicílios rurais declina à medida que cresce o tamanho da propriedade e o nível de renda das famílias.

O que queremos dizer é que também é possível desenvolver os SRNAs sem gerar desenvolvimento rural, na medida em que esses dependem fundamentalmente tanto do dinamismo das economias locais urbanas e suburbanas, como da própria distribuição da renda (agrícola e não-agrícola) e da propriedade agrária na região. Não basta, portanto, deixar que a "mão invisível dos mercados" direcione o crescimento dos SRNAs. É fundamental que o Estado assuma o seu papel no novo

<sup>85.</sup> Que incluem não apenas as atividades fora da fazenda tais como comércio, transportes, construção, manufaturas (tanto a doméstica como a indústria rural de pequena escala) e serviços de vários tipos, mas também cobrem as rendas recebidas pela população residente nas zonas rurais que trabalham nas cidades próximas e as remessas dos membros da família que vivem em áreas urbanas mais distantes.

mundo rural que se descortina, disciplinando, estimulando ou coibindo ações, tendo em vista o meio ambiente e, principalmente, o bem-estar das populações aí residentes.

Para isso, argumentamos, é necessário criar novo conjunto de políticas não-agrícolas para impulsar o desenvolvimento rural. Trata-se, em última instância, de criar condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural sem necessidade de migrar para as cidades, estendendo ao morador da zona rural as mesmas possibilidades que ele encontraria nos centros urbanos.

No caso brasileiro, cinco grupos de políticas são fundamentais para o desenvolvimento do novo rural, a saber:

- a) políticas de "desprivatização" do espaço rural tais como a criação de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas; e a implantação de reforma agrária não exclusivamente agrícola na região Centro-Sul do país;
- b) políticas de urbanização do meio rural visando a criação de infra-estrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação;
- c) políticas de geração de renda e ocupações não-agrícolas, que visem estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e a preservação ambiental), promovendo também a requalificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nos novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo; para isso é fundamental que se crie um sistema de crédito desvinculado do sistema financeiro tradicional na base de "Bancos do Povo", crédito rotativo de ONGs, cooperativas de crédito, etc.;
- d) políticas sociais compensatórias ativas, tais como aposentadoria precoce em áreas desfavorecidas, estímulo a jovens agricultores, renda mínima vinculada à educação de crianças (como no caso dos cortadores de cana mirim, das carvoarias), etc.;
- e) um reordenamento político-institucional que reconheça as novas formas de regulação que vêm surgindo no novo rural e que permitam tanto superar o tratamento individualizado dado até aqui aos beneficiários das políticas públicas,

como fortalecer novas estruturas do poder local para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do país.

Mas, antes de mais nada é preciso **remover o viés urbano e agrícola das atuais políticas públicas,** sem o que o desenvolvimento do novo rural brasileiro estará comprometido.

Uma breve revisão da literatura nos permitiu detectar o grande viés urbano nas políticas públicas para o meio rural, possivelmente fruto do esforço de
industrialização perseguido há décadas. E no caso específico das políticas agrícolas, pode-se perceber forte viés produtivista, resultado sem dúvida dos diagnósticos de insuficiência da expansão da oferta agrícola de alimentos e matérias-primas
para suprir as demandas da mesma industrialização, que resultou na terapia da
Revolução Verde do pós-guerra.

Os países desenvolvidos vêm dando passos importantes no sentido de criar novos instrumentos que visem a sustentação da renda das famílias rurais desvinculados das suas políticas agrícolas, bem como introduzir outros objetivos além da auto-suficiência alimentar. Nesse sentido, a reforma de 1992 da Política Agrária Comum da Comunidade Européia representou um significativo avanço para tratar seus agricultores de maneira mais abrangente, indo além da ótica meramente produtiva. A eleição da preservação do território no seu sentido amplo (ecológico e social) e do reflorestamento como diretrizes centrais representou a possibilidade concreta de reduzir a proteção via preços que determina o caráter eminentemente produtivista das políticas rurais da Comunidade (Bonete, 1994).

As novas políticas vão no sentido de estimular a pluriatividade das famílias rurais, a diversificação das unidades de produção para atividades não-agrícolas, e a substituição dos subsídios aos preços dos produtos agrícolas por pagamentos compensatórios diretos aos pequenos produtores de regiões desfavorecidas como, por exemplo, áreas de montanhas ou desérticas, que se transformam assim em verdadeiros "guardiães da Natureza" (Baptista, 1997).

Infelizmente, o Brasil ainda não possui nenhum programa que estimule a pluriatividade no meio rural e muito menos programas de incentivo a atividades não-agrícolas ou pagamentos diretos a famílias rurais que habitam regiões desfavorecidas. O que mais se aproxima disso é o PROGER Rural, criado como parte do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), que fora instituído no ano anterior com a motivação primordial de promover medidas com vistas à

geração de emprego e renda de forma articulada com as ações do Programa de Combate à Fome e à Miséria. Infelizmente, o Proger foi vinculado ao sistema financeiro tradicional, resultando daí suas principais restrições atuais: alto custo dos empréstimos e dificuldade dos mutuários em oferecer as garantias exigidas.

Lamentavelmente, quando da institucionalização do Proger Rural, em maio de 1995, esqueceu-se da primeira parte da principal diretriz geral do Proger, de "estimular a geração de emprego e renda mediante a criação de novas unidades produtivas", ficando-se apenas com a parte do "fomento às já existentes". Ou seja, o Proger Rural foi reduzido em sua concepção a mais um programa de apoio às atividades agrícolas, ou delas derivadas, similar ao Pronaf. Isso talvez explique por que na avaliação piloto do programa realizada no Espírito Santo, "do ponto de vista da geração de emprego, o resultado da amostra do Proger Rural revelou um resultado muito discreto, pronunciando-se apenas alguma alteração mais relevante na contratação de assalariados temporários" por parte dos seus beneficiários (IBASE, 1997).

No caso brasileiro, pode-se dizer que as políticas públicas não só **não estimulam** o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural, como se encontram ainda várias restrições a elas que só podem ser atribuídas aos vieses urbano e agrícola com que as políticas rurais vêm sendo implementadas no país. Pela sua importância merecem destaque:

- a) a existência de área mínima de fracionamento das terras rurais, definida pelo modulo rural, que seria a área mínima capaz de prover a subsistência e o progresso social de uma família quando explorada dentro da tecnologia agrícola usual;
- b) restrição às atividades não-agrícolas em programas de assentamento de famílias rurais de âmbito federal e estadual (como no caso do programa das Vilas Rurais no Paraná);
- c) exclusão desde 1978 da classificação de chácaras de recreio no Cadastro de Imóveis Rurais para efeito de incidência do Imposto Territorial Rural;
- d) falta de legislação específica para disciplinar as construções em loteamentos rurais e áreas de lazer e recreação;
- e) conflitos entre a legislação ambiental e a exploração de novas atividades agrícolas e criação de animais silvestres e as atividades não-agrícolas de lazer e de turismo rural, como no caso dos pesque-pagues, das fazendas-hotel, etc.;

- f) conflitos entre a legislação sanitária e a indústria doméstica rural;
- g) inexistência de política de incentivo à habitação rural;
- restrições ao acesso ao crédito rural do Pronaf por parte de pequenos agricultores que possuem mais de 20% da sua renda total proveniente de atividades nãoagrícolas;
- restrições burocráticas à concessão de benefícios permanentes tais como pensões e aposentadorias a trabalhadores rurais, especialmente quando já existe outro beneficiário na família;
- j) restrições aos domicílios rurais que não são de produtores agrícolas nos programas de eletrificação rural.

A propósito deste ultimo, o "Dossiê Eletrificação Rural", 86 recentemente publicado, permite ilustrar alguns desses vieses urbanos e agrícolas a que estamos nos referindo. Na principal reportagem do Dossiê, Alencar<sup>87</sup> estima que aproximadamente dois terços das propriedades rurais brasileiras continuavam sem energia elétrica em 1985 ("no Cone Sul, só o Paraguai é pior!"). Em primeiro lugar, o padrão trifásico assentado em postes de cimento, usado nas cidades brasileiras, é o mesmo implantado nas áreas rurais e custa R\$ 7.120 por km. Nos países desenvolvidos, o padrão utilizado nas zonas rurais é o monofásico assentado em postes de madeira e sai por R\$ 762 por km, quase dez vezes menos. O custo no Mato Grosso do Sul, que também adota padrão trifásico, é de R\$ 24.000 por km. Pernambuco é o único estado brasileiro a bancar a eletrificação rural com o sistema monofásico e já no fim deste ano estará mais claro do que São Paulo, segundo os dados apresentados por Raposo.88 Mas também usa poste de cimento por falta da existência de uma usina de tratamento de madeira na região, o que poderia reduzir em 40% o custo de R\$ 1.200 por km das redes, segundo estimativas da própria concessionária estadual de distribuição de energia elétrica, a CELPE.

Segundo Alencar, há grande discriminação contra as moradias rurais: "as da cidade têm linha grátis até a porta da rua, as da roça têm de pagar – só Pernambuco assume o ônus, por ordem do governador Arraes; Mato Grosso do Sul começa a

<sup>86.</sup> Cf. Raposo (1998).

<sup>87.</sup> Cf. Alencar (1998).

<sup>88.</sup> Veja Raposo (1998).

imitá-lo; e São Paulo, teoricamente, faz de graça para quem se prova pobre rural". De acordo com o repórter, a eletrificação rural não avança no Brasil por conta de vários "enganos", apesar de haver recursos relativamente baratos disponíveis para isso de um empréstimo do BID (juros de 3,5% ao ano e 30 anos para pagar com 4,5 de carência). Um desses enganos "foi do tradutor que confundiu rural com *farm* e limitou a força (energia) às fazendas. Descuido capaz de falir a mais rica cooperativa: condena o fator de carga da rede. Se é só para fazendas (*farm*) que usam energia em horários parecidos, a linha será dimensionada para esses picos e ficará ociosa o resto do tempo, quando podia estar dando lucro e conforto aos vizinhos vilarejos rurais, de hábitos e horários variados. Pensa que corrigiram essa tradução? Neca!. [...] O programa Luz da Terra – desenvolvido pela USP, bancado pelo BNDES e mal tocado pelo Governo e concessionárias paulistas, privadas ou estatais, insiste no 'produtor rural'. E São Paulo continua mais escuro do que o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e, logo, Pernambuco" completa Alencar com justa indignação.

Resumindo, podemos dizer que para que possamos arrancar o nosso meio rural da idade das trevas em que se encontra – ou se preferirem outra metáfora: para que possamos levar luz ao novo rural brasileiro – é preciso impulsionar novas políticas sem os vieses agrícola e urbano que caracterizaram a intervenção do poder público no passado recente.

# 6

# Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola<sup>89</sup>

A reforma agrária é ainda necessária no Brasil dos anos 90? Para quê? Na tentativa de fornecer uma resposta afirmativa a duas questões tão polemicas que me foram propostas pelos editores vou primeiro resgatar rapidamente a origem do debate sobre o tema para depois propor os elementos básicos do que considero um novo programa agrário para o país nesse final de século.

Ao contrário do senso comum hoje predominante, a questão agrária brasileira para os seus autores, considerados os clássicos dos anos 60 – Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr. e Celso Furtado – não era uma questão fundiária *strictu sensu* e muito menos um problema relativo a sua distribuição. Na verdade, apenas para Guimarães (em **Quatro Séculos de Latifúndio**, 1963) a concentração da terra e o poder político dos seus proprietários (tidos como feudais) aparece como o problema central. Fiel à ideologia da Internacional Comunista da época, ele considerava a concentração das terras – e a distribuição da renda daí resultante – o empecilho maior para o desenvolvimento capitalista mais democrático, uma vez que impedia a criação de amplo mercado interno de massas para a indústria nas-

<sup>89.</sup> Uma versão resumida do presente texto foi publicado em Graziano da Silva (1996a).

cente no país. E era para quebrar a associação perversa entre a concentração das terras em poucas mãos e o poder político de seus proprietários que ele propunha ampla reforma agrária redistributivista. O principal crítico dessa tese foi Caio Prado Jr. (A Revolução Brasileira, 1966), que desmontou a argumentação do "caráter feudal" do latifúndio brasileiro, mostrando que as relações de produção predominantes em nossa agropecuária sempre haviam sido capitalistas desde a colônia. Prado Jr. argumentou que, para democratizar as relações de produção no campo, era fundamental que o Estado viesse em socorro dos trabalhadores rurais até então inteiramente desorganizados, através de legislação que garantisse os mesmos direitos já conquistados pelos assalariados urbanos.

As propostas de políticas públicas que resultaram dos debates foram materializadas no Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964). Apesar das profundas divergências de concepção que podem separar as análises sobre a necessidade e a perversidade dos resultados alcançados, é preciso reconhecer a importância decisiva desses dois grandes instrumentos legais no que diz respeito à extensão da legislação trabalhista ao meio rural e a consolidação da empresa rural como a unidade de produção básica da agricultura brasileira moderna. E se o sucesso é apenas relativo em função do que é preciso ainda ser alcançado, é inegável que o pouco (ou muito, dependendo da ótica de julgamento) conseguido na sua implementação não teria sido possível sem a forte e decisiva presença do Estado brasileiro.

Mas há uma vertente do debate dos anos 60 que ficou "esquecida" pelos nossos formuladores de políticas para o agro: é a visão de Ignácio Rangel que entendia A Questão Agrária Brasileira (o seu livro de 1962) basicamente como o problema do excedente populacional decorrente da rapidez da modernização da nossa agricultura. Para ele, o crescimento da produtividade do trabalho no interior dos "complexos rurais" (não necessariamente dos rendimentos físicos por unidade de área, que só ocorreria depois de ocupadas as suas "fronteiras internas"), liberava força de trabalho muito rapidamente. Gerava-se assim uma capacidade ociosa nos campos, de terras que não mais eram necessárias à produção; e nas cidades, de

<sup>90.</sup> Digo "esquecida" porque na verdade todas as políticas de modernização da nossa agricultura eram respaldadas pela visão neoclássica de que era preciso acelerar a transferência de população dos campos (onde sua produtividade era muito baixa) para as cidades.

mão-de-obra que já não encontrava ocupação produtiva nos novos setores que estavam sendo criados pela industrialização substitutiva e importações. A proposta óbvia de política que daí deveria seguir-se era a de juntar esses dois recursos ociosos: terra e mão-de-obra. Mas, o que impedia isso de acontecer era o alto preço da terra: num país sem mercado financeiro, a terra – rural e urbana – haviase constituído na forma tradicional de poupança das classes dominantes. Além de ser excelente reserva de valor, a expectativa de sua valorização subseqüente (que Rangel chamava de "quarta renda", para diferenciar das três formas marxistas clássicas) havia-se constituído num dos mecanismos de realimentação da inflação crônica que se instalara no país no pós-guerra.

Para Rangel, no início dos anos 60 não havia condições políticas para se implementar uma proposta com vistas à desapropriação das terras ociosas e o seu pagamento a longo prazo em títulos da dívida pública, dada a aliança estabelecida entre os latifundiários e a burguesia industrial nascente, para levar avante o desenvolvimento capitalista do país. Por isso ele propunha que se atacassem primeiro os problemas "impropriamente agrários" ou seja, os problemas estritamente agrícolas, relativo à produção e seus preços, especialmente a questão dos canais de intermediação, responsáveis então por boa parte da carestia reinante. No que tange as questões agrárias, Rangel prescrevia a abertura de novas áreas de colonização nas regiões da fronteira pré-amazônica (que na época resumia-se às terras úmidas do Maranhão) para desviar parte do êxodo daquela população excedente que começava a se amontoar nas cidades do Centro-Sul; e a abertura de estradas em direção ao Planalto Central para aumentar a oferta de terras, acelerando assim a queda de seus preços que deveria se seguir à constituição do mercado de capitais e o controle da inflação. Mais tarde, já nos anos 70, convencido de que os preços das terras não cairiam tão cedo, em função da inflação crônica que tomara conta da nossa economia, e de que a forma como se estavam resolvendo as nossas questões agrícolas (processo que ficou conhecido como "a modernização conservadora") terminaria por agravar ainda mais a nossa questão agrária, Rangel passou a defender a reforma agrária que utilizasse pouca terra, para não acirrar muito os ânimos dos latifundiários e seus representantes políticos no Congresso. O lote deveria ser suficiente apenas para recompor nas periferias urbanas do Centro-Sul do país o núcleo familiar daquilo que para Rangel era o símbolo da população excedente expulsa do campo, os bóias-frias.

Na minha opinião, o momento em que vivemos nesse final de século confere muita atualidade às propostas de Rangel. Primeiro porque novamente o projeto de modernização do país, proposto por uma coalização de interesses conservadores, excluiu de sua agenda a alternativa de ampla reforma agrária redistributiva. E o "plano de estabilização econômica" que nos foi imposto pela coalisão de forças vitoriosas nas eleições presidenciais de 1994, vem combinando até agora a política externa de rápida abertura econômica com base na taxa de câmbio fortemente valorizada com políticas internas recessivas, capitaneadas por juros altos, restrição ao crédito e congelamento por um ano do salário mínimo. O resultado desse conjunto de políticas para a agricultura não poderia ter sido pior depois de uma safra recorde: precos agrícolas em queda; endividamento crescente de praticamente todos os segmentos produtivos relevantes do setor agropecuário; e depreciação patrimonial resultante da acentuada queda dos precos das terras e de outras formas de reserva de valor, como o gado e outros estoques de commodities tradicionais. A permanecer esse cenário, o agravamento da crise agrária – nos termos colocados por Rangel - nos próximos anos, envolvendo especialmente nas regiões periféricas do Sudeste, Norte e Noroeste, parece inevitável.

Mas, além das razões digamos "conjunturais" que decorrem da forma como o país está buscando sua inserção na nova divisão internacional que está se esboçando, há outro conjunto de fatores que recolocam a reforma agrária no rol das opções de políticas públicas nesse final de século: é preciso criar novas formas de ocupação para a parte significativa da população brasileira que não tem qualquer qualificação profissional que os habilite a procurar outra forma de inserção produtiva no novo mundo do trabalho que se delineia. A equação fordista "mais investimentos = maior produção = maior nível de emprego" já é coisa do passado mesmo para o Brasil, um país com 160 milhões de pessoas, com um terco ou mais da sua população urbana com níveis de renda considerados insuficientes para permitir vida digna e que possui ainda 25% da população no meio rural. Mas, o nosso mundo rural já não é mais só agricultura e pecuária, à semelhança do que ocorre em outras partes do mundo desenvolvido, em especial na Europa. Segundo a PNAD de 1990, de cada três pessoas que residiam no meio rural brasileiro, duas estavam ocupadas em atividades agropecuárias e uma em outras atividades, com destaque para a prestação de serviços não-agrícolas, indústria de transformação, comércio e construção civil, evidenciando o que chamei de urbanização do meio rural brasileiro nos anos 80. Vale a pena destacar ainda que de acordo com as PNADs de 1981 e 1990, a taxa de crescimento das pessoas residentes no meio rural ocupadas em atividades agropecuárias cresceu a 0,7% a.a. enquanto que a das pessoas residentes no meio rural ocupadas em atividades não-agrícolas cresceu a 5,9% a.a. E o impacto das novas tecnologias baseadas na microeletrônica e na informática, sobre a nossa agricultura deverá ser ainda mais excludente que a "revolução verde" dos anos 60, uma vez que deverá atingir com igual intensidade também os nossos produtos tropicais, tradicionais geradores de emprego agrícola, como a cana de açúcar, o café, cacau, banana, etc.

Por isso tudo, no final do século XX a nossa reforma agrária não precisa ter mais caráter estritamente agrícola, dado que os problemas fundamentais da produção e preços podem ser resolvidos pelos nossos complexos agroindustriais. É preciso hoje a reforma agrária para ajudar a equacionar a questão do nosso excedente populacional até que se complete a nossa "transição demográfica" recém-iniciada. E a reforma agrária que permitisse a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas teria a grande vantagem de necessitar de menos terra, o que poderia baratear significativamente o custo por família assentada, o que é forte limitante para a massividade requerida pelo processo distributivo, especialmente nos estados do Sul e Sudeste. Porque não um assentamento que além de arroz e feijão produzisse também casas populares? Ou um "pesque-pague" que desse opção de lazer barato às nossas classes médias baixas confinadas nas grandes metrópoles? Ou guardas ecológicos que protegessem o entorno de nossos parques e reservas florestais e servissem de guias turísticos? Ou de caseiros de "chácaras de recreio" com o acesso gratuito às terras garantido por regime de comodato? Trata-se no fundo de buscar novas formas de ocupação para essa população sobrante do ponto de vista estritamente agrícola e industrial, de ex-parceiros, ex-meeiros, ex-bójas-frias, ex-pequenos produtores rurais que foram marginalizados pela modernização conservadora das décadas passadas. Trata-se de buscar nas franjas do crescimento da prestação de serviços pessoais que caracteriza o mundo atual, um conjunto de novas ocupações artesanais que não exijam níveis de qualificação outro que não possam ser adquiridos através de um treinamento rápido para esse conjunto de milhões de "sem-sem", que além de terem perdido o acesso à terra, não tem o privilégio de estarem organizados no Movimento dos Sem Terra.

Os que pensam que isso seria confinar a miséria em favelas rurais estão muito enganados. Na visita que tive oportunidade de fazer em agosto de 1993 ao Kibutz Ramot Menashe, situado à beira da estrada para a aldeia de Barta em Israel, encontrei mais de 900 pessoas ocupadas em pouco mais de 10 ha irrigados com culturas, 400 cabecas de gado de leite estabulado e uma pequena grania avícola! É que a grande maioria trabalhava em atividades não-agrícolas dentro (e fora) do kibutz: um restaurante e motel; diferentes formas de "trabalho a domicílio", como por exemplo, montagem de peças industriais e artesanato; e até uma escola-creche que inicialmente se destinava somente para os filhos dos próprios membros do kibutz e depois foi aberta aos membros das comunidades vizinhas. "Os kibutzim que mantem indústrias de irrigação faturam hoje mais com a venda de equipamentos do que com a agricultura. A Bertrand, por exemplo, que produz válvulas volumétricas, movimenta US\$ 20 milhões por ano e responde por 70% da receita do kibutz Evron" escreveu Bruno Blecher, enviado especial da Agrofolha (1 jul. 1993) que documentou a tecnologia de irrigação localizada (gotejamento e microaspersores) que está sendo transferida com grande sucesso para o Nordeste brasileiro. E esse predomínio das atividades não-agrícolas nos kibutzim não é tão recente assim: numa das discussões do tema, um colega de trabalho me confessou sua frustração por ter passado meses numa dessas fazendas coletivas israelenses fazendo colares de miçangas lá nos idos 70.

A reorientação dos instrumentos de políticas para o meio rural que advogamos não se esgota na proposta de uma reforma agrária não essencialmente agrícola para as regiões Sul e Sudeste do país. Ela implica na retomada da concepção de programa regionalizado de reforma agrária para o país, com a decretação das "zonas prioritárias" previstas no antigo Estatuto da Terra, de modo a se conseguir a concentração de assentamentos agropecuários em determinadas regiões. Já tive oportunidade de dizer anteriormente que a intervenção massiva sobre a estrutura fundiária do país tem que ser repensada hoje para algumas "regiões especiais", como o sertão do Nordeste por exemplo, dado que as restrições fixadas pela atual Constituição impossibilitam a ampla distribuição de terras em todo o país (Graziano da Silva, 1993). A Zona Semi-Árida nordestina tem vastas regiões com condições particulares que facilitam a obtenção de razoável consenso social sobre a necessidade de intervenção ampla e massiva do Estado, tais como: a presença de grandes latifúndios tradicionais (inclusive com o proprietário absenteísta, o que enfraque-

ce muito o seu poder local), baixo preço das terras sem disponibilidade de água, existência de financiamentos externos para projetos de irrigação, recursos subsidiados do Fundo Constitucional do Nordeste para financiar os investimentos e o custeio, milhões de famílias de pequenos rendeiros "sem terra" com larga experiência de gestão tradicional esperando apenas a retomada do crescimento econômico do Centro-Sul para migrarem, etc. Creio que nessas regiões prioritárias poderíamos evitar as "ilhas de reforma agrária" que caracterizam os atuais assentamentos, dispersos aqui e ali, resultados de soluções paliativas *ad hoc* e que apenas servem de vitrine do que não deve ser a política de reforma agrária. A definição de regiões prioritárias permitiria estabelecer "zonas reformadas" com políticas públicas e regras diferenciadas do restante do país (como por exemplo, serviço de extensão rural específico, crédito do PROCERA, etc.) que garantissem o sucesso dos novos produtores rurais nos seus primeiros anos, combinados com programas especiais de previdência social que garantissem renda mínima àquelas famílias rurais ou urbanas que não tivessem condição de serem beneficiadas com um lote.

O momento atual é muito favorável para se iniciar um programa regionalizado de reforma agrária no país. É preciso aproveitar a precária estabilização alcançada até aqui pelo Plano Real, para implantar políticas que simultaneamente reforcem a tendência atual de baixa do preço da terra e favoreçam a criação de novos mecanismos que dêem maior possibilidade de acesso à terra sem reativar os mercados de compra e venda do ativo. Isso é fundamental: qualquer reativação dos mercados de terras no país interromperia a queda de seus preços, que poderão voltar aos patamares anteriores ao Plano Cruzado quando não tinham ainda incorporado o risco da instabilidade financeira do final dos 80/início dos anos 90. O imóvel rural não produtivo caminha para ser um ativo sem liquidez na medida em que as terras agrícolas vêm perdendo sua expectativa de valorização futura que constituía um dos pilares de sustentação de seu preço elevado.

Por isso deve-se descartar de imediato mecanismos de financiamento que favoreçam a liquidez dos imóveis rurais ou que impliquem na compra significativa de terras por parte do poder público, especialmente a vista e/ou em dinheiro; e, pela mesma razão, de aceitar todas as outras formas possíveis de arrecadação de terras, como a retomada de áreas cedidas para os projetos agropecuários falidos das regiões Norte e Centro Oeste, troca de terras por dívidas dos usineiros do NE, revisão das doações de terras na Amazônia como estabeleceu a Constituição de

1988, troca pelas dívidas do Banco do Brasil para os não atingidos pela securitização, etc.

Mas a atual baixa dos preços de terras não assegura nos nossos dias que elas venham a trocar de mãos, gerando novas possibilidades de acesso por parte da população excedente. Fundamentalmente porque as terras - além de muito caras – podem hoje ser mantidas ociosas praticamente sem ônus adicional para seus proprietários. Para quebrar essa possibilidade de a terra ser mantida como reserva de valor - o outro pilar do seu preço elevado - é preciso reduzir o atual status do direito da propriedade, condicionando-o explicitamente a determinados usos socialmente aceitos.91 E aqui entra toda a discussão sobre o Imposto Territorial Rural que na minha opinião deveria ser tratado como um tributo sobre a propriedade, à semelhança do IPTU, com participação decisiva das municipalidades na sua implantação. <sup>92</sup> É obvio que nas prefeituras do interior do Nordeste dominadas pelos coronéis do PFL, esse imposto não seria cobrado, o que não seria muito diferente do que ocorre hoje em que ele é cobrado mas não é pago ... Em compensação poderia vir a ser um instrumento poderoso de reordenação produtiva e espacial - com implicações fundamentais para o abastecimento local e para a preservação do meio ambiente - em municípios controlados por forças políticas mais progressistas e que não dispõem hoje de praticamente nenhum instrumento de ação que possa ser controlado pelas comunidades locais. Essa é a melhor possibilidade de uma aliança com os "verdes", que hoje são grupos ecológicos de corte fundamentalmente urbano - condição necessária, ainda que não suficiente - para o apoio das cidades à causa dos "sem terra": o reconhecimento da necessidade de se interferir localmente no reordenamento e na gestão do espaço agrário. Como até mesmo o Banco Mundial admite hoje que o imposto territorial rural não tem poder de redistribuir a propriedade da terra, 93 a falsa dicotomia "ITR versus desapropriação" poderia finalmente ser superada

Nunca é demais lembrar que a nossa Constituição atual estabelece no mesmo artigo que trata dos direitos fundamentais, como o direito a vida, também o direito à propriedade privada.

<sup>92.</sup> Por exemplo: a Receita Federal continuaria estabelecendo os valores mínimos das terras a serem tributadas mas em função de uma renda presumida que se poderia obter delas; mas as municipalidades poderiam estabelecer alíquotas progressivas para as propriedades em função da sua localização, condições de acesso e servicos públicos que se beneficiam.

<sup>93.</sup> Depoimento de Hans Binswanger, economista senior da missão do Banco Mundial no Brasil, no Seminário Internacional sobre Reforma Agrária e Agricultura Familiar promovido pela Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados em Brasília, em 29 de novembro de 1995.

com a recuperação de importante fonte de arrecadação fiscal que poderá até mesmo ser usada para financiar (parte) do processo de reforma agrária de que o país tanto precisa.

A mobilidade da terra é baixa no Brasil porque também as formas de acesso precário a terceiros, como a parceria e o arrendamento, continuam ainda sendo vistas como "socialmente indesejadas". A base teórica para tal é sem dúvida alguma de origem ricardiana de quando ainda vigorava a Lei dos Cereais que proibia a importação de grãos das colônias americanas de modo a assegurar um lucro extraordinário aos proprietários fundiários rentistas na Inglaterra do século XVI. Posteriormente, até mesmo Marx consideraria a dissociação entre o proprietário das terras e aquele que a explorava como a forma "normal" de exploração na agricultura capitalista inglesa. Mais do que isso: na luta pela repartição dos lucros oriundos da atividade agropecuária, os grandes arrendatários capitalistas buscavam estipular prazos mais longos para os contratos e limitar o montante da renda a ser paga aos proprietários, criando assim uma proteção para todas aqueles que tinham acesso precário às terras, inclusive os pequenos camponeses sem terra. Esses "interesses comuns" de todos os produtores não-proprietários de terras terminaram por propiciar normas legais que restringiram drasticamente o poder dos proprietários fundiários sobre suas próprias terras. Quero com essa recordação chamar a atenção de que os arrendatários e parceiros capitalistas do nosso país também podem ser bons aliados na luta contra os grandes proprietários rentistas.

No caso brasileiro, o arrendamento capitalista vem crescendo rapidamente, já podendo ser considerado prática normal de acesso à terra por não-proprietários e forma de pequenos proprietários aumentarem sua escala na maioria das regiões onde o seu preço é muito elevado, como por exemplo, a do arroz irrigado do Sul, da cana-de-açúcar em São Paulo e dos grãos no Centro-Oeste. E aí, o conflito com os proprietários para regular a renda paga (geralmente uma porcentagem ou quantidade fixa da produção média estimada e considerada legalmente como "falsa parceria") e as condições de retomada das terras é evidente. Nas minhas andanças pelo país em 1994 pude constatar *in loco* o forte conflito de interesses, que permaneceu até aqui ignorado, entre grandes pecuaristas e os arrendatários de arroz no Rio Grande do Sul, de soja no Paraná e dos de grãos no Centro-Oeste sobre as condições de retomadas das terras para reforma de

pastagens. Na situação atual, embora previsto no Estatuto da Terra, a legislação relativa ao arrendamento e a parceria não é cumprida. A grande reivindicação dos grandes arrendatários e parceiros é por uma legislação específica que leve à institucionalisação de mecanismos locais que permitam a maior transparência das quantidades ofertadas (tipo Bolsa de Arrendamento) e que contribuiria para aumentar a oferta de terras oferecidas em arrendamento numa dada região. Isso poderia beneficiar também os pequenos e médios proprietários que necessitam de mais terra para atingir a escala hoje necessária para permanecerem na atividade agropecuária.

Quero finalmente defender a necessidade urgente de se "reabrir a fronteira" das regiões pré-amazônica e do Centro-Oeste. Os dados apresentados por Almeida (1991)94 demonstram que o custo direto por família assentada nos projetos de colonização dirigida na região nos anos 70 foi de aproximadamente US\$ 4 mil e o custo total de US\$ 45,9 mil. O custo direto por emprego gerado foi estimado de US\$ 1,2 a US\$ 2 mil; e o custo total de aproximadamente US\$ 14 mil, bem abaixo do custo médio de geração de empregos em projetos da SUDAM (US\$ 25 a 70 mil) ou em empregos urbanos no Norte e Nordeste (US\$ 18 a 55 mil). Já a renda bruta por família assentada foi estimada em US\$13,5 mil e o consumo familiar anual médio de US\$ 3,8 mil, o que equivale à média de 3,4 salários mínimos anuais. Isso significa que o benefício da colonização dos anos 70 por família assentada pode ser estimado em US\$ 67,5 mil, bem superior aos US\$ 45,9 gastos, onde se incluiu até mesmo a infra-estrutura necessária para tornar as terras acessíveis. Isso significa "uma relação custo-benefício bastante alta para a colonização dirigida na Amazônia dos anos 70" (p.618), ao contrário das reportagens que se lêem com freqüência na grande imprensa.95 A conclusão da autora é que "a opção de colonizar em vez de promover a reforma agrária foi extremamente cara na década de 70. (...) Feliz ou infelizmente, porém, não há mais volta. A infra-estrutura foi implantada na Amazônia e a colonização hoje

<sup>94.</sup> O custo direto dos projetos de assentamento acumulado ao longo dos anos 70 foi estimado pela autora em US\$433 milhões, que representou apenas 6% do dispêndio completo de US\$ 7,5 bilhões que o Governo teve de gastar na região com estradas (54%) e obras de infra-estrutura complementares (38%).

<sup>95.</sup> Como por exemplo a da Folha de São Paulo (13 ago. 1995): "Colonização criou geração de deserdados; projetos dos governos militares para ocupar região amazônica fracassaram na tentativa de fixar agricultores". É interessante notar que todos os entrevistados pela reportagem se encontram hoje em situação econômica e social muito melhor do que a de origem, muito embora não sejam mais agricultores.

em dia já não é tão mais cara do que a reforma agrária em regiões estabelecidas" (Almeida, 1991: 617).

Almeida (1991) pondera ainda que "a natureza do benefício social da colonização dirigida foi muito diferente do esperado: nem o assentamento, nem mesmo a própria colonização têm fixado o colono ao lote, dada a enormidade do exôdo rural na Amazônia. O que a colonização distribuiu não foi a terra em si, pois ela logo se reconcentrou dentro da dinâmica geral concentracionista de toda a fronteira. Ao proporcionar terra, distribuiu apenas um ativo privado em rápida valorização, numa economia capitalista inflacionária e concentradora. Em outros termos, o impacto distributivo da colonização se resumiu em retardar um pouco a reconcentração, e de proteger o colono, ao menos, das formas mais violentas e abusivas de expulsão. Mas não o livrou da pressão econômica e social para vender a terra recebida. O beneficiário da colonização, então, quando vende, deixa de possuir a terra em si, mas, em contrapartida, leva consigo algo para seu benefício, em termos de um ativo financeiro. Retorna então, ao "capitalismo selvagem" de onde veio, com alguma vantagem inicial melhor do que antes, mas com parcas chances de sobrevivência ou ascensão social vigentes em todo o Brasil.(...) Na medida em que a colonização dirigida retarde o exôdo rural de determinada frente pioneira, ela "enxuga" parte do fluxo migratório que se destinaria a desmatar adiante. O benefício social da colonização, então, é mais amplo do que seu impacto distributivo em cada localidade pois inclui, também, a redução do desmatamento em outras frentes, menos alimentadas de migrantes. O impacto da distribuição da propriedade da terra, por reduzir a insegurança da posse, pode também reduzir o desmatamento na própria localidade. O beneficio social da colonização, portanto, poderá incluir um componente ambiental ainda não estudado adequadamente. (...). Aceitar que tenha havido rentabilidade social elevada da colonização da Amazônia no passado implica reivindicar terras para colonização daqui para a frente. O custo real dos assentamentos amazônicos declina à medida que se expande a infraestrutura física e social na região. (...) é hora de se fazer a reforma agrária na Amazônia!" (p. 619-20).

A alternativa de gerar empregos (agrícolas e não-agrícolas) no meio rural através da redistribuição do acesso à terra não se impõe apenas pelo lado microeconômico de representar menores custos. Não há dúvida que hoje até mesmo a elevada estimativa com que opera o INCRA de US\$ 40 mil por família

assentada, <sup>96</sup> gerando renda mensal superior ao salário mínimo por pessoa ocupada, só perde para as aplicações financeiras. Mas, não dá para abrir uma caderneta de poupança para cada "sem-sem" desse país como propos o Ministro José Serra – o mesmo que em 1983, quando secretário do Governo Montoro, disse que era mais barato dar um táxi a álcool para cada família de "sem terra". Afinal de contas, do mesmo modo como terminaram os fartos subsídios do Proálcool, espera-se que as atuais taxas de juros estratosféricas não continuem para sempre.

Ironias a parte, o fato é que alternativa de uma política social compensatória do tipo "passe no caixa" tem-se mostrado muito cara até mesmo para os países desenvolvidos; e a política de inserção em serviços pessoais urbanos requer um "aprendizado" que não está ao alcance da maioria das famílias "sem terra" e principalmente dos "sem-sem" do nosso país; além, é claro, do custo macroeconômico da urbanização dessas famílias em termos de infra-estrutura de transportes, saneamento básico, habitação, etc.

Restaria, portanto, a opção de continuarmos na rota do *apharteid social*, cientes de que o "nosso mundo" terá que conviver cada vez mais com as tentativas de "integração da marginalidade" — que já não é mais marginal no sentido literal do termo — via tráfico de drogas, crime organizado, prostituição, etc. E isso também tem um custo extremamente alto, não somente econômico, mas sobretudo social e político para a sociedade brasileira que queremos construir no futuro.

<sup>96.</sup> É usual na literatura internacional a estimativa de US\$ 10 a 15 mil por família sem se considerar o valor pago pela terra, que pode representar até 2/3 do total gasto nos assentamentos de reforma agrária. Supõe-se que cada família obtenha uma renda mensal por pessoa ocupada maior que o salário mínimo, embora os dados de uma avaliação realizada recentemente pela FAO/PNUD ("Principais Indicadores Socioeconômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária", Brasília, 1993) mostre valores bastante superiores a este.

## Bibliografia

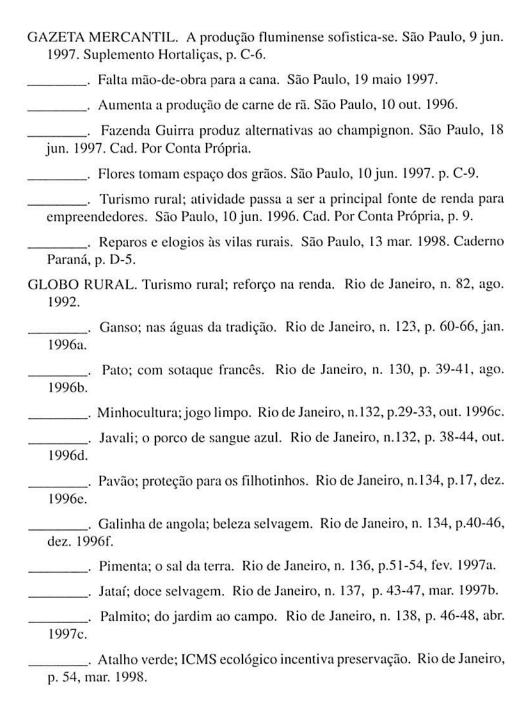
- ABRAMOVAY, R. et al. Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola em São Paulo. São Paulo, 1996. (Versão preliminar).
- \_\_\_\_\_\_, SACHS, Ignacy. Habitat; a contribuição do mundo rural. São Paulo em Perspectiva, FSEADE, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 11-16, jul./set. 1995.
- ALEGRE, E. Arnalte. Estrutura de las explotaciones agrárias y externalización del proceso productivo. *Revista de Economia*, Madrid, n. 666, p. 101-117, feb. 1989.
- ALENCAR, J. R. Os equívocos que mantêm o campo apagado. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, Dossiê Eletrificação Rural, Relatório especial, 22 maio 1998.
- ALMEIDA, A. L. O. Colonização na Amazônia; reforma agrária numa "Fronteira Internacional". In: IPEA *Perspectivas da economia brasileira*, 1992. Brasília: IPEA, 1981. cap. 31.
- AMARAL, C. Censo revela que minifúndio predomina em São Paulo. *O Estado de São Paulo*, 3 nov. 1997, p. A-11.
- ANJOS, F. S. A agricultura familiar em transformação; o caso dos colonosoperários de Massaranduba (SC). Pelotas: Universitária, 1995.
- BAGNASCO, A. La función de las ciudades en el desarrollo rural; la experiencia italiana. In: SEMINARIO INTERNACIONAL INTERRELACIÓN RURAL-URBANA Y DESARROLLO DESCENTRALIZADO, Taxco, abr. 1997. Taxco, México: FAO/ONU, 1997.
- BALSADI, O. V. A sazonalidade da demanda da força de trabalho agrícola no estado de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, Curitiba, 1995. *Anais...* Curitiba: SOBER, 1995. v.1, p. 571-589.
- et al. A demanda regional da força de trabalho agrícola no estado de São Paulo e sua sazonalidade; 1993-94. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 25, n. 6, p. 19-30, jun. 1995a.

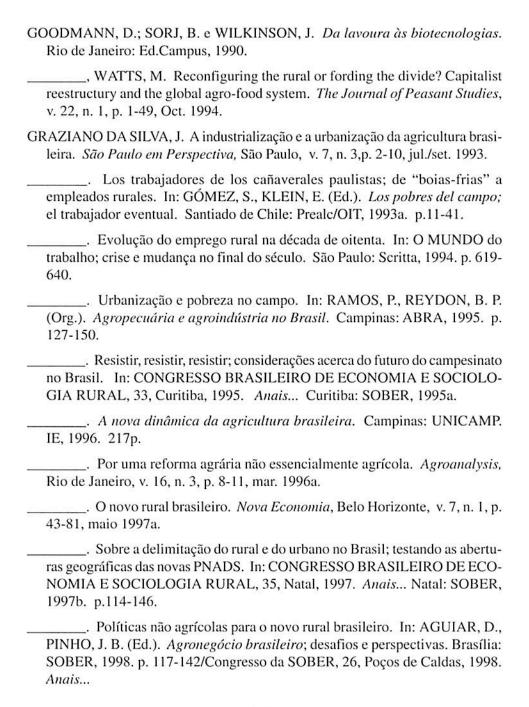
- BALTAR, P., DEDECCA, C., HENRIQUES, W. *O comportamento da estrutura ocupacional brasileira nos anos 80*. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 1982. (Relatório de Pesquisa).
- BANCO MUNDIAL. *Avaliação da pobreza no Brasil*. Brasília: Divisão de Operações e Recursos Humanos, 1996. v. 2, p. 52-61.
- BAPTISTA, F. Famílias e explorações agrícolas. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 4, Concepcion, Chile, 1994. s.n.t. 10p.
- \_\_\_\_\_\_. Agricultura e capitalismo na Europa do Sul. In: SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J., ORTEGA, A. (Org.). Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro. Uberlândia: UFU/CNPq, 1997. p. 45-74.
- BARLETT, P. Part-time farming; saving the farm or saving the lyfestyle? *Rural Sociology*, v. 51, n. 3, p. 289-313, Fall 1986.
- BELIK, W. *The food industry in Brazil*. Towards a restructuring? London: University of London. Institute of Latin American Studies, 1994. (Research Papers, n. 35).
- BLAKELY, E., BRADSHAW, T. América Rural; um novo contexto. *Agricultura* y *Sociedad*, Madrid, n. 36-7, 1985.
- BONETE PERALES, R. Condicionamentos internos y externos de la PAC; eleccion, mantenimiento y abandono de la protección via precios. Madrid: Min. Agricultura, 1994. 482 p. (Série Estudios).
- BONNY, S. Quelles innovations dans l'agriculture française entre crise, mutations de la demande et avancées scientifiques? In: COLLOQUE L'INNOVATION ENTRE CROISSANCE ET CRISES ÉCONOMIQUES, Grignon, França, 1995. (Mimeo.).
- BRANCO, A. Pupunha toma o lugar do palmito. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 18 jun. 1997. p. C-7.
- CAMARANO, A., ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil; panorama dos últimos cinqüenta anos. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 31, Caxambu, out. 1997. Caxambu: ANPOCS, 1997.

- CAMARGO, A. M. et al. Alteração na composição da agropecuária no estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 48-80, maio 1995.
- CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar; uma leitura do PRONAF. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 8, p. 70-82, abr. 1997.
- CARRER, C. A pecuária de corte e a agroindústria no Brasil; reestruturação e sintomas de mudanças. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 1995. (Trabalho de conclusão da disciplina HO 606).
- CASADO, José. Bóia-fria já bate ponto. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 maio 1996. p. B-6.
- CASTRO, M. H. M. *Reforma agrária e pequena produção*. Campinas: UNICAMP. IE, 1992. 205p. (Tese, Doutoramento).
- CERRI, C. O baú do Brasil. *Globo Rural*, Rio de Janeiro, n.120, p.64-74, out. 1995.
- \_\_\_\_\_\_. Nordeste; sertão fabril. *Globo Rural*, Rio de Janeiro, n. 137, p.36-41, mar. 1997.
- CÉSAR, M. Usineiros reduzem as queimadas. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 1 out. 1996. p. B-17.
- CHIRIBOGA, M. Hacia uma modernización democrática y incluyente de la agricultura. In: MACHADO, A (Comp.). *Desarrollo rural y abertura econômica*. Bogotá: Fondo DRI-ICA, 1992.
- CLEMENTINO, M.L. Receitas municipais e grau de dependência dos pequenos municípios do NE. Natal: MCS/UFRN, 1997. (Inédito).
- CORDEIRO, E. Americana investe na festa do peão. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 3 jun. 1997. p. C-7.
- CROMARTIE, J., SWANSON, L. Census tracts more precisely define rural population and areas. *Rural Development Perspectives*, Washington, v. 11, n. 3, p. 31-39, 1996. <www.econ.ag.gov>
- DELGADO, G. Agricultura familiar e política agrícola no Brasil. In: RAMOS, P., REYDON, B. P. (Org.). Agropecuária e agroindústria no Brasil. Campinas: ABRA, 1995. p.199-236.

- DELGADO, G. (Coord.). *Previdência rural*; relatório de avaliação. Brasília: Projeto IPEA/MPAS, 1997. (Mimeo.).
- DEL GROSSI, M.E. Transformações no meio rural paranaense. In: CONGRES-SO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 34, Aracajú, 1996. *Anais...* Aracajú: SOBER, 1996. v. 1, p. 51-70.
- \_\_\_\_\_\_. Evolução das ocupações não agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-1995. Campinas: UNICAMP. IE, 1999. 220p. (Tese, Doutoramento).
- \_\_\_\_\_, GRAZIANO DA SILVA, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. In AGUIAR, D., PINHO, J. B. (Ed.). *O agronegócio brasileiro*; desafios e perspectivas. Brasília: SOBER, 1998. p. 635-646.
- DESER. Diagnóstico do desenvolvimento rural de Blumenau. Curitiba: Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, 1997. 47p + anexos. (Mimeo.).
- DULLEY, R. D. et al. Mercado de terras agrícolas. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 25, n. 9, p. 113-115, set. 1995.
- FAO. El estado mundial de la agricultura y de la alimentación. Roma: Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación, 1995. (cap. Brazil).
- FERREIRA IRMÃO, J., KLEIN, E. *Empleo rural*; metodologias de medición. Santiago, PREALC/OIT, 1988. 86p.
- FERRERO, A. Cresce a concorrência ao suco de laranja. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 20 jun. 1997.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Algodão encolhe 86% e troca de modelo. São Paulo, 20 nov. 1996. Cad. Agrofolha, p. 1.
- \_\_\_\_\_. Embrapa testa colheitadeira. São Paulo, 26 fev. 1997. Cad. Agrofolha, p. 3.
- \_\_\_\_\_. Fazenda troca leite por aves nobres. São Paulo, 24 abr. 1996. Cad. Agrofolha, p. 1.
- \_\_\_\_\_. Grupo quer popularizar avestruz. São Paulo, 20 jun. 1997, Cad. Agrofolha, p. 3.
- \_\_\_\_\_\_. Laranja deve ter safra recorde em SP. São Paulo, 20 maio 1997. Cad. Agrofolha, p. 1.

- FOLHA DE SÃO PAULO. Pequeno produtor abandona laranja. São Paulo, 10 jun. 1997. Cad. Agrofolha, p. 1
- \_\_\_\_\_\_. Subprodutos elevam a renda das usinas. São Paulo, 20 nov. 1996. Cad. Agrofolha, p. 3.
- \_\_\_\_\_\_. Tecnologia garante lucro ao grupo Maeda. São Paulo, 25 mar. 1997. Cad. Guia da Safra, p. 5.
- FRANCO, L. Leilões e rodeios giram US\$ 3,3 bi. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 20 jun. 1997. p.C-7.
- FREDRICH, O., BRITO, S., ROCHA, S. Conceituação e operacionalização da categoria de aglomerados rurais como situação de domicílios para fins censitários. *Revista Brasileira Estatística*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 173/4, p. 199-225, jan./jun. 1983.
- FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity; a decade of change in rural europe. *Journal of Rural Studies*, Great Britain, v. 6, n. 4, p. 361-373, 1990.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS SEADE. O novo retrato de São Paulo. São Paulo, 1992.
- . Força de trabalho na agricultura paulista. São Paulo, 1996. (Coleção Análises & Ensaios, v. 3).
- \_\_\_\_\_. Sensor Rural, São Paulo (vários números).
- FUNDACION DE ESTUDIOS RURALES. *Uma nueva política agraria para uma nueva Europa*. Madrid: Unión de Pequeños Agricultores, 1997. 240p.
- GAROFOLI, G. Rural development and diffuse industrialisation; learning from Italian experience. In: SEMINARIO INTERNACIONAL INTERRELACIÓN RURAL-URBANA Y DESARROLLO DESCENTRALIZADO, Taxco, abr. 1997. Taxco, México: FAO/ONU, 1997.
- GASQUEZ, J. G. *Nota sobre o comportamento da área das lavouras*. Brasília: IPEA, abr. 1997. (Mimeo.).
- GASSON, R. The economics of part-time farming. Longman, England, 1988.
- GAZETA MERCANTIL. A arrancada da colheita mecânica. São Paulo, 22 abr.1997. Suplemento Cana-de-Açúcar, p. B-23.





- GRAZIANO DA SILVA, J., BASALDI, O.; DEL GROSSI, M. E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 50-64, abr./jun. 1997.
- \_\_\_\_\_\_, DEL GROSSI, M. E. A mudança do conceito de trabalho nas novas PNADs. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 8, p. 1-16, jun. 1997.
- \_\_\_\_\_\_, R. SOTTILI. *Espaço rural; políticas públicas*. São Paulo: Secretaria Agrária Nacional do PT, 1997. 58p.
- \_\_\_\_\_\_, VILARINHO, J. C., DALE, P. O turismo em áreas rurais; suas potencialidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J., RIEDL, M., FROELICH, J. (Org.). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Santa Maria: FAPERGS/CAPES/CNPq, 1998. p. 11-48.
- et al. Meio rural paulista; muito além do agrícola e do agrário. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 60-72, abr./jun. 1996.
- GREEN, Raul, SANTOS, R. Economia de red y reestruturación del sector agroalimentario. Paris: INRA, 1991.
- GUERRA, V. S. Seleção de variáveis de condição de atividade, condição de ocupação, posição na ocupação e categoria do emprego para compatibilizar com o conceito de trabalho anterior a 1992. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. 7p. (Inédito).
- HESPANHA, P., ALVES, A. I. A construção da habitação em meio rural; um domínio da Sociedade-Providência. *Revista de Ciências Sociais*, Lisboa, v. 42, p. 125-154, maio 1995.
- HOFFMANN, R. Precisão dos resultados da PNAD e a determinação de mudanças estatisticamente significativas. Campinas: UNICAMP. IE, 1997. (Mimeo.).
- \_\_\_\_\_. Vinte anos de desigualdade e pobreza na agricultura brasileira. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 30, n. 2; p. 97-113, abr./jun. 1992.
- IBASE. Projeto piloto para avaliação do Proger, Proger Rural e Pronaf do Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT (Espírito Santo). Brasília: Ministério do

Trabalho. Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, dez. 1997. 3 v. (Relatório final dos estudos). INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Levantamento sistemático da produção agrícola (LSPA). Rio de Janeiro, jan. 1997. . Censo Demográfico 1991– Brasil. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, 1994. \_\_. Manual de entrevista da pesquisa básica da PNAD, 1995. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, 1995. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 1995-1996. Rio de Janeiro, 1998. \_. Pesquisa de Previsão e Acompanhamento de Safras (Prevs) – Dados Econômicos de São Paulo. Rio de Janeiro, 1994. \_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1992. Rio de Janeiro, 1995. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio; síntese de indicadores – 1993. Rio de Janeiro, 1996. \_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio; síntese de indicadores - 1995. Rio de Janeiro: Departamento de Emprego e Rendimento, 1996. INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA – IEA. Série Informações Estatísticas da Agricultura, São Paulo, v. 5, n. 2, 1994. \_. Anuário de informações estatísticas da agricultura; anuário IEA. São Paulo, 1992/96. São Paulo, 1996. ISLAM, N. The nonfarm sector and rural development; review of issues and evidence. Washington: IFPRI, 1997. (Discussion Paper, 22). ISTO É. Rota das águas. São Paulo, 11 set. 1996. p.35-37. KAGEYAMA, A. Modernização, produtividade e emprego na agricultura; uma análise regional. Campinas: UNICAMP. IE, 1985. (Tese, Doutoramento). \_. O subemprego agrícola nos anos 90. Campinas: UNICAMP. IE, mar. 1997. (Texto para Discussão). . Pluriatividade e ruralidade; aspectos metodológicos. Economia Aplicada, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 515-551, jul./set. 1998.

- KAGEYAMA, A. GRAZIANO DA SILVA, J. Previdência social; avanços e recuos. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 33, n. 1, p. 7-22, 1995.
- \_\_\_\_\_\_, REHDER, P. O bem estar rural no Brasil na década de oitenta. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 23-44, jan./mar. 1993.
- \_\_\_\_\_\_, SILVEIRA, J. M. Agricultura e questão regional. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 9-33, 1997.
- KLEIN, Emilio. *El empleo rural no agricola en America Latina*. Santiago de Chile: PREALC, 1992. (Documento de Trabajo, 364).
- LEONE, Eugênia. Famílias agrícolas no meio urbano; inserção nas cidades das famílias que continuam vinculadas à agricultura. In: RAMOS, P., REYDON, B. P. (Org.). *Agropecuária e agroindústria no Brasil*. Campinas: ABRA, 1995. p 151-172
- LERNER, J. Programa Vilas Rurais. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3), mar. 1996.
- LIPIETZ, A., LEBORGUE, D. O pós-fordismo e seu espaço. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, v. 8, n. 25, p. 12-29, 1988.
- LOPES, M. R. Os produtores conseguirão pagar as dívidas securitizadas?. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 10-12, abr. 1996.
- MARCELLINO, N. (Org.). *Políticas públicas setoriais de lazer* O papel das prefeituras. Campinas: Ed. Autores Associados, 1997.
- MARSDEN, T. Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces. *Journal of Rural Studies*, Great Britain, v. 11, n. 3, p. 285-296, 1995.
- Studies, Great Britain, v. 6, n. 4, p. 375-382, 1990.
- \_\_\_\_\_. Reestructuring rurality; from order to disorder in agrariam political economy. *Sociologia Ruralis*, Holand, v. 29, n. 3/4, p. 312-317, 1989.
- MENÉNDEZ, Luiz Sanz. Tendencias recientes en las zonas rurales; de la industrializacion a los servicios? Agricultura y Sociedad, Madrid, n. 36/37, jul./dec. 1985.
- MIELITZ, C. A modernizada pecuária de corte no Brasil. Campinas; UNICAMP. IE, 1994. (Tese, Doutorado).

- MINGIONE, E., PUGLIESE, E. A difícil delimitação do "urbano" e do "rural". Revista Crítica de Ciências Sociais, Lisboa, v. 22, p. 83-89, abr. 1987.
- MOYANO, E. *Agriculture and a rural development*; elements to debate. Cordoba: IESA-CSIC, 1998. 4p. (Mimeo.).
- MÜLLER, G. Brasil agrário; heranças e tendências. In: BRASIL em artigos. São Paulo: FSEADE, 1995. p. 223-247.
- NASCIMENTO, S. Empresários investem na área country. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 jul. 1997. Cad. Agrofolha, p. 5.
- NEGRI NETO, A., COELHO, P. J. Distribuição das agroindústrias selecionadas nas Divisões Regionais Agrícolas (Diras) do Estado de São Paulo entre 1978 e 1989. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 61-73, fev. 1995.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. Tomate hidropônico ganha em qualidade. São Paulo, 11 dez. 1996. Suplemento Agrícola, p. G3.
- PANIAGUA V., ALBERTO. Criterios y procedimientos para identificar espacios rurales capaces de articularse positivamente a ciudades intermedias. In: SEMINARIO INTERNACIONAL INTERRELACIÓN RURAL-URBANA Y DESARROLLO DESCENTRALIZADO, Taxco, México, 1997. Taxco, México: FAO/ONU, abr. 1997.
- PAUL, G. Pesca milagrosa. Veja, São Paulo, 29 nov. 1995. p.76-78.
- PAULINELLI, A. (Coord.). Grupo temático Educação, Saúde e Habitação do Fórum Nacional de Agricultura; propostas de política pública. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 18-19, out. 1997.
- PESSANHA, D. O pecuarista-expositor e a distinção ostentatória. In: CON-GRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, Curitiba, 1995. *Anais...* Curitiba: SOBER, 1995. v.2, p. 1265-1282.
- PISANI, E. et al. Que agricultura queremos para la Unión Europea? *El Pais*, Madrid, 17 abr. 1996.
- PUGLIESEI, E. Agriculture and the new division of Labour. In: FRIELDLAND, W. et al. (Ed.). Towards a new political economy of agriculture. Boulder: Westiview Press, 1991.
- RAMOS, P., REYDON, B. P. (Org.). Agropecuária e agroindústria no Brasil; ajuste, situação atual e perspectivas. Campinas: ABRA, 1995. 254p.

- RAPOSO, P. Pernambuco é a grande exceção. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, Dossiê Eletrificação Rural, Relatório especial, 22 maio 1998.
- RIBAS, S. Produtores de café aumentam o uso de máquinas na lavoura. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 3 jun. 1997. p. C-7.
- RIBEIRO, M. (Coord.). Avaliação participativa do Programa Vilas Rurais. Curitiba: FEPEAGRO, 1997. 118p.
- SÁNCHEZ, R. B. Estatísticas do trabalho; objetivos, alcance, fontes e programa mínimo. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 17, n. 67, p. 191-197, jul./set. 1956.
- SARACENO, E. Urban-rural linkages, internal diversification and external integration; a European experience. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERRELACIÓN RURAL-URBANA Y DESARROLLO DESCENTRA-LIZADO, Taxco, México, 1997. Taxco, México: FAO/ONU, abr. 1997.
- SCHMITTER, P. C. Sectors in modern capitalism; modes of governance and variations in performance. In: BRONETTA, R., DELL'ARUEGA, C. (Ed.). Labour relations and economic performance. London: Macmillan Press, 1990. p. 3-39.
- SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no RS; o caso da agricultura em tempo parcial. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 105-129, 1995.
- SCHWARTZMAN, S. *O presente e o futuro do IBGE*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1995.
- SHULTZ, T. Transformando a agricultura tradicional. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- SILVA, G. Lei da natureza. *Globo Rural*, Rio de Janeiro, n. 147, p. 35-39, jan. 1998.
- \_\_\_\_\_\_, BALDAN, J. C. Férias no campo. *Globo Rural*, Rio de Janeiro, p. 36-40, fev. 1997.
- SOARES, P. Os lucros do café ecologicamente correto. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 20 out. 1995. p. B-16.
- SOUZA, J. George Soros já é dono de 16 fazendas. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 7 abr. 1997. p. B-21.

- USDA. Economic Research Service. Rural areas show signs of revitalization. *Rural Condition and Trends*, Washington, v. 7, n. 3, p. 4-7, Feb. 1997.
- VAN DER PLOEG, J. The agricultural labour process and commoditization. In: LONG, N. et al. (Org.). *The commoditization debate;* labour process, strategy and social network. Netherlands: Agricultural University Wageningen, 1986.
- VEGRO, C. L. R. Competitividade da indústria brasileira de café. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 65-72, fev. 1994.
- \_\_\_\_\_\_, SATO, G. S. Fusões e aquisições no setor de produtos alimentares. Informações Econômicas, São Paulo, v. 25, n. 5, p. 9-21, maio 1995.
- WANDERLEY, M. N. Rural, uma categoria esquecida; os desafios permanentes da sociologia rural brasileira. In: JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 5, Marília, SP, 1994. 32p. (Mimeo.).
- WELLER, Jürgem. El empleo rural no agropecuário en el istmo Centroamericano. *Revista de la Cepal*, n. 62, p. 75-90, ago. 1997.

Cromosete
GRÁFICA E EDITORA LIDA
Rua Uhland, 307 - Vila Ema
Cep: 03283-000 - São Paulo - SP
Tel/Fax: 011 6104-1176